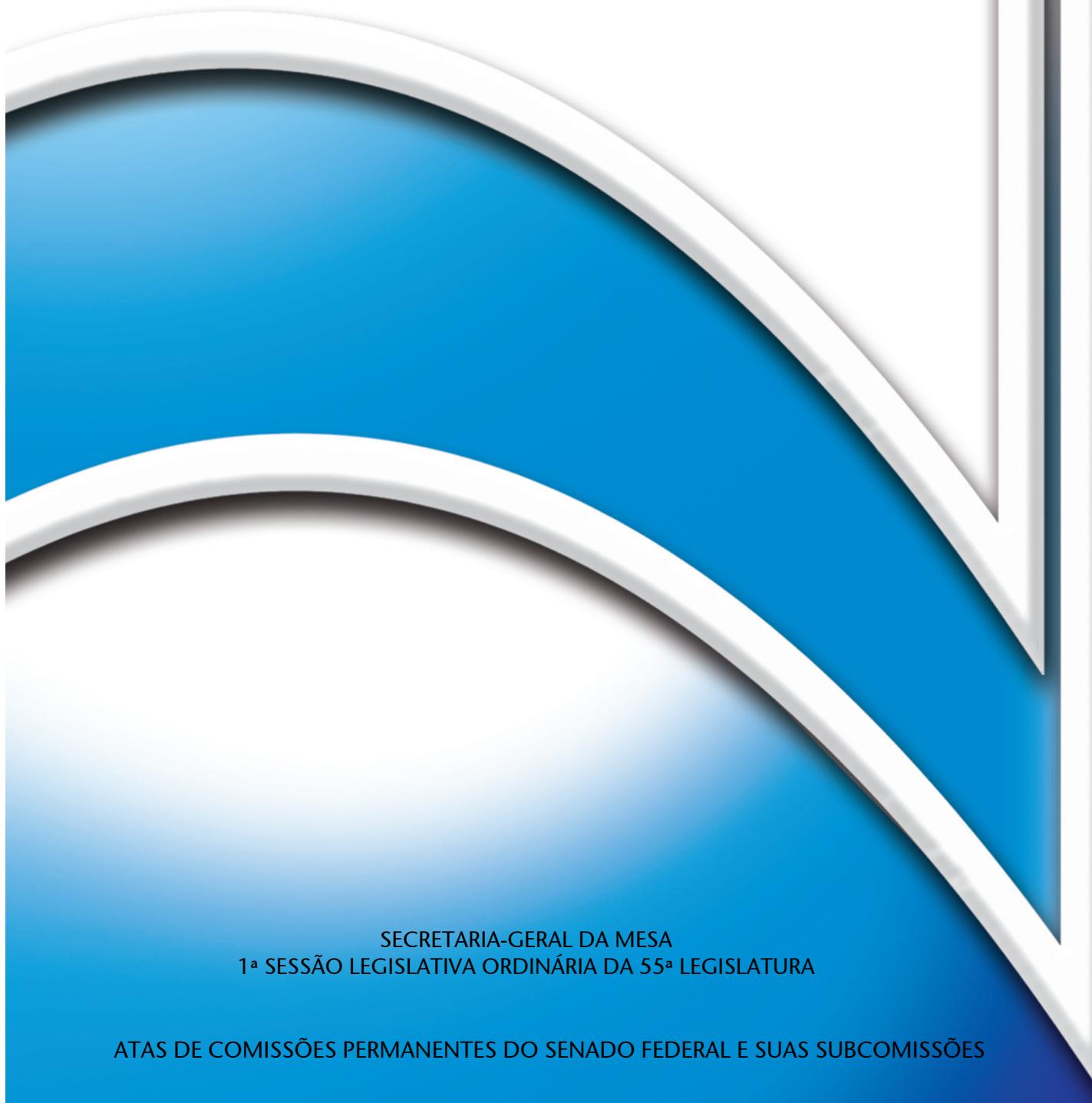




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX ŽEGBŽ3A Nº 030 TERÇA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
	3º Elmano Férrer (PTB-PI)
	4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (12) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (11)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (21,29) Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,37) Walter Pinheiro (31,33) Telmário Mota (9,32) José Pimentel (36) Líder do PT - 14 Humberto Costa (21,29) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (38) Walter Pinheiro (31,33) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,32) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (14,18)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líder Ataídes Oliveira (35) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (19) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (3) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (15,28) Vice-Líderes José Medeiros (13,17,27) Vanessa Graziotin (22,25) Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,16) Líder do PPS - 1 José Medeiros (13,17,27) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Graziotin (22,25)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 33^a Reunião, Conjunta, realizada em 9 de dezembro de 2014 (realizada em conjunto com a 29^a reunião da CMA) (Repúblicação).....

4

1.1.2 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 29^a Reunião, Conjunta, realizada em 9 de dezembro de 2014 (realizada em conjunto com a 33^a reunião da CAE) (Repúblicação)

1.1.2.1. – Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos

Ata da 8^a Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2014.....

68

1.1.3 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 9^a Reunião, Ordinária, realizada em 27 de março de 2014

74

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 4^ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 2º semestre do exercício de 2013, e 1º semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal* e, ainda, para atender ao Requerimento nº 709/2014-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Antonio Imbassahy (PSDB/BA), demandando a sua presença para prestar esclarecimentos sobre divergências relacionadas com o cálculo do superávit primário consolidado do Governo Central¹. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - **Deputados**: Alexandre Toledo, titular da CMO/CN, Alfredo Kaefer, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Arnaldo Jardim, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Benjamin Maranhão, titular da CMO/CN, Betinho Rosado, titular da CMO/CN, Carlos Melles, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Celso Maldaner, suplente da CFT/CD e suplente da CAE/SF, Cláudio Puty, titular da CFT/CD e suplente da CMO/CN, Cleber Verde, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CMO/CN, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, Edinho Bez, suplente da CFFC/CD, Edio Lopes, titular da CFFC/CD e suplente da CFT/CD, Felipe Maia, titular da CMO/CN, Izalci, suplente da CMO/CN, Lázaro Botelho, suplente da CMO/CN, Mário Feitoza, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Mendonça Filho, suplente da CFFC/CD e titular da CDEIC/CD, Milton Monti, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CFT/CD, Pauderney Avelino, titular da CFT/CD, Paulo Pimenta, titular da CMO/CN, Rodrigo de Castro, titular da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CFFC/CD e Waldenor Pereira, titular da CMO/CN; – **Senadores**: Armando Monteiro, suplente da CMA/SF e titular da CAE/SF, Delcídio do Amaral, suplente da CMA/SF e titular da CAE/SF, Eduardo Amorim, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, José Pimentel, titular da CAE/SF, Lúcia Vânia, suplente da CAE/SF, Mozarildo Cavalcanti, titular da CMO/CN e Vicentinho Alves, suplente da CAE/SF e titular da CMO/CN; Compareceu, ainda, o Deputado Amauri Teixeira - PT/BA, parlamentar não integrante das Comissões participantes. **ABERTURA**: às dez horas e vinte e um minutos, a reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP), que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; e o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do BACEN. O Presidente informou que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Prosseguindo, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Bom dia a todos.

Declaro iniciada a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2014 com a participação das seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Meio Ambiente; Comissão de Defesa do Consumidor; e Comissão de Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido é a avaliação do cumprimento dos objetivos da meta das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal, nas suas operações, resultados demonstrados no balanço dos seguintes períodos: segundo semestre do período de 2013 e o primeiro semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo que, além do Dr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central, compõem a Mesa os representantes das seguintes Comissões... Só que eles não estão presentes.

Anuncio a presença do Diretor de Administração do Banco Central do Brasil, o Sr. Altamir Lopes.

De acordo com o estabelecido no art. 398, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permita. Conforme o estipulado no art. 398, X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas no prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pelo tempo de 30 minutos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado.

Bom dia a todos!

Exmo. Sr. Deputado Devanir Ribeiro, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, Exmos. Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, estou aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial e sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações no balanço do Banco Central do Brasil — isso, referente ao período encerrado no primeiro semestre de 2014.

Estou aqui também para atender ao Requerimento nº 709, de 2014, de autoria do Deputado Vanderlei Macris.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, o Banco Central do Brasil apresentou o resultado positivo de 5,3 bilhões de reais no primeiro semestre de 2014. Esse resultado é explicado basicamente pela diferença entre receitas e despesas com juros incidentes sobre as operações de moeda local, tais como a rentabilidade dos títulos em carteira e o custo das operações compromissadas, a remuneração da Conta Única do Tesouro Nacional e a remuneração dos depósitos compulsórios, também pelo reembolso do Tesouro Nacional ao Banco Central, do custo de captação das reservas internacionais e pelo ajuste ao valor justo dos créditos a receber das instituições e liquidação.

Em conformidade com a lei, o resultado apurado no primeiro semestre de 2014 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro último. No primeiro semestre, o custo de manutenção das reservas internacionais, medido em reais, alcançou 71,5 bilhões de reais, dominado pelo efeito da apreciação da moeda nacional, de 5,98% naquele período. Desse valor, entretanto, há que se descontar o ganho obtido com as operações de swap cambial, que reduziu as perdas em 20,3 bilhões de reais.

Por último, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2014, gostaria de ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e que citadas demonstrações foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em agosto de 2014.

Exmos. Srs. Senadores e Deputados, em relação ao Requerimento 709, de 2014, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos:

A apuração dos indicadores fiscais pelo Banco Central, pela óptica do financiamento, segue padrões internacionalmente consagrados e tem como fonte básica de informação os dados contábeis das instituições financeiras.

O processo envolve, além da coleta automatizada desses dados, subsequente análise crítica e validação das informações, uma das fases indispensáveis à correta compilação e consequente confiabilidade das estatísticas. Logo, só existe um único resultado de apuração dos indicadores fiscais pelo Banco Central: aquele apurado e divulgado ao fim de todo o processo.

No caso específico, ainda na fase preliminar de apuração — o que não pode e nem deve ser confundido com o resultado final —, a coleta automatizada detectou variação relevante em grupamento contábil referente a ativo financeiro do Governo Federal, comparativamente a meses anteriores.

Em conformidade com o procedimento padrão, conforme descrevi, procedeu-se à análise e validação dos dados, quando se verificou que a origem da variação decorreu de mudanças no procedimento contábil utilizado por uma instituição financeira.

A referida mudança resultou na classificação desse ativo financeiro do Governo Federal em outro grupamento contábil, não abrangido na coleta automatizada para apuração fiscal, mas devidamente identificado na fase de validação analítica dos dados.

A partir da avaliação realizada, certificou-se que os valores constituíam ativo financeiro de titularidade do Governo Federal, sendo efetuados os registros cabíveis nas estatísticas fiscais. Assim, foram realizados, do ponto de vista da metodologia da apuração fiscal, todos os procedimentos adequados, em conformidade com os padrões internacionais, visando refletir corretamente os resultados fiscais do período.

Exmos. Srs. Senadores e Deputados, a partir de agora gostaria de contextualizar alguns aspectos macroeconômicos do atual cenário da economia brasileira.

A situação atual da economia internacional continua complexa, mas tende a favorecer o processo de retomada de atividade no Brasil e de convergência da nossa inflação para a meta.

Uma parte da complexidade reside na coexistência do desempenho positivo dos Estados Unidos da América com as persistentes dificuldades de outras economias sistêmicas, como a Europa, o Japão e a própria China. Outra parte da complexidade vem da tendência atual de baixa acentuada do preço do petróleo, o que, de modo geral, tem impacto positivo sobre o nível de atividade, mas pode, simultaneamente, acentuar o risco de deflação em economias sistemicamente importantes e, por outro lado, reduzir as pressões inflacionárias para um grupo importante de economias emergentes, que ainda estarão sujeitas aos efeitos de uma esperada valorização do dólar.

Assim, o desempenho das principais economias será determinado pela capacidade dos países em enfrentar seus desafios domésticos e externos. Nos Estados Unidos, espera-se a continuidade do bom gerenciamento do processo de normalização da política monetária, mantendo-se expectativas bem ancoradas e evitando-se sobressaltos. Na Europa e no Japão, espera-se a realização de reformas estruturais e a adoção de políticas que permitam vencer o ambiente de estagnação econômica. Na China, espera-se a sustentação da transição para um modelo de crescimento baseado no consumo doméstico, evitando-se a desaceleração abrupta. E, nos países emergentes em geral, espera-se o reforço e a manutenção da estabilidade macroeconômica e financeira das economias durante o processo de normalização monetária nos Estados Unidos.

Nesse ambiente, o declínio dos preços internacionais de produtos importantes da pauta de exportação brasileira tem contribuído para a redução do superávit comercial e a manutenção do déficit em transações correntes em nível superior a 3,5% do Produto Interno Bruto, como ocorrido em 2013.

Esse déficit corrente, reflexo também da necessária complementação da poupança externa à poupança doméstica, tem sido mais que integralmente financiado pelos investimentos estrangeiros direcionados ao País e, em especial, os investimentos estrangeiros diretos, que permanecem ingressando em montante

significativo acima dos 60 bilhões por ano e de forma disseminada entre os diversos setores da economia brasileira.

As perspectivas para o setor externo em 2015 são mais positivas e sustentam-se na expectativa de maior crescimento global na depreciação observada do Real e na ampliação da produção interna de petróleo, fatores que devem contribuir que devem contribuir para o melhor desempenho da balança comercial em 2015.

O investimento estrangeiro direto, capital de longo prazo, que, por sua natureza, incorpora-se à estrutura produtiva do País, deverá continuar afluindo significativamente em função das perspectivas favoráveis para a economia brasileira e deve responder por parcela expressiva do financiamento do balanço de pagamento.

Nesse sentido, não vislumbro dificuldade de financiamento externo para os anos à frente. Ademais, destaco que permanece à disposição do Banco Central um volume considerável de reservas internacionais, bem como uma série de instrumentos que permitem regular de forma eficiente o mercado de câmbio.

Em relação à atividade econômica doméstica espera-se um ritmo de recuperação gradual ao longo de 2015 com a melhora progressiva dos níveis de confiança dos consumidores e empregados. Devo destacar que a despeito do baixo crescimento do produto esperado para 2014, a perspectiva é de mudanças favoráveis na composição da demanda e da oferta agregadas.

O consumo tende a continuar em expansão, embora em menor ritmo do que o observado em anos recentes. Em resposta a estímulos como o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito. Os investimentos devem ganhar impulsos em resposta à recuperação da confiança e aos impactos das concessões de serviços públicos e a ampliação das áreas de exploração de petróleo dentre outros. Ao mesmo tempo, o cenário de maior crescimento global, combinado com a depreciação do Real deverá impulsionar as exportações do País.

Relativamente à oferta, emerge condições mais favoráveis à competitividade da indústria e da agropecuária, enquanto setores de serviços tendem a apresentar menores taxas de crescimento após longo período de expressiva expansão. Esses

fatores associados à melhoria da qualificação da mão de obra trarão melhores fundamentos para o crescimento nos próximos anos.

Destacam-se ainda para 2015 as estimativas de novo recorde de safra de grãos, impulsionando o crescimento da produção agropecuária, e a maturação de investimentos nos setores de petróleo e gás, com expectativas positivas para o desempenho da indústria.

É preciso mencionar que as condições do mercado de trabalho continuam favoráveis, com geração de empregos, continuidade do processo de formalização e manutenção da trajetória de expansão da renda real do trabalhador. A taxa de desemprego encontra-se em níveis historicamente baixos, sinalizando que estamos próximos ao pleno emprego. Nesse contexto para crescer a taxas mais altas é preciso estimular fontes complementares de crescimento e elevar a produtividade da economia.

Políticas públicas de aumento do acesso à educação e à qualificação de mão de obra são fundamentais para avançarmos nessa direção.

O mercado de crédito por sua vez segue evoluindo em ritmo compatível com o nível de atividade econômica sustentado por um sistema financeiro sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência historicamente reduzidos. Nesses últimos anos temos visto a expansão moderada do crédito, após uma década de crescimento acentuado, impulsionado pela ascensão social de parcela expressiva da população pelo processo de inclusão financeira e pelos avanços no mercado de trabalho.

Esse crescimento está sintetizado na evolução da relação crédito-PIB, crédito-produto, que aumentou de 25% para 57% nos últimos 10 anos.

Excelentíssimos Srs. Senadores e Srs. Deputados, neste ponto, gostaria de fazer algumas considerações em relação à missão do Banco Central do Brasil de assegurar a estabilidade e o poder de compra da moeda por meio do controle da inflação.

Numa análise retrospectiva, quero destacar que o Banco Central manteve a inflação sob controle nos últimos anos, em que pesem alguns ventos contrários. A título de ilustração, eu mencionaria, de um lado, uma conjuntura internacional das mais complexas numa perspectiva histórica, reflexo da crise que emergiu em 2008 e

da recidiva verificada em 2011. De outro, a ocorrência de choques de preços desfavoráveis no âmbito doméstico, a exemplo dos decorrentes de condições climáticas das mais adversas, também numa perspectiva histórica.

Olhando adiante — e do ponto de vista de política monetária me refiro aos próximos anos —, o Banco Central neste momento trabalha para fazer com que a inflação retome o mais rápido possível a trajetória de convergência para a meta de 4,5% ao ano. O horizonte de convergência com o qual trabalhamos se estende até o final de 2016. Embora o esforço ora empreendido pelo Banco Central tenha como foco a trajetória da inflação nos próximos 2 anos, não se pode perder de vista que os ganhos decorrentes de esperada convergência da inflação para a trajetória de metas — como eu disse, em 2016 — estender-se-ão por vários anos, podendo inclusive ter caráter de permanência.

Antes de retomar a trajetória de convergência para a meta, mais precisamente ao longo do ano de 2015, na minha avaliação a inflação acumulada em 12 meses tende a permanecer elevada, em parte devido à ocorrência de dois importantes processos de ajuste de preços relativos na economia, a saber, o realinhamento dos preços domésticos em relação aos preços internacionais e o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres da economia.

Recentemente, nós do Banco Central verificamos a intensificação dos ajustes de preços relativos, depreciação nominal do real e ajustes em preços administrados, e avaliamos que esses desenvolvimentos tomaram o balanço de riscos para a inflação menos favorável. Por conseguinte, entendo que não deveria ser tomado como surpresa nos próximos meses um cenário que contemple a inflação acima dos níveis em que atualmente se encontra. Independentemente disso, entretanto, estou convicto de que, após um curto interregno possivelmente em elevação, a inflação em 12 meses iniciará um longo período de declínio, que vai culminar com o atingimento da meta de 4,5% ao ano.

Diversos fatores apoiam esse meu entendimento a respeito da trajetória futura da inflação. Vou-me ater a alguns. O primeiro e o mais importante são os efeitos cumulativos defasados das ações de política monetária adotadas pelo Banco Central. Essa força preponderante tende a ser complementada por forças auxiliares, como uma política fiscal contida e iniciativas no sentido de moderar concessões de

subsídios por intermédio de operações de crédito. Não obstante o esforço da política monetária já realizado, tenho destacado em diversos fóruns, e aqui vou repetir, que não haverá complacência por parte do Banco Central do Brasil. Nas atuais circunstâncias, a política monetária deve se manter ativa, para conter os efeitos de segunda ordem dos ajustes de preços relativos que anteriormente mencionei. Ou seja, a política monetária deve evitar que esses ajustes se espalhem para o resto da economia na forma de aumento persistente da inflação.

Dante desse quadro, o Banco Central, no final de outubro passado, considerou oportuno ajustar as condições monetárias e intensificar esse ajuste no início de dezembro, com o objetivo de viabilizar um cenário de inflação mais benigno no período 2015/2016, horizonte relevante para a política monetária.

Por último, Exmos. Srs. Deputados e Senadores, em relação ao mercado de câmbio e às ações do Banco Central, ressalto que o programa de swap cambial conduzido pelo Banco Central do Brasil tem atingido plenamente seus objetivos. Em funcionamento desde agosto de 2013, ele permitiu amortecer as oscilações da taxa de câmbio, ao tempo em que fornece proteção aos agentes econômicos. O volume ofertado até agora — cerca de pouco mais de 100 bilhões de dólares equivalentes — corresponde a menos de 30% das reservas internacionais do País e não traz comprometimento a esses ativos, uma vez que esses instrumentos são liquidados em reais.

Além do mais, os swaps cambiais acabam representando uma oportunidade de redução do custo de carregamento das reservas internacionais, dentro de parâmetros admissíveis de swaps cambiais acabam representando uma oportunidade de redução do custo de carregamento das reservas internacionais, dentro de parâmetros admissíveis de risco e retorno. Essa situação, portanto, não enseja de nossa parte qualquer necessidade em curto e médio prazo de reversão dessas posições.

Entendemos, também, que o estoque de derivativos cambiais ofertados pelo BC, até o presente, já atende de forma significativa a demanda por proteção cambial da economia. Esse estoque de swaps vem sendo administrados em operações que são renovadas mensalmente, vencem quase que uniformemente, ao longo dos

próximos trimestres, e devem continuar a ser renovadas no futuro, observadas as condições de demanda.

Ao lado da oferta de proteção cambial oferecida pela economia, o Banco Central do Brasil também atua na regulação da liquidez do mercado à vista de dólares, oferecendo aos agentes econômicos linhas com o compromisso de recompra. Essas linhas sazonalmente são ativadas nos períodos de final do ano, como já iniciamos a fazê-lo em 1º de dezembro passado.

Para concluir, gostaria de dizer que, em relação ao conjunto das políticas macroeconômicas, entendo que o fortalecimento da política fiscal por meio de um processo consistente incrível de consolidação de receitas e despesas, rigorosamente conduzidas, deverá, ao longo do tempo, facilitar a convergência da inflação para a meta de 4,5% ao ano.

Atuando de forma independente, mas complementar, as políticas fiscal e monetária em ambiente de estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional certamente serão cruciais para a retomada da confiança de empresários e consumidores na economia brasileira.

Para concluir, Sr. Presidente, eu vejo presentes a esta reunião colegas do concurso para o Banco Central, realizado ano passado. E em relação a esse tema específico eu gostaria de mencionar que a validade desse atual concurso foi prorrogada até setembro de 2015. Quer dizer, ainda temos a receber desse concurso, segundo o edital, 150 analistas e 50 técnicos, em relação aos quais o Banco Central irá, tratando diretamente com o Governo, ver a conclusão desse procedimento nos próximos trimestres.

Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente, e fico à disposição dos Srs. Senadores e Srs. Deputados para responder a suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Na condição de Presidente desta Comissão, agradeço a exposição de V. Exa.

Eu ia anunciar, inclusive, os representantes das Comissões que aqui não estão presentes, por isso eu não os chamo.

Estão inscritos o Senador Eduardo Suplicy, os Deputados Amauri Teixeira, Mendonça Filho,...

Ouço o Deputado Mendonça Filho, como Líder.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu vou falar com Líder e também como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Como Líder, V.Exa. tem o direito de falar primeiro, como Líder.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É, mas eu falo na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Falará na sequência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu vou ouvir o Senador Suplicy....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, vamos ouvir o Senador Suplicy.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - ... o Deputado Amauri e depois, inspirado nas falas dos dois, eu falarei, por favor. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. não é corintiano, mas é esperto, não é? Está bom. (*Riso.*) Está inscrito.

Então, com a palavra o nosso... (*Pausa.*)

O Vice-Presidente da Câmara dos Deputados está nos fazendo uma visita, o Deputado Arlindo Chinaglia.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por 3 minutos.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Caro Presidente, Deputado Devanir Ribeiro, prezado Presidente Ministro Alexandre Tombini, caro diretor Altamir Lopes, em primeiro lugar, agradeço a gentileza de aqui, logo, dar uma informação aos que aguardam a possibilidade de ingressar por concurso efetuado pelo Banco Central, porque há uma grande expectativa por parte deles, conforme o Presidente Devanir Ribeiro ressaltou. V.Exa. aqui já deu a informação de pronto.

Primeiro, gostaria de compreender um pouco melhor as demonstrações financeiras. Em especial, V.Exa. mencionou a questão das reservas que felizmente o Brasil tem colocado em alto nível nestes últimos anos.

A minha pergunta é mais para conhecimento: essas reservas, aquelas que estão em nível de mais de 370 bilhões, elas permanecem na contabilidade do Tesouro e/ou do Banco Central? Como se distingue? Só para eu compreender bem como funciona, uma vez que V.Exa. mencionou as reservas e também o resultado

que decorre da eventual variação dessas reservas, eu agradeceria uma explicação didática a respeito.

Acho muito importante a confiança que V.Exa. tem no sentido de que ainda que a inflação possa ser resistente a curto prazo, mas V.Exa. mencionou que tem elementos concretos para avaliar que até o final de 2015 estaremos nos aproximando do centro da meta, da ordem de 4,5%, e eu acredito que essa é uma meta muito importante, mas que precisa estar aliada também ao bom desempenho, em termos do crescimento da economia, da taxa de desemprego, que felizmente, conforme a sua exposição, está nos níveis mais baixos desde quando o IBGE mede a taxa de desemprego, o que é muito saudável, mas é importante que nós possamos melhorar o desempenho da economia e isso, possivelmente graças à melhoria das expectativas do comportamento da economia brasileira. Eu gostaria de lhe perguntar, até porque teremos uma decisão, daqui a instantes, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos relativa a propostas de modificação no ICMS de alguns setores. Por exemplo, eu recebi um apelo do Governador Geraldo Alckmin no sentido de que essa proposição que está para ser considerada agora deveria aguardar a reforma tributária que o Governo segundo da Presidenta Dilma está por realizar e empreender. Então, eu agradeço se V.Exa. puder nos informar em que medida a nova equipe econômica, da qual V.Exa. já está anunciado como pertencendo à mesma - e eu quero lhe desejar o melhor êxito juntamente aos novos Ministros, da Fazenda e do Planejamento - Joaquim Levy e Nelson Barbosa - mas em que medida estão, de fato, considerando uma modificação do sistema tributário e fiscal brasileiro importante.

Finalmente, nos últimos 15 dias esteve no Brasil o economista Thomas Piketty, cuja obra *Capital no Século XXI* teve enorme impacto no meio acadêmico e econômico. E quando no Brasil ele ressaltou que, quando considerados os dados da receita fiscal das declarações de imposto de renda e de patrimônio, no período 2006 a 2012, nós teríamos, no Brasil, na verdade um crescimento da desigualdade de riqueza e de renda. Eu pergunto se a equipe econômica considerou essas informações, que análise faz dessas observações formuladas pelo economista Thomas Piketty e se, de fato, consideram que está havendo essa inversão no sentido de estarmos preocupados com uma concentração de riqueza e renda.

diferentemente do que ocorreu do início dos anos 2000 para cá. Então, que providências seriam consideradas pela equipe econômica?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira. S.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Obrigado.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mário Feitoza, o Deputado Devanir Ribeiro e o Sr. Altamir Lopes. Parabenizo o Ministro Alexandre Tombini pela recondução ao cargo.

Sr. Ministro, vou começar, como o Senador Eduardo Suplicy, dizendo que nós também temos a mesma preocupação. Nós já tivemos algumas audiências com o senhor. O Banco Central tem uma posição firme, o senhor tem tido uma posição favorável no sentido da reestruturação do banco, do fortalecimento do seu quadro, não só com a convocação dos concursados. Nos períodos anteriores a Lula, nós tivemos um desmonte total do banco, e o senhor tem feito uma recomposição desse quadro. Além da convocação dos concursados, é preciso rever o plano de cargos, principalmente em relação aos técnicos. O senhor tem feito essa discussão e tem se posicionado favoravelmente, mas o plano de cargos não tem avançado.

Inicialmente, como eu disse, quero parabenizá-lo. O senhor não foi reconduzido à toa, mas foi reconduzido pela forma como vem gerindo o banco, relacionando-se com os demais membros da equipe econômica.

As minhas perguntas são as seguintes: qual é a interação que o senhor já teve com os novos membros da área econômica? Qual é a disposição de eles manterem a política altamente positiva, implementada pelo Ministro Guido Mantega, que tem gerado emprego e renda como nunca foi feito no Brasil? O senhor já teve uma conversa? Já participou de reuniões? Como está a articulação com a nova equipe econômica?

Qual é a influência dos 12 anos de controle de inflação dentro da meta? Nós tivemos, talvez, o período mais longo de controle da inflação. A inflação, nesses 12

anos, manteve-se dentro da meta, ou no centro ou na margem superior, mas tem se mantido dentro da meta. Qual é a influência dessa estabilidade da inflação para a captação de investimentos estrangeiros? Qual é o nível de investimento estrangeiro em função desse cenário?

Eu também gostaria que o senhor fizesse uma análise do cenário internacional para o próximo semestre. Qual é o quadro internacional? Nós sabemos que o Brasil mantém o índice macroeconômico positivo, mas o índice de desemprego está baixíssimo. Nós estamos vendo aqui no relatório, distribuído pelo senhor, que a Europa vive com um índice de desemprego que é quase o dobro do Brasil. Nós temos um índice de desemprego baixo.

Nós temos ainda um crescimento econômico pequeno, mas crescemos, ao contrário de outros países que têm decrescido. Qual é a perspectiva do cenário internacional para o primeiro semestre de 2015? Vai melhorar? E isso, evidentemente, contribuiria para melhorar esse cenário.

Então, seriam essas as minhas perguntas.

Eu gostaria, Deputado Devanir Ribeiro, para que não fiquemos aqui como é uma tradição nefasta desta Casa, que V.Exa. estabelecesse um teto para a inscrição, porque é comum aqui o Ministro começar de manhã e terminar à noite, e vai chegar gente à tarde e se inscrever. E aquelas pessoas que não viram a exposição do Ministro, que não estão na discussão, que se inscrevam e falem à tarde.

Então, eu proponho que V.Exa. dê um tempo para fechar as inscrições, a fim de que nós tenhamos uma audiência razoável, e não uma tortura, como, às vezes, temos aqui nesta Casa, uma tortura desnecessária. Vai chegar o momento em que só vai haver repetição, as pessoas vão querer aqui mostrar falas, sem nenhuma produtividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho, Líder do DEM. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu louvo a disposição do Deputado Amauri Teixeira para o debate, como sempre.

Saúdo o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Devanir Ribeiro, o Deputado Mário Feitoza, o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini; e o Dr. Altamir Lopes, que acompanha o Presidente do Banco Central.

Eu vou fazer algumas considerações. Primeiro, eu lamento dizer que esse é um governo esquizofrênico, um governo que tem um comportamento realmente bastante esquisito, porque, quando o governo, no passado, beneficiou-se de um *boom econômico extraordinário*, com a supervalorização das *commodities* — e isso favoreceu muito a balança comercial brasileira —; o mundo crescia fortemente, a China impulsionava os países em desenvolvimento do padrão do Brasil, todo o mérito do crescimento alcançado pelo País era do Governo brasileiro, da equipe petista.

Quando o quadro se inverte, aí a coisa muda de figura. Todo o pecado e todos os fatos relacionados ao lado negativo, à estagnação econômica vivida pelo País, são debitados à crise econômica internacional. Só que os números não batem, porque o mundo cresce mais do que o Brasil. Na América Latina, o Brasil perde apenas para pouquíssimos países, dentre os quais a Argentina e Venezuela, que são países notadamente geridos dentro de uma lógica bolivariana, que tem afundado as suas nações em uma situação para lá de caótica. A gente está acompanhando o desenrolar do quadro de hiperinflação na Venezuela e de crise econômica e social, com graves repercussões, fora uma semiditadura instalada pelo Governo Maduro, infelizmente com o aval internacional do Governo brasileiro em muitas situações.

Mas, voltando para a realidade nacional, Presidente, eu quero dizer, antes de mais nada, que V.Exa. é realmente uma pessoa que pode se dizer um sobrevivente em uma equipe econômica que remou contra o Banco Central. O seu esforço no comando do Banco Central foi enorme para sustentar economicamente o País em uma posição de mínima estabilidade.

Se nós analisarmos a evolução ou, para ser mais preciso, a involução do Governo Dilma, nesses últimos 4 anos, veremos que é uma coisa gritante, porque tudo que a Presidente Dilma pegou, no início do seu primeiro mandato até hoje, ao final do seu mandato, piorou: todos os indicadores econômicos que você possa

considerar, como dívida pública, a consolidação da dívida pública bruta, durante a gestão Dilma Rousseff; o quadro de inflação acima do teto da meta — e, neste mês de novembro, superou o teto da meta, com chances razoáveis de nós terminarmos o ano com um quadro bastante crítico também com relação a isso —, a inflação que, como já disse, é realmente persistente e atormenta a vida do povo brasileiro, e a taxa de juros. Se eu não me engano, a taxa de juros, no início da gestão da Presidente Dilma, era de 10% ao ano, não é isso? E hoje está no patamar de 11,75% ao ano.

Quero indagar de V.Exa. se, porventura, há alguma relação, e eu sei que a política pelo menos dita publicamente pelo Governo brasileiro e pelo próprio Banco Central é de não interferência, de certa autonomia administrativa por parte do Banco Central, autonomia operacional, melhor falando. Mas não dá para a gente desconsiderar que a Presidente Dilma, como candidata à reeleição, pregou durante a campanha política que tudo estava uma maravilha, o Brasil não vivia nenhuma dificuldade econômica, o contexto era bastante promissor, do ponto de vista de qualquer indicador, e esse quadro não merecia grandes alterações.

Esse era o discurso da Presidente Dilma, inclusive chegando ao displate, ao absurdo de acusar os adversários de tentarem praticar, eventualmente, políticas, se porventura fossem eleitos, que seriam contra o interesse da sociedade brasileira.

A então candidata Dilma Rousseff disse que Marina Silva colocaria o Ministério da Fazenda sob a guarda e o comando de banqueiros; depois, acusou o mesmo com relação ao candidato Aécio Neves, dizendo inclusive que Armínio Fraga representaria o mercado financeiro e, como tal, seria contrário ao interesse da sociedade brasileira. Um absurdo, pois se trata de um técnico e um profissional da melhor qualidade.

E, passado o período eleitoral, Sr. Presidente, o que a gente viu? Primeiro, a Presidente Dilma convidou o Presidente do Bradesco, Dr. Trabuco, que eu considero um grande profissional, uma figura respeitável no mercado financeiro, para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda. Mas o Dr. Trabuco não aceitou o convite.

Sr. Presidente, eu quero mais 5 minutos como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. está se inscrevendo como Líder?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Líder. Eu agrego esses 5 minutos como Líder.

Depois da negativa do Dr. Trabuco, ela teve que recorrer ao Dr. Joaquim Levy, que também é um grande economista, mas de uma linha ortodoxa, para consertar as desarrumações que foram consagradas durante a sua gestão nos primeiros 4 anos de mandato.

Então, é muita contradição. O Governo, que acusava a Oposição de querer implantar um regime ortodoxo econômico no País, recorreu a um economista ortodoxo para consertar essas desarrumações. E a gente sabe que, quando o sujeito não tem credibilidade, ou o governo não tem credibilidade, a ortodoxia tem que ser ainda maior.

Então, o que se viu? E faço a seguinte pergunta a V.Exa.: por que o Banco Central aumentou a taxa de juros em 0,25%, 3 dias depois da eleição? E, logo depois, mais meio por cento, totalizando 0,75%?

Quer dizer, o Banco Central sucumbiu à pressão da Presidente Dilma de tirar aumento de juros do processo eleitoral. Essa é a leitura da sociedade brasileira, porque o cidadão hoje que paga uma compra, através de crediário, que paga o financiamento de um automóvel ou de uma casa própria, está questionando essa questão da taxa de juros. A Presidente Dilma elegeu-se com a tese de que a taxa de juros deveria cair, mas, 3 dias depois, ela manda subir, e muito. Os juros aumentaram em 0,75 ponto percentual, e já está se falando que a taxa de juros vai alcançar mais de 12%, em 2015, para ajustar a economia.

A gente sabe que a economia está toda desarrumada. Está mesmo, porque o PT, através da Presidente Dilma, empreendeu todos os esforços para ganhar uma eleição com uma margem mínima, imputando aos seus adversários fatos negativos que ela ousou praticar logo depois da eleição.

Em relação aos preços administrados, a gente sabe que o Governo também patrocinou reajustes de gasolina, de combustíveis em geral e de energia. Qual é a perspectiva para o ano de 2015? Persistência no aumento dos preços?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu peço a V.Exa. um pouco de paciência, Sr. Presidente. A gente tem tão poucos aqui para debater um tema tão relevante.

A persistência no aumento dos preços administrados, aumento da taxa de juros e a consagração de um superávit primário, segundo declarações já oficiais do futuro Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de 1,2% para o Orçamento de 2015.

Então, eu quero anunciar aqui ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento que, hoje à tarde, nós vamos ter sessão para debater a LDO de 2015 e que nós da Oposição vamos entrar em obstrução. Nós não vamos deixar votar a LDO de 2015. Por quê? Porque o Governo desmoralizou a LDO de 2014, Sr. Presidente, e passou por cima da Oposição.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem vigência para 12 meses, mas, faltando pouco mais de 20 dias para o final do exercício, querem alterar a LDO, o que é uma aberração jurídica e fiscal. E, agora, querem modificar todos os critérios com relação à LDO de 2015, sem a gente ter a certeza de que ela vai ser cumprida.

Então, para concluir, eu quero pedir a V.Exa. que convide o futuro Ministro Joaquim Levy, já que ele não é Ministro — e eu vou apresentar aqui um requerimento na sessão de hoje à tarde —, para que venha ao plenário da Comissão Mista de Orçamento, a fim de assumir publicamente o compromisso de cumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015.

Há sinais de que o Governo quer aprovar tão somente a LDO de 2015, não aprovar a Lei Orçamentária Anual — LOA, para que se governe o País, a partir do próximo ano, com o duodécimo de 1/12. É um absurdo o Governo, mais uma vez, comandar o Orçamento da União, sem levar em consideração naturalmente o interesse da sociedade e a representatividade do Parlamento, a quem cabe acompanhar todas as contas públicas.

Então, estou antecipando para V.Exa. que vou apresentar, hoje à tarde, um requerimento convidando o Dr. Joaquim Levy para que venha aqui ratificar os compromissos com relação à meta de inflação, à meta de superávit primário e à meta de endividamento público. Ele já anunciou que quer reduzir, a partir de 2015, o endividamento público, que já bateu a casa dos 63% do PIB.

Portanto, ele tem que vir aqui para assumir esse compromisso. E mais: o Governo tem que dar a palavra de que, além de aprovar a LDO, assegurará a aprovação também da LOA de 2015. Do contrário, a Oposição vai ficar em obstrução, e a mesma dificuldade que o Governo teve para aprovar a LDO de 2014 e a sua alteração, essa aberração geral que nós vivenciamos essa semana, ele terá em dobro para aprovar a LDO de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Para encerrar.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, está dito aqui claro. Com todo o respeito que tenho por V.Exa., Tombini, quero dizer que eu respeito muito profissionalmente a sua pessoa. Acho que a sua forma de conduzir e comandar o Banco Central do Brasil é uma forma distinta, muita embora V.Exa. tenha que fazer um esforço fenomenal para tapar os buracos e segurar na política monetária a desanumeração promovida pelo Ministério da Fazenda, que puxa para um lado, puxa para outro, e sobra para o Banco Central do Brasil.

Infelizmente, a gente viveu um período negro na história econômica brasileira quando a Presidente Dilma levou o Banco Central a retardar o aumento da taxa de juros tão somente por conta do processo eleitoral. Eu lamento muito.

Quero fazer, só para concluir, um elogio ao Dr. Tombini, um elogio final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa., para concluir...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Para concluir, eu quero dizer que ele fez muito bem em recuar aquela iniciativa do Procurador do Banco Central que queria processar um economista, o Dr. Schwartzman, porque opinou contrariamente à política monetária, à política econômica do Governo brasileiro.

Aquilo foi uma coisa inacreditável. Mas, felizmente, o Presidente Tombini fez o Banco Central recuar daquela decisão esdrúxula e absurda que viraria anedota internacional, em termos de avaliação econômica, por parte de economistas que acompanham as evoluções dos Bancos Centrais do mundo todo.

Então, agradecendo ao Presidente Devanir Ribeiro, quero ratificar que ou o Governo traz o Joaquim Levy aqui para explicar as metas para 2015 e assume compromisso com a LOA ou a LDO de 2015 vai ter mais dificuldade que a LDO de 2014 para ser aprovada aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não respondendo a V.Exa., mas só alertando quem está aqui, se não aprovarmos a LDO, não vamos ter as emendas impositivas.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não estou preocupado com emendas impositivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não está preocupado?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Nenhuma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, V.Exa. precisa conversar com a base aí.

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer. V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Não estendidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não estendidos. Vai querer o de Líder, não é?

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Eu vou procurar me ater ao tempo determinado.

Sr. Presidente, Deputado Devanir Ribeiro, Presidente Mário Feitoza, Presidente Tombini, Altamir Lopes, do Banco Central, que tem sempre convivido com a nossa Comissão de Finanças e Tributação nesses anos todos — e estou completando 8 anos de Comissão de Finanças —, eu queria falar do controle de inflação que nós temos administrado no País, mesmo não o mantendo dentro da meta, via Banco Central.

Eu fico me perguntando muitas vezes como é o dialogo entre Banco Central e autoridade monetária, até onde ela está estabelecida, no sentido da persuasão efetiva de que o País poderia ter um controle de inflação muito mais voltado para o caminho fiscal do que para o caminho monetário.

O Presidente agora tem 4 anos no Banco Central. Então, já dá para dizer — e se fosse 1 ano, se fossem 6 meses, poderia ser questionado, mas, há 4 anos do seu convívio com a estrutura do Banco Central, e evidentemente há que ter sintonia com a autoridade monetária — se as equipes de economistas, os técnicos do Banco Central, os técnicos do Tesouro e os técnicos da Fazenda não se comunicam, se não há essa persistente interação.

Tecnicamente a gente sabe que o caminho é via equilíbrio fiscal ou, então, arrocho monetário. Até onde existe essa conversa nesse sentido? Gente, não tem outro caminho: há que se fazer equilíbrio fiscal, redução do gasto público. E isso, nesses 4 anos, não vem acontecendo.

E aí eu entro em uma questão técnica: se efetivamente não há disciplina fiscal e sobra ao Banco Central a tarefa de controlar, com muita luta, a inflação — e aí entro na área técnica —, se o caminho efetivamente é via controle, via taxa de juros, por que o mecanismo único e efetivo do aumento da taxa SELIC? Se o controle da inflação é via arrocho monetário, por que não há outros instrumentos, como depósito compulsório, enxugamento da liquidez e outras coisas, que, em última instância, também alcançariam o mesmo objetivo? A taxa de juros controla o consumo e arrefece a inflação. O arrocho monetário, por outro caminho, também faria o mesmo trabalho.

E por que a minha indagação? Porque, no mínimo, se economizaria taxa de juro, ônus do Tesouro porque, ao se aumentar a taxa SELIC, você faz o controle monetário, mas tem um custo extraordinário da dívida pública. Então, essa é a minha indagação.

E aí eu estendo isso à política, à prática da administração das nossas reservas. Ora, os países economicamente estabilizados, estruturados, mantêm reservas, mas reservas líquidas, pelas suas sobras, fundos soberanos, e assim por diante. A nossa reserva é lastreada, é fundeada em título público. Aqui, endividou-se, emitiu título, aumentou o endividamento, paga-se juros e coloca o dinheiro lá fora. E rentabilizando quanto? Um por cento ao anol. E, aqui, paga-se em reais uma taxa SELIC de 11,75% neste momento. Então, esse é o meu questionamento, e já o fiz diversas vezes na Comissão de Finanças e Tributação.

Por que, então, esse volume? Nós precisamos ter 400 bilhões de reservas internacionais; hoje temos aproximadamente 375 bilhões de reservas, que nos remuneram 1% no exterior e que nos criam um impacto aqui de 1% ao mês e lá de 1% ao ano. Nós não precisaríamos ter 375 bilhões de reservas, mas a metade disso, que seria factível. É preciso ter reserva, sim, para ter o colchão de estabilidade, e concordo com isso. Mas, seguramente, nós não deveríamos ter uma reserva lastreada em custo de taxa SELIC a 11,75%

Faço a minha última indagação. O Líder Mendonça Filho tirou aqui do meu escrito, e eu também faço esse questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, encerrou?

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Até onde ficou combinado, dentro da dita autonomia do Banco Central, que não teríamos aumento de taxa de juros antes da eleição? Tivemos dois aumentos na taxa básica de juros: um de 0,25 e outro de 0,50, logo em seguida à eleição. Se tecnicamente o Banco Central sabia que tinha que aumentar a taxa de juros, porque não o fez ainda, escalonadamente, no decorrer do ano até antes das eleições?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu queria anunciar também a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, nobre Senador Blairo Maggi, do PR de Mato Grosso, e do Vice-Presidente Eduardo Amorim, de Sergipe.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu sugiro a V.Exa. que a gente tenha a oportunidade de ouvir o Presidente do Banco Central, porque me parece que já falaram cinco Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não, quatro.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, quatro Parlamentares. Eu acho que, a cada grupo de três Parlamentares, a gente tem que dar a palavra ao Presidente, porque, do contrário, fica muito distante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu combinei aqui com o Ministro que o Deputado Amaldo Jardim, que é o próximo inscrito, vai falar. Aí serão cinco oradores, e a gente completa. Quando chegar mais gente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu queria falar logo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Como?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu queria falar nesse primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Vamos fazer grupo de três, Sr. Presidente, grupo de três.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não, grupo de três...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos mais um.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Até para não ser deselegante com o Deputado Arnaldo Jardim, eu poderia requerer o espaço de Liderança como Vice-Líder do PT, e aí eu seria o último do bloco, e ele ficaria fora. Então, eu sugiro que nós dois, que estamos inscritos, possamos falar, e aí a gente fecha o primeiro bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos entrar em um acordo? Tudo bem? O.k.?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu sei que V.Exa. está atento e que vai ficar aqui até o fim, vai ouvir o Ministro.

Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Jardim — e eu ia falar Senador, Arnaldo, estava te anunciando —, o nosso grande representante do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Muito obrigado.

Sr. Presidente Devanir Ribeiro, Presidentes que aqui já estão anunciados, quero dizer da minha satisfação de poder participar deste encontro, com as presenças do Dr. Alexandre Tombini e do Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central.

Quero fazer uma referência pessoal a respeito do Sr. Alexandre Tombini. Eu tive o privilégio de conhecê-lo ainda como Diretor de Normas, do Banco Central. Tivemos uma oportunidade, para mim, muito prazerosa, que foi quando, juntos — posso assim dizer —, caminhamos para que tivéssemos a nova legislação sobre o cooperativismo de crédito, matéria da qual fui Relator aqui e o Dr. Tombini, desde aquela época, um grande incentivador, o que me permitiu com ele conviver e reconhecer, portanto, a sua postura como homem público e a sua capacidade.

Dr. Tombini, aqui nós temos a oportunidade de discutir a sua prestação de contas, aquilo que faz o Banco Central, e nós temos algumas premissas. Eu bem sei do seu comportamento e do seu cuidado de se manter na função de guardião da moeda e também sei da delicada fronteira que é discutir outros aspectos da gestão econômica do País, na medida em que há uma equipe designada aí. Mas nós não podemos nos furtar a ver o contexto em que o Banco Central atua, em que a diretoria tem a sua responsabilidade.

Eu quero dizer também que festejo o fato de V.Exa. estar sendo um sobrevivente a esse período, a essa equipe econômica. Diferentemente do que disse o Deputado Amauri Teixeira, podem-se festejar alguns aspectos, mas, sem dúvida, nós vivemos uma situação delicadíssima no País: uma situação de perda de referência de preços relativos; uma situação em que fatores macroeconômicos fundamentais — a estabilidade da moeda — estão comprometidos.

O Brasil hoje vive o risco de ter o rebaixamento de *investment grade* se não forem adotadas medidas. Eu espero que a nova equipe econômica, com o papel do Banco Central, possa fazer frente a isso. Nós somos aqueles que queremos a estabilidade da moeda. Sabemos da importância de termos o combate sistemático à inflação.

Eu recebo aqui a prestação que V.Exa. nos oferece como uma prestação sintética, bem conduzida, mas que deixa uma série de entrelinhos que certamente uma leitura um pouco mais acurada... E um debate que nós poderíamos fazer... Eu ressalto hoje uma presença muito significativa aqui, Deputado Devanir, da Oposição. A maioria dos Parlamentares que aqui estão — estiveram ao longo do processo como um todo — são da Oposição, que é uma grande minoria da Casa, dando bem conta daquilo que é a nossa preocupação de produzir o contraditório e poder discutir os temas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Mas todo Governo só é bom quando tem uma oposição competente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - E V.Exa. é uma oposição competente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pois é. Tentamos ser. E isso deve ser festejado mesmo. Algumas vezes a condução, aqui ou no plenário, parece ser, ao invés de saudar, uma disposição de tratar. Aí não é bom. Mas, quando V.Exa. diz isso, nós nos sentimos em casa.

Dr. Tombini, o primeiro capítulo é a questão da inflação. Todos nós temos uma preocupação, e a tabela que V.Exa. nos oferece aqui é uma tabela que diz que nós temos uma tendência de convergência à meta. Está certo? Eu estou falando da tabela apresentada aqui na página 36. Só que na mesma página 36 nós temos um

quadro que diz bem do ajustamento de preços relativos em curso. E aí nós temos dois cenários de preço que concorrem para que possamos ter, afinal, o indicador da inflação.

Os preços livres estão em queda — é o que essa tabela identifica aqui na página 36 —, e os preços monitorados estão em alta. V.Exa. sabe que a tendência é que esse aumento dos preços monitorados se acentue. O de combustíveis é um caso clássico; o de energia, outro caso evidente; nós tivemos o chamado represamento de uma série de preços. Chegamos ao ponto de a ANEEL postergar a entrada em vigor das chamadas bandeiras tarifárias. Com aquilo tudo que tem sido desembolso para fazer frente ao custo de operação das térmicas, nós vamos ter um custo crescente com relação a isso.

Eu queria perguntar a V.Exa. de que forma essa tendência de alta está sendo considerada, em que cenário isso foi previsto pelo COPOM e se isso enseja uma tendência em que nós tenhamos um aumento da taxa SELIC.

O segundo parâmetro importante do ponto de vista da nossa economia é exatamente a questão da balança comercial. Nós tivemos um crescimento muito acentuado das importações. E aqui no gráfico, que é exatamente o gráfico da página 32, nós mostramos o que V.Exa., naquilo que nos põe, coloca na frente: moderação.

Nós tivemos uma diminuição das importações em relação ao PIB de uma forma significativa. Chegamos ao patamar de mais de 6% e baixamos a 1,1%. Eu não sei se festejo isso, e V.Exa., conhecedor que é da economia, também — tenho certeza — tem preocupações com relação a isso.

Quando a importação cede e é de bens duráveis, nós podemos festejar, porque isso pode ser um sinal — está aqui o nosso querido Armando Monteiro, Presidente da CNI e agora futuro Ministro —, um sinal de que a nossa indústria poderia, de alguma forma, estar preenchendo esse espaço. Só que aqui me parece que a diminuição das importações se deva à baixa atividade econômica.

Eu gostaria que V.Exa., por favor, detalhasse essa análise. Nós não podemos festejar quando isso acontece, porque isso pode significar a diminuição de compra de bens de capital, de máquinas e equipamentos, e isso vai ter a consequência, não a longo prazo, mas a médio prazo, de não conseguirmos recuperar a nossa produtividade.

Finalmente, porque o Presidente já me faz um aceno, eu quero me concentrar, Dr. Tombini, na questão referente ao superávit. Nós temos uma grande polêmica nesta Casa. Nós estamos tendo uma mudança do conceito para corresponder a uma situação de fato. O superávit anunciado de 116% será praticado, quem sabe, num superávit positivo de 10%. Os números ainda não estão fechados. Agora, a nova autoridade, e isso é que é um determinante, agora, no relatório do Senador Vital do Rego, fala de um cenário de 1,2% como um cenário que seria o previsto pelo Governo para 2015 — 1,2% do PIB. Do ponto de vista de convergência ao centro da meta de inflação, qual a análise de V.Exa. sobre qual seria o superávit necessário para que nos tivéssemos consistência para buscar o centro da meta inflacionária?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Temos cinco inscritos. Falaram cinco. Para que o Ministro não se perca, nós vamos, então, pedir que responda aos cinco Deputados e ao Senador Eduardo Suplicy. Depois, nós abrimos... Lembramos o seguinte: após as respostas do Ministro, S.Exa. poderá ser interpellado por 2 minutos. É o que diz o nosso Regimento.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - V.Exa. vai encerrar as inscrições quando?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Esse é o Regimento do Senador Renan ou o seu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Bem, como V.Exa. fica pertinho dele — Pernambuco e Alagoas estão próximos —, é melhor V.Exa. perguntar a ele.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Só geograficamente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu sou autor de um requerimento, solicitando a presença do Dr. Tombini aqui, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Isso foi feito de maneira articulada e conjunta com a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. pode se inscrever.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Agora, eu queria saber se o meu tempo... Como autor do requerimento, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro - Cinco minutos.

V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado.

Com a palavra o Ministro Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores. Obrigado pelos comentários, pela oportunidade de debater com V.Exas.

Inicio pela sequência: o Senador Suplicy indaga sobre o registro contábil das reservas internacionais, se isso estaria no Tesouro ou no Banco Central. Está no Banco Central. Inclusive neste conjunto de gráficos e tabelas que eu distribuí a V.Exas., atendendo à lei, na tabela 6, do lado dos ativos, nós veremos, na primeira linha, ativos em moedas estrangeiras, cotados em reais, no dia 30 de junho de 2014. Ou seja, as reservas estão contabilizadas no balanço do Banco Central em moeda nacional.

Ele mencionou que na minha apresentação inicial, nas palavras introdutórias, eu teria sugerido que até o fim de 2015 estaríamos nos aproximando do centro da meta. O que eu disse foi "no período relevante". E eu aqui procurei ser claro. Com "período relevante", eu me referia a 2015 e 2016. Mas o que eu posso dizer em relação à indagação do Senador Suplicy é que nós faremos o possível para trazer essa inflação mais para baixo neste ano que se inicia, em 2015, e a convergência para o centro da meta em 2016, portanto no período relevante para a política monetária, olhando desde hoje.

Mencionou algo em relação à reforma tributária. Não é minha área. Os novos Ministros devem estar estudando uma série de medidas no campo tributário. Eles melhor o dirão. Certamente naquilo que puder contribuir, o Banco Central vai contribuir com a sua inteligência econômica e também com o seu conhecimento em matéria fiscal. Como V.Exas. sabem, nós somos responsáveis pelo cálculo do resultado fiscal no conceito do financiamento, conceito abaixo da linha, ou seja, da variação passivos e ativos das entidades públicas dos vários níveis de Governo com o Sistema Financeiro Nacional. Então, nós conhecemos essa matéria, porém não

está na nossa responsabilidade definição nem da política fiscal, nem da política tributária, nesse caso, mas certamente colaboraremos com a atual equipe, com a nova equipe nesse trabalho.

Em relação à questão do economista Thomas Piketty, o Senador Suplicy menciona que, de acordo com esse economista, caso fossem considerados dados recentes, possivelmente o quadro de concentração e distribuição de renda seria diferente. Temos que lembrar também que, considerados os dados da Receita, nós deixaremos por fora também toda a variação patrimonial daqueles cidadãos isentos. Então, tem-se que comparar essas duas realidades. Certamente nós temos feito avanços importantes na questão da desigualdade social nas últimas décadas no País.

No que se refere ao Deputado Amauri Teixeira, eu gostaria de agradecer os cumprimentos, enfim todas as palavras gentis em relação ao Banco Central do Brasil. Quero dizer que, em relação à modernização da carreira dos técnicos, a questão do nível superior, nós temos simpatia, como V.Exa. bem sabe, e continuaremos o diálogo com o Governo nessa matéria.

Em relação à interação com os novos membros da política da área econômica, os Ministros já designados, porém ainda não empossados... Os dois Ministros já conhecemos — eu, o Altamir e outros colegas do Banco Central — nas nossas carreiras no setor público; enfim, temos com eles interação, conhecemos bem as novas lideranças da área econômica. Certamente vamos trabalhar de forma articulada. Como eu mencionei no meu discurso, a minha visão em relação a essas políticas macroeconômicas é que as políticas têm que ser independentes, ainda que se complementem. Então, as definições de políticas têm que ser tomadas de forma independente, com os seus objetivos assegurados a cada uma das políticas, mas certamente temos de reconhecer as complementariedades que existem.

Então, creio que — para responder à sua pergunta — a condução seguirá uma trajetória de crescimento sustentável, quer dizer, com inflação sob controle do nosso lado e com um crescimento que se sustente ao longo do tempo, para fazer a consolidação e alavancar os avanços sociais que o País vem conseguindo nesses últimos anos.

A influência do controle da inflação, nos últimos 11 ou 12 anos, como V.Exa. mencionou... Eu creio que é importante, sim. Ainda que nós queiramos uma inflação menor do que a de hoje, certamente a inflação está sob controle, e tem estado, por ação do Governo, por ação do Banco Central. Nós temos a missão de trazê-la mais para baixo, e vamos fazê-lo. Agora, no contexto internacional, certamente a inflação na economia brasileira deixou de ser um problema pelo fato de termos um Banco Central preocupado com as metas estabelecidas. Se não as cumprir, tem que se explicar. Essa é uma garantia de que a inflação permanecerá sob controle ao longo do tempo. E isso, digamos assim, se não ajuda, certamente não atrapalha os investimentos estrangeiros internacionais. Olha-se uma série de outras variáveis, inclusive a dimensão do nosso mercado, a nossa capacidade produtiva. Enfim, há uma série de outros fatores que são levados em consideração.

Em relação ao cenário internacional, eu falei brevemente, nas palavras introdutórias, que há certa dissincronia nos ciclos monetários hoje no mundo. Temos os Estados Unidos, por um lado, mais avançados no processo de normalização das condições monetárias e financeiras, e temos ainda grandes áreas econômicas como Europa e Japão, que estão ainda adicionando estímulos monetários nesse momento. Então, essa dissincronia, por um lado, é boa, porque não está todo o mundo puxando para a mesma direção, e a liquidez internacional, de certa forma, ainda que menos favorável do que hoje, continua bem ao longo dos próximos trimestres, digamos assim, e, por outro lado, também esse diferencial de crescimento não permite uma visão totalmente clara a respeito da recuperação da economia mundial nesse período que V.Exa. menciona, ou seja, o primeiro semestre de 2015.

Nós achamos, sim, em consonância com o que preveem os organismos multilaterais, que o mundo crescerá mais em 2015 do que cresceu em 2014, e o comércio global expandirá mais fortemente em 2015 do que expandiu em 2014. Isso deve ter certamente impacto sobre as perspectivas, pelo menos impacto do setor externo na economia brasileira.

Assim, esgoto as perguntas do Deputado Amauri Teixeira.

Passo, então, às indagações do Deputado Mendonça Filho. Em relação à questão da política econômica e da política monetária ao comportamento, digamos

assim, de autonomia operacional do Banco Central, eu queria dizer que, em relação à nossa política monetária, de abril de 2013 a abril de 2014, os juros subiram 375 pontos. Essa dimensão foi, coincidentemente, do tamanho de outros ciclos, como o ciclo de 2010 e o ciclo de 2004. Quando nós paramos de subir os juros, em abril deste ano, e chegamos a setembro de 2014 — 2 e 3 de setembro, quando foi a reunião do COPOM —, nós não decidimos assim: *"Vamos nos reunir porque decidimos que temos que reunir"*. O nosso cronograma é definido com 1 ano de antecedência. Isso faz parte inclusive da transparência e da qualidade, digamos, da governança de uma instituição como o Banco Central.

Então, não há improvisação em relação ao tempo em que as decisões são tomadas. Só para recapitular: subimos 375 pontos, mais de 1 ano subindo juros. Ou seja, com a economia desacelerando, mas focando na inflação.

Se V.Exa. se recorda, em setembro, quando decidimos não subir, qual era a narrativa do Banco Central? A narrativa do Banco Central era que, no período relevante para a política monetária, 2 anos à frente, nós não contemplávamos, na nossa estratégia de política monetária, qualquer redução na taxa de política. Isso ficou muito claro. Foi dito pelo Banco Central que nós não contemplaríamos qualquer redução na taxa dentro da estratégia de conduzir a inflação para o centro da meta num horizonte relevante. Então, essa era a narrativa, a comunicação do Banco Central em 2 e 3 de setembro, quando decidimos, pela última vez, manter a taxa de juros constante, a taxa SELIC, naquele momento, em 11%.

V.Exa. se recorda de que, no início de setembro, a condição do dólar no mercado internacional era tal que, no mercado doméstico, estava na faixa de 2,25 reais por dólar. V.Exa. se recorda também de que, entre 2 e 3 de setembro, que foi a nossa última reunião antes das eleições, até a reunião seguinte, marcada com 1 ano de antecedência, nos dias 28 e 29 de outubro, o dólar foi para a faixa de 2,50 reais a 2,55 reais. Ou seja, nós tivemos uma desvalorização nominal do real, entre essas duas reuniões, da ordem de 10%.

Não foi só o real que foi desvalorizado. Houve uma valorização generalizada do dólar no mundo, uma valorização generalizada no globo. Então, aquela nossa estratégia, que era totalmente válida do ponto de vista técnico do Banco Central, de que no horizonte relevante a melhor estratégia não contemplava a redução da taxa

de juros, nós começamos a mudar já ao longo do mês de outubro. E V.Exa. deve se recordar também de que, já no final do mês de setembro, quando já havia um processo de fortalecimento do dólar no mercado internacional, na apresentação do relatório de inflação, que é feita por definição interna, sem improvisação também, pelo Diretor de Política Econômica, ele apresentou a visão coletiva do Banco Central, inclusive a minha visão, de que aquela estratégia de apenas não reduzir a taxa de juros já não seria suficiente, dizendo que não haveria qualquer complacência do Banco Central com a inflação.

Entre o início e o final de outubro, portanto antes do dia 26, em reunião anual no final de semana em Washington, reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, declarei à imprensa, inclusive à imprensa nacional, que não haveria qualquer complacência do Banco Central em relação à inflação. Ou seja, diante desse quadro, diante da intensificação na mudança de preço relativo que ocorreu, de mais de 10% do câmbio nominal, aquela estratégia nada mais vale.

Então, os sinais, do ponto de vista do Banco Central, estavam ali. E certamente nós não improvisamos. Não é porque está ocorrendo movimento que nós vamos remarcar a reunião do COPOM, coisa que é feita com 1 ano de antecedência dentro de um esquema, dentro de um sistema de governança bastante bem definido. Então, eu gostaria de prestar esse esclarecimento em relação à parte que me toca da política monetária para dizer como se passa isso.

Em relação aos preços administrados, eu distribuí, Deputado Mendonça Filho, aqui nessas transparências, para complementar as palavras iniciais e para o debate também, um gráfico na página 22, que mostra a evolução dos preços administrados. Em amarelo, está aqui a trajetória dos preços administrados na economia brasileira. E o que nós vimos ao longo de 2014 foi uma subida bastante grande dos preços administrados, ou seja, desvinculados, por exemplo, do ciclo político. Quer dizer, houve aqui elevação. Chegou a um piso no final de 2013, acumulado em 12 meses, na faixa de 1 ou 1 e pouco; e chegou aqui em outubro na faixa de 5,5, hoje está na faixa de 5,83 a evolução dos preços administrados.

Então, tem havido uma evolução. O Banco Central já, no início de 2014, tinha a previsão de preços administrados acho que da ordem de 5% para o ano. Deve encerrar um pouco acima disso. A projeção foi ajustada. Para o próximo ano, nós

estamos com algo em torno de 6% de preços administrados. Ou seja, esse tal realinhamento de preços administrados e preços livres tem sido inclusive mencionado por nós nos nossos documentos já de algum tempo.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. me permite?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Se porventura tivesse havido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Um minutinho só. Vamos fazer aqui na ordem.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Dentro da explanação dele. Eu perguntei a ele se me permitia, Sr. Presidente, e ele me permitiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Se permitir a V.Exa., vai permitir a outro, e aí nós vamos nos atrasando.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - O convidado fica constrangido.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Qual é o constrangimento? Aqui, um sujeito fazer pergunta ao Presidente do Banco Central é constrangimento. Isso aqui é uma ditadura!

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Há Regimento! Cumpra o Regimento. O método socrático só perturba o desenvolvimento da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Depois V. Exa. vai ter a palavra. Tudo bem? Eu garanto a V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ainda bem! Obrigado.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Então, os preços administrados têm essa trajetória. Nós fazímos e fazemos as nossas projeções. Lá, no início do ano, era em torno de 5%; vai terminar um pouco acima disso o preço administrado para o ano, 6%. Então, as projeções entram na nossa conta da inflação, assim como outras variáveis, que fogem ao controle do Banco Central, são tomadas como dados exógenos às nossas projeções.

Eu creio que é isso em relação às perguntas do Deputado Mendonça Filho.

No que se refere às questões colocadas pelo Deputado Alfredo Kaefer sobre o controle da inflação, quero dizer que esse diálogo sempre existiu, mas, como eu fiz questão de ressaltar nas palavras introdutórias, e aqui as reitero, essas políticas têm que andar de forma independente, ainda que sejam complementares.

Certamente, se examinar todos os documentos oficiais do Banco Central, a assessoria de V.Exa. verá que nós sempre nos referimos ao ponto em que nós entendemos que a política fiscal se encontra: se é contracionista, neutra ou expansionista, do ponto de vista de estímulos à demanda agregada. Então, isso está sempre refletido tanto nas atas do Comitê de Política Monetária, quanto nos relatórios de inflação.

Nós vimos marcadamente como evolui a percepção do Banco Central em relação às políticas. Por exemplo, o Banco Central diz que a política fiscal está caminhando no horizonte relevante para a neutralidade, vindo de uma situação de expansionismo. Então, se está caminhando, ela não chegou lá ainda. Logo, a nossa visão sobre a política fiscal, nesse exemplo específico, é de uma política fiscal expansionista. Então, se nós olharmos os documentos do Banco Central, veremos que sempre há uma visão sobre a política fiscal.

Eu tenho falado aqui já várias vezes, tanto na CMO, quanto na CAE e outras Comissões, em diálogos com V.Exas., que, do ponto de vista da autoridade monetária, não olhando para os outros objetivos do Governo, quanto mais apertada a política fiscal, tanto melhor para a autoridade monetária. Repito: se for mais apertada, fica mais fácil o nosso trabalho; se for menos apertada, fica talvez um pouco mais trabalhoso. Essa é uma visão de que eu tenho falado há 4 anos nesta Casa, e vou continuar repetindo.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O problema é que eles não ouvem V.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu acho que, sim, a questão da política fiscal é importante em duas dimensões: na questão da confiança e na questão da demanda agregada. Nós focamos na demanda agregada, porque isso impacta diretamente o nosso trabalho.

Então, há comunicação — cada um no seu quadrado, mas há comunicação, sim —, e continuará havendo certamente com a próxima equipe.

Em relação ao controle da inflação, o instrumento primordial é a taxa SELIC. A taxa de juros entra em todas as frestas da economia. V.Exa. menciona outros mecanismos. Como nós vimos aqui também em outro eslaide que eu trouxe para este debate, o crédito desacelerou.

Nós tínhamos o crédito crescendo em 12 meses acima de 25%; ele desacelerou, e hoje está crescendo na faixa de 12%. A inadimplência também recuou em relação aos níveis elevados em meados de 2011, por uma série de medidas também na área que V.Exa. mencionou: macroprudenciais, compulsórias... Enfim, nós conseguimos reduzir a inadimplência.

No que se refere ao comprometimento de renda e ao nível de endividamento das famílias, se nós tirarmos o crédito imobiliário, que substitui de certa forma o aluguel, nós veremos que estamos numa situação melhor do que estávamos há 2 ou 3 anos. Os bancos ficaram mais seletivos na concessão de crédito já de algum tempo. Isso tudo militou no sentido de reduzir os riscos sistêmicos no mercado de crédito. Então, não me parece fazer sentido apertar as condições de liquidez, uma vez que se tem um mercado de crédito desacelerado, um sistema financeiro mais seletivo, uma inadimplência reduzida.

Portanto, o nosso foco em relação a instrumento de política monetária é, e continuará sendo, a taxa SELIC.

Com relação às reservas internacionais, houve um acúmulo. V.Exa. reconhece o valor das reservas internacionais como um seguro às vicissitudes do mercado financeiro internacional. Ao mesmo tempo, quero dizer que esse volume de reservas internacionais que o País tem hoje, aproximadamente 375 bilhões de dólares, no momento está em torno de 16% do Produto Interno Bruto. Se nós olharmos outras economias emergentes de grande porte — China, Índia e outras —, nós veremos que a nossa reserva está mais ou menos no pelotão intermediário quanto ao tamanho da reserva em relação ao tamanho da economia. Então eu diria que também é uma situação de certa forma confortável esse tamanho da reserva.

Deputado Arnaldo Jardim, primeiramente queria reconhecer também a nossa parceria com os Parlamentares da área do cooperativismo e com V.Exa. Certamente esse é um segmento que recicla a poupança local e que se mostrou muito importante também na crise financeira 2008-2009. Não tivemos problemas nesse segmento. E a ideia do Banco Central é continuar trabalhando para que ele se fortaleça ao longo do tempo e talvez adquira uma dimensão um pouco maior em relação ao mercado de crédito que ele tem hoje. Mas certamente é um segmento

em que muito trabalho importante foi feito. E continuamos focados no cooperativismo de crédito.

Vou falar um pouco sobre preço administrado. Na realidade, não há um represamento assim: *"Passou o final desse ano, a coisa..."* Esse realinhamento de preços administrados já vem de algum tempo. A faixa amarela aqui mostra a evolução acumulada em 12 meses. Inclusive nós aqui do Banco Central temos dito que esse realinhamento de preços administrados — de preços relativos, tanto administrados contra livres e preços domésticos contra preços internacionais — que vem ocorrendo, intensificou-se a partir de setembro. De maneira que a política monetária não vai, digamos assim, compensar esses aumentos de preços relativos. Ela vai tratar de que os efeitos secundários não se espalhem na economia. Essa é a linguagem do Banco Central para dizer por que têm apertado as condições monetárias nesses últimos tempos, quando os ajustes ou realinhamento de preços administrados ocorrem na forma mais intensa. É bom que isso ocorra porque diminui a vulnerabilidade da economia dentro das suas preocupações de perda de grau de investimento.

Mas a política monetária entra para fazer com que os efeitos de segunda ordem desses preços administrados sejam limitados e não se espalhem para a economia; a gente mantenha a variação de fato no câmbio real e não no câmbio nominal; e os preços relativos, os administrados contra os preços livres, se deem de forma sustentada, sem gerar repercussões secundárias.

Com a importação cedendo, como V.Exa. menciona, de fato uma parte da história tem a ver com o crescimento da economia brasileira, o consumo que desacelerou; e outra parte tem a ver com os termos de troca. O Deputado Mendonça Filho e outros Deputados mencionavam sobre a questão internacional. Nós tivemos, de 2003 a 2010, 6 anos de termos de trocas favoráveis ao Brasil, e 2 anos foram de termos de trocas desfavoráveis na crise, sendo mais 1 ano, que eu acho que foi o de 2003. Esses últimos 4 anos foram, de ponta a ponta, de termos de trocas desfavoráveis, ou seja, em que os preços de nossas exportações cresceram menos do que os preços de nossas importações.

Uma parte dessa evolução recente da balança comercial tem a ver com a evolução dos preços de produtos exportados, haja vista, por exemplo, o minério de

ferro e a soja recentemente. Então tem um pouco, sim, de atividade, mas tem também a questão internacional, ainda que a quantidade de exportações continue vigorosa do ponto de vista de receita, porque o preço recua significativamente. Nesse último período, ocorreu esse fenômeno.

O superávit de 1,2% anunciado pelo futuro Ministro da Fazenda traz essa política, dado o atual momento da economia brasileira no ciclo. Ou seja, a velocidade com que a economia está crescendo traz a política fiscal para um campo neutro, talvez ligeiramente contracionista, no período à frente. Então esse primário cumprido traz a política para esse terreno mais de neutralidade ou de contração.

Seria basicamente isso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, eu posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Deputado Mendonça Filho, um minuto, por gentileza. Agora vamos ver as inscrições. O Senador Eduardo Suplicy foi o primeiro que falou. Agora será o Deputado Amauri Teixeira, que terá 2 minutos, e depois será V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas essa é a ordem dos inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É a ordem dos inscritos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Agora é a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Agora é a réplica, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas a réplica é depois da ordem dos inscritos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não é depois dos grupos. Em cada grupo há réplica e tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É no grupo. Nós vamos fazer assim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, Sr. Presidente, nós vamos encerrar só nos cinco inscritos se houver a réplica. Essa orientação não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tudo bem.

Tem a palavra o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Primeiro, a melhor forma de democracia, Sr. Presidente, é cumprir o Regimento. Essa conversa fiada de bolivarianismo é conversa oca de quem quer falar arbitrariamente, em detrimento dos outros.

Eu vou me ater aos meus 2 minutos. E V.Exa. cumpra o Regimento, porque afi, sim, V.Exa. garante a democracia. O Regimento não foi feito à toa.

Aqui se fala muito em manipulação. Primeiro eu quero deixar claro que foi mostrado que o Banco Central tem um cronograma, tem um calendário. E eles fazem de conta que não sabem, porque o calendário é aberto, é um calendário anual de reuniões do Conselho, que avalia se mantém ou muda a taxa de juros. Ou seja, não foram reuniões casuísticas.

Também foi mostrado que a divulgação dos dados do IPEA era feita em cima de um calendário previamente agendado. Ou seja, este País se institucionalizou. Não há casuismo, não há circunstâncias manipuladoras como havia antes, como esse estudo medíocre que fala do crescimento da pobreza.

Eu sou Auditor da Receita Federal, órgão que a gente critica porque há muito tempo não faz fiscalização, faz arrecadação. Os dados da Receita Federal são muito restritos para se falar de crescimento ou não da pobreza. Tais dados não servem para esse tipo de análise. Além disso, como o Ministro já colocou, há os isentos, há os que sonegam informações, há os que não declararam, os que ainda não foram incluídos no SIMPLES ou os que estão no SIMPLES, mas cujos dados não foram disponibilizados, etc., etc., etc. Manipulação é esse estudo feito à época da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. S.Exa. tem 2 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero dizer ao Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, que realmente o esforço dele para colaborar com o equilíbrio econômico do País foi fenomenal. Digo isso até porque a política monetária comandada pelo Banco Central tinha como contrapeso, trabalhando numa direção inversa, a política fiscal comandada pelo Ministro Guido Mantega, que, como se sabe, foi coroada por mecanismos da chamada contabilidade criativa, que corroeu todo o restinho de credibilidade que ainda existia na política econômica

brasileira. Então não houve esforço em termos de política monetária que pudesse compensar o desastre fiscal do atual Governo.

Se o atual Governo estivesse numa boa rota, evidentemente não precisaria mudar o Ministro da Fazenda, que foi demitido há alguns meses. Eles tiveram que recorrer a um economista ortodoxo para consertar as bobagens que foram praticadas pela atual gestão.

E quem diz isso não sou eu. Eu me baseio em dados objetivos. Crescimento: 7,5% no final de 2010; e 0,18% em 2014, que é a perspectiva para este ano. SELIC: 10,75% em 2010; e 11,75% agora, sendo que já estão falando em 12%. IPCA: 5,91% em 2010; e mais de 6,5% agora, já superando o teto da meta. Dívida bruta: 53% do PIB em 2010; 62% do PIB hoje. Esses números falam por si: toda a política econômica foi realmente na direção do desastre, de levar o Brasil à estagnação, com inflação elevada.

Eu louvo a tentativa de explicação do Presidente Tombini. Eu sei do esforço pessoal de S.Exa. e sua equipe. Os quadros do Banco Central são dos melhores quadros profissionais da administração pública do Brasil. Pode-se dizer que os técnicos do Banco Central têm padrão internacional, Sr. Presidente. Mas eles não obram milagres, eles não podem fazer milagres.

A Presidente disse durante a campanha política que os juros iam cair. Mas 3 dias depois os juros subiram; e já subiram de novo. Os preços administrados de gasolina, apenas coincidentemente — apenas coincidentemente, é evidente — subiram depois das eleições. Mas isso estava no planejamento, pois se planejava subir os preços administrados depois das eleições. Também estava no planejamento subir os juros depois das eleições. E estava no planejamento também trazer um Ministro ortodoxo para consertar as mazelas feitas pela heterodoxia irresponsável que levou o Brasil à estagnação e inflação cada vez maior.

Então eu só quero concluir aqui dizendo do meu respeito pelo Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Quero dizer que as metas mudam e que o esforço fiscal do novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, será maior por conta da falta de credibilidade do Governo. Se ele estivesse num Governo alinhado com um pensamento correto de mercado, não precisaria fazer tanto esforço. Agora terá que

ser mais realista do que o rei, porque realmente a credibilidade evaporou-se por completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim, por 2 minutos, para a réplica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Vou tentar ser rigoroso, Sr. Presidente. Quero primeiro fazer algumas considerações bem rápidas, que agora são opiniões.

Se esse quadro aqui exposto pelo Banco Central fosse um retrato de toda a economia, não justificaria a política de retomada de elevação da taxa SELIC. Aqui o que se demonstra é o seguinte: a inadimplência está caindo; o endividamento está caindo; há uma tendência de convergência da meta da inflação rumo ao centro da meta; e o Governo poderia postergar ou continuar com a política que vinha adotando.

O nosso Ministro Tombini fez um exercício na sua resposta e disse que houve uma grande inversão: foi a situação internacional, particularmente a questão da moeda, o fator decisivo para se alterarmos essa política. Eu reconheço que é uma prestação de contas e uma declaração oficial. Mas a mim ela não me convence.

Entendo que há uma questão determinante que delicadamente o Ministro Tombini não observou, a não ser por uma referência muito delicada que S.Exa. fez, quando disse que a política fiscal foi expansionista. Está aí, quando o Governo comprometeu o superávit e abandonou as metas de gestão, a causa efetiva para determinar uma mudança da política do Banco Central — que eu respeito e acho adequada, porque é o que pode nos conduzir para voltarmos a ter um controle da situação econômica.

Mas é preciso que fique muito clara a responsabilidade. É uma responsabilidade tão clara que a Presidente está mudando o comando da política econômica.

Deixo, para o Ministro Tombini poder nos ajudar a montar um quadro, um aspecto só: a questão do câmbio. Aqui há os dois quadros que falam do fato de estarmos retomando a questão da depreciação até para ajustar o valor do real e permitir uma competitividade. Isso para mim é importante. Há também o aspecto do câmbio de controle inflacionário, sendo que o declínio das importações não faria isso

de uma forma tão determinante. Acho que, do ponto de vista da balança comercial, o quadro aqui demonstra uma recuperação de valor real em torno de 30%. Como V.Exa. está imaginando o cenário da política cambial? Embora formalmente continuemos com o câmbio flutuante, há certo tempo estamos falando de uma banda cambial, que tem sido administrada nas operações feitas. Qual cenário do câmbio V.Exa. imagina para o próximo ano, Ministro Tombini?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Sr. Ministro, V.Exa. tem a tréplica.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Amaldo Jardim, em relação ao câmbio, a política do Brasil é de câmbio flutuante. O câmbio tem flutuado a despeito daquilo que nós fazemos, ao fornecer proteção cambial à economia como um todo na forma daqueles contratos de derivativos que eu discorri aqui na apresentação. Então o câmbio é flutuante. E quem vai defini-lo são as forças de mercado.

O que está ocorrendo em relação ao dólar é um movimento global de fortalecimento do dólar. Isso ocorre em duas perspectivas. Primeiro há a normalização das políticas monetárias nos Estados Unidos em relação, por exemplo, à Europa e ao Japão e outras áreas. Também há a perspectiva de a economia americana, que já em crescimento, continuar crescendo mais do que as outras grandes áreas econômicas, atraindo então esse interesse pelo dólar.

O movimento do dólar foi global. E dentro desse movimento global, o real também se movimentou, a despeito da política do Banco Central de fornecer a proteção cambial. Essa política não mudou. O que mudou foi o dólar no seu movimento global.

Dito isso, naqueles dois gráficos que V.Exa. menciona, um representa a evolução do câmbio nominal desde meados de 2011, com quase 70% de ajuste no preço nominal real/dólar; e outro representa, digamos assim, um câmbio real efetivo variando nesse mesmo período em torno de 30%.

As outras moedas também se depreciaram contra o dólar nesse período. Portanto, quando falo em câmbio efetivo do real, estou falando não só em relação ao dólar, mas a várias outras moedas que não tiveram uma movimentação tão grande.

Também há o efeito da inflação, que foi contida dentro dos nossos parâmetros. Então houve um ganho real.

Acho que o importante no assunto competitividade é o câmbio real e não o câmbio nominal. Aquele câmbio nominal que vem e depois toma de volta com a inflação, não vale nada, não é sustentável. Por isso, quando nós do Banco Central dizemos que um dos preços relativos se intensificou, nós não estamos brigando contra o preço do dólar e do real, mas apenas constatando que o câmbio se movimentou e que isso pode ter efeito secundário. Então nós temos que evitar os efeitos secundários e não procurar reverter o preço do dólar a qualquer preço, porque o câmbio é flutuante.

Eu acho que esta é a melhor linha de defesa da economia: deixar o câmbio se ajustar em função do movimento global. Isso não é algo deliberado, não é algo de política cambial; é do regime de câmbio flutuante. E nós controlamos a inflação para que, caso haja um ganho no sentido de depreciação do real, essa depreciação reflita a realidade, ou seja, descontada a inflação.

Esse é o quadro. Certamente uma previsão de câmbio flutuante, sofrendo impacto em todas as variáveis econômicas tanto aqui quanto lá fora, é algo que os economistas procuram não fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos agora para o segundo bloco.

Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. dispõe de 5 minutos. Depois eu vou conceder a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças, que está aqui à mesa, Deputado Mário Feitoza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Prezado Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela exposição e dizer que eu vi de uma maneira muito positiva o anúncio da nova equipe econômica, com a presença de V.Exa. à frente do Banco Central; do futuro Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; e de Joaquim Levy.

E fiquei também bastante satisfeito com a iniciativa do Governo de encaminhar para esta Casa e comunicar à sociedade brasileira, na sexta-feira da semana passada, os novos parâmetros macroeconômicos, que evidentemente têm

grande impacto no debate que nós estamos fazendo sobre a LDO e o Orçamento do ano que vem.

O ilustre colega, Deputado Mendonça Filho, usou aqui a expressão de que este é um "Governo esquizofrênico". Na realidade eu acho que quem está vivendo uma crise de esquizofrenia é a Oposição, porque, ao mesmo tempo, o Líder do Democratas, Deputado Mendonça Filho, anuncia a intenção de obstruírem o debate da LDO de 2015, consequentemente dificultando a tramitação do próprio Orçamento.

E por que eu digo que é uma esquizofrenia, ilustre Presidente do Banco Central? Quais eram as principais críticas e queixas da Oposição, nas últimas semanas, sobre a peça orçamentária ou sobre a discussão da LDO?

Primeiro, havia uma expectativa de crescimento do PIB na ordem de 3%, e a Oposição achava que ela era irreal, e nós precisávamos corrigi-la, para trazê-la para o patamar do mercado, patamar que grande parte dos analistas econômicos trabalhavam como razoável, como possível, e a meta foi corrigida para 0,8%.

Havia, na proposta original, uma meta de inflação na ordem de 5%, e a Oposição batia que essa era uma meta irreal, e que nós deveríamos trabalhar com uma meta que se aproximasse mais da própria avaliação do mercado, e assim por diante. Foi corrigida a meta da inflação.

A Oposição tem batido muito no PLN nº 36, porque diz que o Governo faz uma correção da sua meta de superávit no final do ano. E agora a nova equipe econômica, antes mesmo da posse da Presidenta reeleita, diz o quê? Não, vamos trabalhar com uma meta de superávit possível de ser alcançada, não com uma meta que precise ser corrigida ao longo do ano que vem. Vamos trabalhar com uma meta de 1,2%. Essa é uma meta que o País tem condições de cumprir. E sinaliza para o próprio mercado, de uma maneira transparente, segura, uma política econômica que vai ter um impacto positivo, do meu ponto de vista.

Mais do que isso, o ilustre Senador Vital do Rêgo já incorporou no seu Relatório da LDO uma proposta de redução na meta do superávit. E eu sou o Relator da receita, Presidente do Banco Central, e já disse da minha disposição, inclusive, de incorporar no Relatório da receita uma redução da expectativa de receita, para que nós possamos ter um Orçamento mais enxuto, e reduzir, inclusive,

a necessidade do contingenciamento, e nós trabalharmos com um Orçamento mais próximo da realidade, porque isso sinaliza de maneira positiva para a sociedade, para os investidores, para o mercado e para esta Casa.

Então, na realidade, nós incorporamos, com todas essas propostas que foram apresentadas, algumas das principais questões teóricas que a Oposição tem sustentado. E eu acho que nós podemos construir aqui um Relatório da receita, uma proposta da LDO, e mesmo um cronograma para o Orçamento que possam representar, não aqui na Casa, ou nesta Comissão, o pensamento do Governo ou da Oposição, mas construirmos uma proposta, uma opinião do Parlamento.

Eu tive o cuidado, inclusive, de conversar com o Deputado Izalci, com outros Parlamentares, pedindo sugestões da Oposição para serem incorporadas no Relatório da receita. E estou fazendo esforço no sentido de contemplá-las, e várias delas apontam exatamente no sentido de que havia uma receita, talvez, superestimada, que precisasse ser reduzida. Este é o esforço que nós estamos fazendo.

Então, eu acredito, Presidente do Banco Central, que o relatório que o senhor nos traz, aliado aos anúncios que foram feitos da nova equipe econômica, dos novos parâmetros macroeconômicos, oferecem para o País uma segurança importante para o próximo período. E isso vai se refletir numa política mais estável, que leve à redução de juro e que possa, certamente, permitir que 2015 seja um ano melhor para o nosso País.

Então, eu espero que a Oposição construa conosco esse diálogo, que nós possamos construir um cronograma para votar a LDO, para votar o Orçamento e entramos em 2015 com os instrumentos legais e necessários para que a nova equipe econômica, o novo Governo, possa executar de maneira plena o seu programa e os seus objetivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mário Feitoza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Obrigado, Presidente Devanir. Presidente Tombini, Diretor Altamir, o prazer é grande em recebê-los aqui.

Vou fazer uma abordagem dos últimos 10 anos, porque eu lembro bem — Presidente Tombini, que até na época, 20 anos atrás, administrava uma instituição financeira —, que a gente via na porta dos bancos um amontoado de senhores e senhoras já na idade de aposentados, chegando 4 horas da manhã na porta dos bancos, aguardando para receber os seus benefícios. E, com o tempo, nós fomos amadurecendo uma política e encontramos uma solução, que foi o crédito consignado.

A partir do momento em que foi instituído o crédito consignado para aposentados e pensionistas no Brasil, em 2003 — implementação do Governo Lula —, o aposentado e o pensionista passaram a ser extremamente valorizados, e os bancos médios passaram a ter capilaridade e foi definido pelo Banco Central a política de correspondente bancário. Em todos os cantos deste País, viam-se aposentados e pensionistas sendo buscados para que os bancos pequenos e médios pudessem oferecer créditos. E a nossa economia teve um salto expressivo, representado pelos bancos pequenos e médios por toda essa capilaridade.

Para algumas coisas devemos alertar: por que houve essa credibilidade? Porque quem pagava o salário do aposentado e do pensionista era o Governo, e, pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, não podia atrasar. Logo, os bancos não precisavam usar na contrapartida alguma negativação por parte dos aposentados e pensionistas. Ou seja, essas operações são feitas até hoje sem analisar a negativação dos servidores. Ou seja, hoje não só os aposentados e pensionistas, mas também todos os servidores municipais, estaduais e federais realizam a sua operação de crédito consignado sem que o banco sequer analise a sua negativação, porque sabe que há certeza de adimplência.

Isso não existe no setor privado, daí a minha observação, de que se o Banco Central construísse com a FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos e com a Associação Brasileira de Bancos Comerciais uma solução que possibilitasse o crédito consignado também para o setor privado e para a aquisição de veículos, comprometendo direta ou indiretamente o empregador, para que não houvesse a necessidade da consulta à negativação, assim como não são consultados quando no setor público, haveria, sem dúvida, o crescimento expressivo, de novo, principalmente da representatividade dos bancos médios no País.

Eu estive no Banco Central, num café da manhã — inclusive muito bom, Dr. Tombini, aquele café, pode me convidar várias vezes, que eu faço questão de ir —, e o Davi preparou um outro café da manhã com o Diretor de Fiscalização, para apresentar quanto representam hoje os bancos médios no Brasil, como eles estão hoje representados. Mesmo o Banco Central liberando o compulsório e criando alternativas de captação, como letras financeiras e outros instrumentos que facilitam a captação dos bancos, eles hoje representam apenas 5% da amostra do sistema financeiro, o que faz com que cada vez mais os bancos médios se reduzam e a entrada de bancos estrangeiros no Brasil cresça de uma forma avassaladora. Isso, é claro, pela oferta de crédito e pela competição na área onde eles atuam, na área de crédito.

Então, fica a minha observação de que quando o Banco Central descobrir que o instrumento do crédito consignado para empresas privadas tem a mesma caracterização do instrumento do crédito dado hoje para aposentados, pensionistas e setor público, com os mesmos caracteres e o mesmo grau de exigência, ou seja, a liberação de negativações, que não sejam analisados os seus riscos, e a contrapartida do setor privado, sem dúvida, voltariam a ter uma nova aceleração no mercado, não só no crédito consignado, mas também na área de veículos.

Outro item é com relação a essa grande questão de que todo mundo fala: a desigualdade social. Bem, o Thomas Piketty diz que a remuneração do dinheiro ou da renda não pode ser maior do que a taxa de crescimento do País, sob pena de cada vez mais aumentar as desigualdades sociais. Não sei se a gente já pode aplicar essa equação no Brasil, Dr. Tombini, porque imagino que estariam aplicando para analisar o crescimento do PIB no Brasil e a taxa de remuneração, que seria aproximadamente 1%, o que hoje nós estamos buscando na aplicação da taxa SELIC.

Mas o Banco Central para e analisa quais são os indicadores que tem que buscar e que efetivamente contribuirão para a redução das desigualdades no País? Outro item: as nossas reservas internacionais não poderiam ajudar de forma a construir uma oferta de crédito para a aplicação e investimento em infraestrutura no País? O compulsório não seria uma forma continuada de buscar soluções para os bancos médios?

Ficam aí as minhas observações e agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado. Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro Presidente Alexandre Tombini, o Deputado Mendonça Filho foi muito objetivo quando mostra a preocupação do Congresso Nacional com as contas públicas.

Não é de hoje que nós temos procurado colocar, Sr. Presidente, a falta de articulação do Governo com as contas do País. Não é de hoje que o Governo Federal usa de truques e malabarismos contábeis de toda a natureza para alcançar a meta fiscal prometida a cada ano. Isso tem sido frequente no governo. Denúncias aqui e acolá, matérias na imprensa permanentemente mostrando esse malabarismo que o Governo usa para poder se articular bem com a proposta no alcance da meta fiscal prometida a cada ano.

O Governo Federal alega que esses malabarismos contábeis não ferem qualquer dispositivo legal e vem ao longo do tempo batendo nessa tecla. O uso de bancos estatais para pagar despesas com a União, no entanto, tem todos os elementos para conflitar com esse arcabouço legal instituído a duras penas pela sociedade brasileira para impor a responsabilidade fiscal em nosso País.

Nós sabemos o quanto custou essa alternativa que o País buscou de estabelecer responsabilidades. E nós somos aqui surpreendidos com uma decisão do Governo de mandar o PLN nº 36, que exime totalmente a Presidente da República dessa responsabilidade. Esse é um fato que mostra, Sr. Presidente, que, ao longo desses últimos 4 anos, o Governo buscou, sim, uma responsabilidade, aquela de garantir a reeleição.

Então, Presidente Tombini, nós sentimos que houve, ao longo do tempo, inclusive divergências entre Banco Central e Tesouro. Essas divergências foram claramente apresentadas quando se constatou essa discrepância entre Tesouro e Banco Central na diferença de cálculo do desempenho fiscal. Essa divergência entre resultados fiscais do Banco Central e Tesouro sempre existiu, nós sabemos, mas em alta, e tem dificuldade de análise das contas públicas de maneira quase que permanente.

Parte da diferença deve-se, segundo especialistas no tema, às várias manobras contábeis que são realizadas, como esta que nós estamos dizendo agora. Manobras contábeis adotadas pelo Tesouro para fechar as contas das chamadas pedaladas fiscais, que reduziram de forma artificial as despesas federais ao adiar pagamentos obrigatórios da União.

Esses pagamentos obrigatórios da União que foram adiados de maneira permanente sempre acabaram sendo o estopim dessa divergência.

O que nós pedimos, Sr. Presidente do Banco Central, na Comissão de fiscalização e controle, e eu fui o autor do requerimento, foi uma coisa saltou aos olhos, dentro dessa criatividade contábil que o Governo buscou ao longo desses últimos anos. E folgo em saber que o Deputado Paulo Pimenta, como Relator da nossa receita para o ano que vem, reconhece que precisamos de ajuste e de colocar o pé no chão. Ou seja, a equipe econômica nova indicada começa a pensar dessa forma também. Até hoje vivemos — são 5 minutos, Sr. Presidente — nessa bolha de irresponsabilidade do Governo.

Portanto, Sr. Presidente do Banco Central, apenas para completar o meu raciocínio, eu queria apenas dizer que, em relação a essa conta paralela que serviu como reforço para essa contabilidade criativa, o Banco Central percebeu a discrepância e foi investigar a razão, admitiu inclusive um porta-voz do Banco Central nessa questão da conta paralela. Um valor que havia sido depositado por um banco privado em uma conta que estava fora do radar do Banco Central foi transferido, ajudando a amenizar o déficit primário das contas públicas, que somou 11 bilhões de reais.

Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, o que deu essa história. O Banco Central inclusive se comprometeu a verificar o que ocorreu e a fiscalizar essa conta paralela de 4 bilhões de reais, que ajudou a diminuir a situação de dificuldade por que passavam as contas públicas no País.

Sr. Presidente, essa é a pergunta que eu gostaria de fazer, ou seja, se houve ou não essa fiscalização em relação a essa conta paralela.

E, para terminar, quero dizer que a LDO, em 2015, está trazendo novos parâmetros macroeconômicos também para um novo superávit de 1,2% do PIB, conforme reconheceu o Deputado Paulo Pimenta.

A outra pergunta que faço é a seguinte: esse superávit é factível? Até que ponto essa meta fiscal será cumprida no próximo ano ou teremos mais uma lei modificando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, como essa do PLN 36?

Então, Sr. Presidente, são essas duas questões referentes aos 4 bilhões de reais da conta paralela e à LDO/2015.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, representante da Amazônia, do verde, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Muito obrigado.

Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, Deputado Devanir Ribeiro, o Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; e o Diretor Altamir Lopes.

Quero dizer que, neste momento, Sr. Presidente — e eu quero me referir agora ao Presidente do Banco Central, Dr. Tombini —, a estabilidade da economia é baseada em três princípios: metas fiscais, câmbio flutuante e metas de inflação. Tenho certeza de que V.Exa. lutou bravamente, nesses últimos 4 anos, para fazer o seu trabalho, pois eu acompanhei, ora de perto, ora no Congresso Nacional, o trabalho desenvolvido por V.Exa. no Banco Central. Tenho certeza de que não foi tarefa fácil fazer o trabalho que o Banco Central, como guardião da moeda, precisa fazer e também evitar que a inflação fugisse de controle.

Lamentavelmente, nós estamos vivendo em um país onde o centro da meta parece que foi esquecido, e isso a Presidente deixou muito claro na campanha política. O centro da meta foi esquecido, e o que se trabalha no Governo é para se manter na aba superior da meta de inflação, tanto que ontem o *Financial Times* disse que o centro da meta de 4,5% era uma piada, piada que nós estamos produzindo.

Então, eu reconheço o esforço e entendo que havia, e há ainda, muitas contradições na política econômica do nosso País em contraponto à política monetária.

Já foi falado aqui sobre o que dizia a candidata Presidente, ou a Presidente candidata, e o que foi feito logo depois da campanha eleitoral. Mas eu ouvi também, Sr. Presidente, a entrevista coletiva de V.Exa., do futuro Ministro Joaquim Levy e do futuro Ministro Nelson Barbosa e vi que ali há um alento para que o País possa seguir ou reencontrar o seu caminho com normalidade, deixar de lado a tal da contabilidade criativa, que foi uma marca deste Governo.

Lamentavelmente, o que nós estamos vendo já começa a me preocupar, porque o futuro Ministro Joaquim Levy disse, na entrevista coletiva, que o Tesouro Nacional deixaria de financiar os bancos públicos, e sabemos que os bancos públicos é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. A Medida Provisória nº 661, datada deste começo de mês, que autoriza a União a conceder crédito ao banco no montante de 30 bilhões de reais, contraria a fala do trio que vai comandar a economia pelos próximos 4 anos: V.Exa. — e obviamente V.Exa. estava ao lado dele corroborando com aquilo que ele estava dizendo —, Joaquim Levy e Nelson Barbosa.

Eu fico preocupado, porque já percebo que não será um trabalho fácil, mas um trabalho duro, como V.Exa. vem tentando realizar ao longo desses 4 anos. O Brasil tem déficit recorde nas contas correntes e problemas como o da PETROBRAS. Nós vemos hoje nos jomais que um escritório de advogados está entrando com uma ação nos Estados Unidos em defesa dos investidores da PETROBRAS. Isso é grave, e eu queria sua opinião sobre isso, porque não é só a PETROBRAS que sofre com isso, mas as demais empresas brasileiras, a imagem do Brasil no exterior e os investidores estrangeiros no Brasil, que tenho certeza que estão preocupados com tudo o que está acontecendo, com esse rombo gigantesco, com esse desvio gigantesco de recursos dentro da PETROBRAS. E nós não sabemos qual será o fim dessa história toda.

Então, tudo isso tem influência na política monetária, influência no que o Presidente do Banco Central vai fazer daqui para frente, porque tenho certeza também de que para contemplar esse déficit nas contas correntes serão emitidas letras do Tesouro ou títulos do Tesouro, aumentando mais a dívida pública.

Quero dizer, e já vou concluir, que o Deputado Paulo Pimenta muda de rumo, muda de direção, porque, no Relatório de Receitas que S.Exa. pretendia votar, além do aumento das receitas que já vinha no projeto de lei original, S.Exa...

Já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Nós vamos ter oportunidade de discutir essa questão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - S.Exa. já tinha adicionado mais 21 bilhões de reais. Então, é totalmente irreal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Nós precisamos cair no Brasil real. E o Brasil real é o Brasil daqueles que pagam as contas em dia, mas não estão conseguindo pagá-las, daquele cidadão que vai para...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mudou-se a meta do PIB, e eu tive que acompanhá-la.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu estou com a palavra, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero colaborar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Daquele cidadão que procura um hospital, um posto de saúde, e não tem hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Enfim, gostaria de ouvir do Ministro e Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre esse quadro de que eu falo aqui agora e as perspectivas de futuro que ele imagina que podemos encontrar, com todo esse descalabro que está acontecendo, inclusive com a ruína do nome da PETROBRAS, com a ruína da PETROBRAS no exterior e do nome do Brasil, com as demais empresas que têm títulos ou ações nas Bolsas de Valores internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Essa mesma crítica eu faço como Presidente aqui, pois V.Exa. tinha 5 minutos, mas falou 8 minutos. Olhe a inflação: foram 3 minutos a mais. Olhe como inflacionou o horário. Então, eu estou tirando...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu não senti que falei tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Ah, não sentiu, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O centro da meta...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu não percebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cinco por cento é o centro da meta, e ficou na aba superior.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Quero cumprimentar o Presidente Devanir Ribeiro, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mário Feitoza, o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e Altamir Lopes. Eu sinto, Sr. Presidente, não ter participado desde o início, porque eu tinha outra agenda, e não quero ser repetitivo.

Mas, como membro também integrante da Comissão de Finanças e Tributação, eu queria rapidamente, Sr. Tombini, fazer uma retrospectiva. A estabilidade da moeda, desde 1994, veio com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que foi Ministro da Fazenda, e foi até 1999. Em 1999, veio o tripé da macroeconomia: o câmbio flutuante, o controle de metas para a inflação e o superávit primário.

O primeiro ciclo, que realmente salvou o nosso País e ajudou muito, foi a exportação de *commodities*. Quando eu falo de *commodities*, eu falo do agronegócio, de minérios, de soja, em que houve uma explosão tanto no percentual de aumento em torno de 40%, como também de 40 milhões de toneladas a 200 milhões de toneladas, que têm salvado muito inclusive a balança comercial.

Aliás, eu estou preocupado agora no final deste ano, porque talvez seja o primeiro ano em que nós poderemos ter um déficit na balança comercial. Só vou dar um exemplo aqui: as lojas Havan, no Sul do Brasil, constroem em torno de mil metros quadrados por dia. Eles chegam a uma cidade, alugam um terreno por 35, 40, 50 mil, e fazem contrato para 20 anos. Depois, se der, eles renovam; senão, entregam o terreno para o dono. Mas 90% é importação de manufaturados da

China. Então, eu estou muito preocupado com a importação de manufaturados. Nós temos que exportar, cada vez mais, valor agregado.

Mas, continuando o raciocínio, o primeiro ciclo foi a exportação de *commodities* e o segundo ciclo foi a explosão do consumo. Eu acho que a Presidente Dilma tentou com essa crise internacional, que chegou valendo... Eu acho que muitos economistas inclusive defendem essa tese de o País não entrar em recessão. Aprovamos a questão das indústrias, o financiamento de máquinas, como patrila, retroescavadeira e caminhões, 80 mil tratores para o Mais Alimentos, 48 mil caminhões, Minha Casa, Minha Vida, tudo isso ajudou, foi uma maneira de incentivar a explosão do consumo.

Agora, eu estou preocupado. E, usando de empatia agora, Tombini, em 2001, Fernando Henrique também mexeu no superávit primário: inicialmente era 2,75, baixou para 2,25, chegou a 1,70 apenas. E não houve todo esse barulho. Hoje, nós estamos enfrentando críticas, as nossas bases, porque o nosso partido fechou questão com o Governo sobre a mudança na regra do superávit primário. O que dizer para o nosso eleitor, porque parece que é o fim do mundo a mudança do superávit primário. Quer dizer, rasgaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, e não perdoam a nossa posição de dar esse apoio ao Governo, e, já com a nova equipe econômica, as metas claras para 2015, 2016, 2017. Então, nesse sentido, é difícil justificar isso para o nosso eleitor. A Oposição criou um fato, parece que é o fim do mundo.

Claro que nós manifestamos preocupação agora com Estados e Municípios. Hoje, oito Estados têm dificuldade de fechar as contas, com também 85% dos Municípios. Então, essa é a preocupação que a gente tem também, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de fechar as contas dos Estados e dos Municípios. Qual é a saída?

Então, eu só queria trazer aqui essa minha preocupação. Como justificar isso para o nosso eleitor? Se você vai responder, é pior ainda. Estamos sofrendo muita crítica sobre a nossa posição de fechar questão com o Governo sobre o PL 36, ou seja, a mudança na regra do superávit primário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Quero cumprimentar, inicialmente, o Presidente desta Comissão, Deputado Devanir Ribeiro, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, o nosso companheiro da Câmara, Deputado Mário Feitoza, e o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Quero dizer que é curioso estar aqui com o Presidente do Banco Central e ouvir companheiros dizerem que a mudança do superávit primário não é o fim do mundo. Eu vou bem para o chão, bem para o popular: imaginem o Presidente do Banco Central ouvir que o paradigma de que iria existir uma economia de 116 bilhões de reais foi quebrado e que vamos imputar mais 130 bilhões dentro de uma conta que não existia. Eu fico imaginando, nesse cenário, quanto o mercado cobraria — e vai cobrar, claro, a nova política econômica, a nova equipe econômica, na qual V.Exa. está incluído —, quanto o Brasil terá que pagar por recursos obtidos no mercado.

Nós estamos começando, Srs. Presidentes, o ano de 2015 em um cenário de total falta de credibilidade, de incerteza. Eu acho que é um argumento falacioso dizer que a quebra da Lei de Responsabilidade Fiscal não é o fim do mundo, assim como dizer que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quebrou a meta em 2001. Parece que querem omitir, esconder do povo brasileiro que a Lei de Responsabilidade Fiscal é de 2000, que foi o primeiro ano após a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal. É um novo cenário, diferente de dezembro de 2013, quando esta Comissão estabeleceu e aprovou a LDO, e diziam que existiria um valor de 116 bilhões de superávit primário, ou seja, receita menos despesa, para pagar os juros da dívida. Cadê os 116 bilhões de reais? Não existem. Existem, sim, até setembro, 15 bilhões de reais de déficit.

O Brasil criou uma nova figura: o superávit deficitário. Como funciona, Sr. Presidente, eu não sei. Como é que existe uma conta positiva e negativa? Sinceramente, até hoje tentei muito quebrar a cabeça, mas não consegui saber.

Eu fico imaginando V.Exa., que é um respeitado economista, que tem na sua trajetória sempre a marca do controle da inflação. Afinal de contas, na sabatina de V.Exa. no Congresso Nacional, V.Exa. começou dizendo que sua meta seria manter os juros em um patamar que possibilitasse preservar o poder de compra do real

como moeda, controlando a inflação. V.Exa. ajudou a criar o Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central e foi um dos formuladores do Regime de Metas para a Inflação desde 1999, que até hoje é adotado. V.Exa., Presidente do Banco Central, vendo um modelo de política econômica fracassado, que apostou no consumo — e, claro, consumo maior, inflação menor —, deve sofrer muito dia após dia, tendo um Governo que apostou na política econômica. Mas a última palavra, infelizmente, não pertence ao Banco Central, pertence à Presidente de plantão, a última palavra é dela.

Então, eu acho que vários questionamentos já foram feitos aqui nesta Comissão, portanto, não darei trabalho a V.Exa. em relação a questionamentos. Eu darei a minha opinião não como economista, mas como advogado que participa do setor produtivo, das discussões da sociedade e das preocupações do pagamento de imposto de 38% do PIB, que já vê indícios de que a CIDE vai voltar, e já se fala no retorno da CPMF. O que é isso? É a necessidade de arrecadar para desperdiçar, através — e veja só — de transferência de renda e modelos errados.

Não estou aqui falando dos modelos que deram certo no Governo, e alguns modelos deram certo. Eu sou um crítico do modelo Bolsa Família, mas o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida são importantes para o Brasil. E existem outros modelos de transferência de renda que depredaram a economia brasileira, fazendo com que terminássemos o ano aprovando, contra o meu voto, a mudança na regra do superávit primário.

Quero dizer que o Democratas não será contrário à aprovação da LDO. Nós pedimos apenas que a LDO seja composta junto a um cronograma de aprovação da LOA, para que o Governo, que hoje não transmite credibilidade, pelo menos a algumas bancadas do Congresso Nacional, não possa aprovar a LDO se utilizando do duodécimo, um doze avos por mês, esquecendo os compromissos que teria através da aprovação da LOA.

Essa é a opinião que eu queria aqui deixar diante de tudo o que tenho escutado. E lamento o fato de que, até então, o Presidente do Banco Central não tenha colocado as suas prioridades, como o controle da inflação em 6,6%, cuja meta era de 4,5%.

Esperamos que a nova equipe econômica, formada pelo Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e pelo Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, traga dias melhores para a economia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez, pelo tempo de 5 minutos.

Vamos encerrar as inscrições com o último inscrito, o Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Inicialmente quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Devanir Ribeiro, o Presidente do Banco Central e o Deputado Mário Feitoza. É sempre muito importante debater aqui, principalmente com as Comissões convidadas.

Eu vou fazer apenas uma pergunta ao Presidente do Banco Central. O Deputado Mário Feitoza lembrou os empréstimos consignados para aposentados. A minha pergunta é simples, até porque eu recebo denúncias. O Banco Central fiscaliza os empréstimos consignados para aposentados e funcionários públicos deste País?

Os empréstimos consignados são concorridos, como disse o Deputado Mário Feitoza, ficam à caça dos aposentados, dos funcionários públicos, pedindo, por exemplo, um financiamento de 20 meses de prazo. No décimo mês, há outra batalha: ficam atrás das pessoas que fizeram empréstimo consignado para, se quiser renovar, receberem mais dinheiro, porque, por cada contrato feito, o banco credenciado paga 3% para alguém.

A minha pergunta é o seguinte: o Banco Central tem como hábito fiscalizar esses empréstimos consignados para aposentados e servidores públicos?

Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o último inscrito, Deputado Rodrigo de Castro, que dispõe de 5 minutos. São 50, termina 55. Cuidado para não atravessar a meta.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, muito obrigado por fazer tanta questão do tempo com relação aos Deputados da Oposição. Gostaria

que V.Exa. tivesse o mesmo cuidado com os Deputados da base governista, mas serei breve.

Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V.Exa. e o Deputado Mário Feitoza. Saúdo as presenças do Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, do Diretor Altamir Lopes e dos nossos companheiros Deputados.

Sr. Presidente, Alexandre Tombini, o IPCA acelerou para 0,51% em novembro, segundo projeções do próprio IBGE, e, nos últimos 12 meses, ficou acima da meta, como, aliás, tem sido comum neste Governo da Presidente Dilma.

Por outro lado, nós assistimos agora a um cenário de profunda mudança por parte do segmento econômico e do próprio Governo.

Nós tínhamos, antes da eleição, um Presidente do Banco Central que fazia projeções absolutamente sem nenhum critério, que, com o tempo, diziam que eram projeções sem nenhuma firmeza. Ou seja, nós tínhamos um Ministro da Fazenda fraco. Naturalmente que V.Exa. não tem que concordar com isso, mas essa é a realidade.

Após a eleição, houve uma mudança por parte do Governo, aumento de juros, a projeção do crescimento despencou, e a projeção que nós temos para o ano que vem é a de que será um ano extremamente difícil.

Eu queria saber de V.Exa. por que essa mudança de comportamento, após a eleição, especialmente por parte do Governo. Por que se demorou tanto a tomar essas medidas? Por que elas não foram tomadas antes? Isso indica que realmente nós estávamos vivendo com a parte econômica ou a condução dos pressupostos econômicos focada na eleição e não na realidade do País. E, agora, nós temos isso de maneira bastante diferente, uma preocupação maior com a realidade.

E fica aqui a nossa esperança e a nossa expectativa de que haja realmente mudança na condução da política econômica a partir do ano que vem, porque a condução da política econômica no Governo Dilma foi extremamente desastrosa e o País tem sofrido com isso. E a maior prova disso é essa mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal, que coroa esse triste espetáculo que foi conduzido pela Presidente Dilma, pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega e por toda a equipe econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Ministro e Presidente do Banco Central Alexandre Tombini, V.Exa. tem...

Agora são cinco ou seis perguntas. Então, acho que, rapidamente, ainda dá para nós almoçarmos às 13h30min, pois nós temos que voltar forte para a tarde.

Com a palavra o Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado, Sr. Presidente, eu procurarei ser breve e objetivo nas respostas.

O Deputado Paulo Pimenta fez considerações a respeito da Lei Orçamentária para 2015, dos parâmetros usados. Eu acho que, do ponto de vista metodológico, faz todo o sentido ter parâmetros extenos ao Governo no que diz respeito à projeção de inflação, projeção de crescimento. Enfim, acho que V.Exa. discorreu com exatidão, e eu penso da mesma forma. Parece-me que a validação não é acreditar nos números de terceiros, mas o fato de ter números de terceiros ajuda no processo, não atrapalha.

Em relação ao Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, eu creio que V.Exa. menciona possibilidades para esse segmento de bancos pequenos e médios. Eu quero dizer, como já tivemos a oportunidade lá com a equipe do Banco Central de tratar questões atinentes a esse segmento e outras questões relativas ao setor financeiro, que é um segmento importante para o sistema. Os bancos pequenos e médios representam quase 18% dos ativos totais do sistema, 15,2% da carteira de crédito total, 14,4% dos depósitos totais do sistema, são 125 instituições dentro do que nós chamamos de sistema bancário, parte do Sistema Financeiro Nacional. Portanto, é um segmento importante, fundamental, inclusive para as questões concorrenenciais dentro do sistema bancário.

Então, eu vejo com muito bons olhos a sua proposta — e V.Exa. teve que estudá-la — no sentido de fazer com que esse segmento continue fortalecido.

Nós tivemos um período lá fora em função da crise financeira internacional. Aqui dentro, também tivemos algumas questões relacionadas a modelos de negócios. Elas já foram trabalhadas, e hoje o sistema está mais forte do que estava, mas, certamente, eu teria a curiosidade de junto com a equipe olhar essa sua proposta sobre o consignado privado.

Como V.Exa. bem mencionou, o consignado no setor público foi uma mudança estrutural importante que fez com que o crédito avançasse, e nós vimos aqueles números lá de 25% do PIB há 10 ou 12 anos subirem para 57% do PIB hoje. Então, eu gostaria de ver essa proposta, e certamente vamos conversar sobre isso.

Em relação às suas outras perguntas, redução da desigualdade, do ponto de vista do Banco Central, eu acho que a nossa missão precípua é manter a estabilidade e o poder de compra da moeda. Aqui é entendido como controle da inflação na forma do sistema de metas de inflação. Então, essa certamente é a nossa maior contribuição para evitar que esse imposto regressivo retire renda dos mais pobres logo que tenhamos a capacidade de avançar na redução da desigualdade.

Então, essa seria a linha mestra de como o Banco Central contribui nesse debate. Obviamente, há outras coisas, como toda a agenda de inclusão financeira que nós trabalhamos firme no Banco Central, por exemplo, quando se trata de regulação sobre correspondentes bancários, o que ajudou. Digamos que os 5.500 Municípios não só tem um posto de atendimento, falando de forma mais livre, mas também houve um adensamento da provisão de serviço financeiro no País. os 5.500 Municípios têm mais concentração de serviços financeiros, não só de crédito, mas também de depósitos, principalmente em utilização do sistema de pagamentos brasileiros, que é, enfim, um dos mais sofisticados em benefício da população.

Bem, quanto às reservas internacionais, os conceitos são segurança, liquidez e rentabilidade. Se nós estivéssemos pensando em algo como um fundo soberano, em que houvesse um país com superávit em conta corrente do balanço de pagamentos e que conseguisse acumular reservas, essas reservas poderiam talvez estar num fundo soberano e ter uma utilização que focasse mais na rentabilização e menos no conceito que tem que ser perseguido com fidelidade, nas reservas internacionais, que é o conceito segurança, liquidez, e rendimento, em terceiro lugar, bem distante, porque se trata de um seguro.

Então, eu acho que no futuro, com o desenvolvimento dos recursos naturais, havendo capacidade de acumulação de superávit de conta corrente, nós teríamos

como outros países da Ásia, do norte da Europa, um conceito de fundo soberano para esse fim. Essa é a minha visão.

Quanto ao compulsório para a solução de bancos médios, eu acho que nós temos utilizado esse instrumento como forma de irrigar a liquidez do sistema. Então, isso tem sido um instrumento, o que foi muito importante. Depois da crise de 2008, o Brasil já tinha um volume de compulsório. Esse volume de compulsório, como V.Exa. bem sabe, não são os bancos pequenos e médios que acumulam, são as grandes instituições. Os bancos pequenos e médios não têm compulsório, é praticamente zero o compulsório.

Mas esse foi o instrumento de distribuição da liquidez utilizado, e nós conseguimos, por meio de uma série de iniciativas, fazer com que a liquidez chegasse a quem mais precisava. Então, é uma ferramenta que já está na caixa de ferramentas do Banco Central, do ponto de vista de distribuição da liquidez, da liberação de compulsórios, como já fizemos.

Em relação ao Deputado Vanderlei Macris, eu, nas minhas palavras introdutórias, falei do Requerimento 709, cuja autoria é de S.Exa., e respondi em relação ao episódio que S.Exa. mencionou. Em linhas gerais, como V.Exa. bem sabe, o Banco Central calcula o resultado primário no conceito abaixo da linha, pela ótica do financiamento. Então, é basicamente o quanto variaram ativos e passivos dos entes da Federação, nos vários níveis, no Sistema Financeiro Nacional.

Então, esta é uma metodologia consagrada, internacionalmente respeitada, que passa por um processo de validação, e nós temos dados que são divulgados e que não são sujeitos à revisão. Ou seja, deve haver um critério muito bem definido para que esses dados sejam robustos.

Como V.Exa. bem mencionou também, as discrepâncias existem. As discrepâncias inclusive têm que ver com a questão do *floating*. Às vezes, você faz uma despesa no final do mês e ela é registrada no sistema financeiro um dia após a virada do mês. Isso é natural, acontece em todos os países que também têm metodologias ligeiramente distintas. Mas, como V.Exa. fez referência, o Brasil tem, ao longo da sua história, uma discrepância bastante baixa. Inclusive quando comparado com outros países da OCDE. Essas discrepâncias chegam a valores

bastante superiores às discrepâncias que nós temos no Brasil entre o abaixo da linha e o conceito acima da linha de receitas e despesas dos entes.

Ainda em relação ao caso específico, o Banco Central, à vista dos padrões da contabilidade do sistema financeiro, porque nós somos definidores de padrão para as entidades reguladas... A rubrica utilizada pela instituição era diferente da rubrica captada pelas contas fiscais, ou seja, pelo conceito abaixo da linha. Embora tenha considerado que, sob a perspectiva dos princípios contábeis, os fundamentos da instituição para fazer essa classificação eram aceitáveis, a fiscalização, com base nessa outra dimensão, que é a dimensão da captura para as estatísticas fiscais, determinou a reclassificação de volta para a rubrica do COSIF, naturalmente utilizada, historicamente utilizada.

Essa mudança — V.Exa. questionou o que foi feito — não provocou distorção na avaliação da situação econômico-financeira da instituição. Eu estou saindo da parte fiscal e indo para a parte de fiscalização. A situação econômico-financeira não muda, uma vez que não impactou a sua situação patrimonial líquida, nem o seu fluxo de caixa nem o seu resultado. Então, do ponto de vista da fiscalização, essa reclassificação contábil estava justificada, porém, do ponto de vista da captura das estatísticas, houve determinação para que voltasse o procedimento.

Então, esse é o nosso conceito abaixo da linha. Há uma verificação. Não existe dado preliminar e dado final; só existe um dado, que é o dado final, após a verificação das contas das instituições financeiras, quer dizer, dos entes federados junto às instituições financeiras. Então, é um procedimento que nós seguimos, é consagrado internacionalmente. É isso.

Em relação à sua pergunta sobre a factibilidade da meta de 1,2% do PIB para o resultado primário do ano de 2015, conforme anunciado, creio que seja um número puro. Na realidade, é difícil, mas acredito que, sim, é factível que o Governo tenha condições de atingir esse número.

Em relação aos comentários do Deputado Paudemey Avelino, talvez seja a questão mais específica. Em relação à Medida Provisória nº 661 — V.Exa. fez referência às transferências ocorridas recentemente às entidades —, elas já estão no cálculo da Dívida Bruta do Governo Geral. Esse aqui é o conceito a que, inclusive, o Ministro indicado, Joaquim Levy, fez referência na sua apresentação.

Nos cálculos da trajetória da Dívida Bruta do Governo Geral já estão essas transferências que V.Exa. mencionou e que constam da MP 661.

Em relação às questões referentes a percepções de investidores estrangeiros, naturalmente o Banco Central lida com acompanhamento de volatilidade tanto do mercado cambial quanto de outros mercados. Independentemente da fonte, nós estamos observando sempre todos os movimentos nas variáveis financeiras.

Queria dizer que, do ponto de vista da estabilidade, no nosso acompanhamento diário, nós não temos visto nada de diferente no Brasil, em relação às outras economias, neste período mais recente, a respeito de volatilidade.

Quanto à Bolsa, temos visto variações de curto prazo, mas a moeda estrangeira também está variando junto com o movimento internacional de fortalecimento do dólar, como eu me referi anteriormente.

O Deputado Celso Maldaner falou sobre os ciclos: o primeiro ciclo, de exportação de *commodities*; o segundo, do consumo, enfim, também fez alguns comentários sobre a questão fiscal. Acho que não tem pergunta específica para mim. O Deputado Felipe Maia também fez seus comentários, mas sem perguntas para mim, nesse caso.

Deputado Edinho Bez, certamente, o Banco Central fiscaliza todas as instituições, os tipos de operações. Naturalmente, nós temos, sim, não só o hábito, como o dever de fiscalizar, inclusive, o consignado, nesse caso.

Deputado Rodrigo de Castro, queria mencionar o que eu falei aqui anteriormente. Basicamente, na questão do COPOM, nós temos um calendário que é publicado com 1 ano de antecedência. Quer dizer, todos conhecem a cronologia, faz parte da governança, nós não podemos mudar: *“Nós vamos fazer uma reunião hoje, porque hoje nós queremos decidir sobre os juros.”* Não. Isso está deferido. Então, no calendário, que foi conhecido 1 ano antes, nós tínhamos a última reunião antes das eleições, em 2 e 3 de setembro, e depois tivemos reunião nos dias 28 e 29 de outubro. Ou seja, as nossas decisões são decisões técnicas e têm a ver com as projeções de inflação.

Eu discorri anteriormente sobre qual era a nossa estratégia em setembro, o que aconteceu desde lá. O dólar estava a 2,25 reais e foi para 2,50 reais, teve uma

valorização nominal de 10% entre uma reunião e outra. Então, aquela estratégia que nós tínhamos, de manter as condições sem reduzir a taxa num horizonte relevante da política monetária, que nos levaria a uma convergência, nesse horizonte, para o centro da meta, teve de ser modificada em função desse quadro, que variou não em função de qualquer processo doméstico, mas houve um fortalecimento grande do dólar naqueles meses, entre setembro e outubro.

Então, não mudou a atitude do Banco Central, mudaram as circunstâncias, e o Banco Central ajustou a sua política de acordo com a nova estratégia, para fazer a convergência da inflação no horizonte relevante, nesse caso, até 2016.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Só um minutinho. Agora são os 2 minutos para a réplica e a tréplica.

Pela inscrição, eu tenho aqui: Paulo Pimenta (pausa); Vanderlei Macris (pausa), também não; Celso Maldaner, já foi embora; Mário Feitoza, (pausa); Felipe Maia (pausa), também não.

Agora é V.Exa., Deputado Edinho Bez. Só para nós cumprimos o Regimento e dizer que o Presidente está...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Com certeza. Sou disciplinado e cumpridor também do nosso Regimento.

Eu fui chamado para atender um Deputado da Comissão de Fiscalização, e prestei uma informação ali. Peço desculpas ao Presidente do Banco Central, que, nesse ínterim, foi tão rápido e acabou respondendo à minha pergunta, se o Banco Central fiscaliza ou não os empréstimos consignáveis dos funcionários públicos aposentados.

Peço desculpas. Se V.Exa. puder novamente respondê-la, seréi grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certamente, Deputado Edinho Bez, nós temos o dever de fiscalizar inclusive essa linha, que é uma linha que cresceu bastante nos últimos anos.

O consignado, como bem dizia o Deputado Mário Feitoza, foi objeto de grande expansão. Então, nós, não por hábito, mas por dever de ofício, inclusive,

olhamos para essa questão. Temos olhado, ao longo do tempo, a evolução do crédito consignado.

V.Exa. mencionava algumas situações em relação ao crédito consignado, grande concorrência na concessão, gerando alguns problemas no passado. Nós temos endereçado isso, sim, com cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Bom, encerrando os nossos trabalhos, eu quero agradecer, como Presidente da Comissão, a V.Exa., Sr. Presidente, e a toda sua equipe técnica, ao Presidente da Comissão de Finanças, que está aqui, Deputado Mário Feitoza, e a todos os Senadores e Deputados que aqui permaneceram.

Acho que foi muito bom, elucidou várias coisas. Nós estamos tendo mais clareza. Nós vamos precisar, inclusive, dessas orientações, como disse aqui o Paulo Pimenta, para podermos construir um relatório da Receita mais coerente e também uma LDO mais baseada nas informações coerentes que V.Exa. nos transmitiu.

Então, mais uma vez, agradeço a presença de todos.

Não vou voltar mais aqui no ano que vem, mas continuo no Brasil. Sou brasileiro e quero que a economia vá bem, para que eu possa estar bem enquanto brasileiro também.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DELIBERATIVA DA CMA, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Valdir Raupp, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi. Deixa de comparecer o Senhor Senador Anibal Diniz. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa à **PAUTA**, destinada à discussão e deliberação do relatório final da subcomissão. É concedida a palavra a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin para leitura de seu relatório. Realizada a leitura e colocado em discussão, usaram da palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena e Blairo Maggi. Colocado em votação, o relatório final foi aprovado nos termos propostos pela relatora. Por fim, a Presidência submete aos Senhores Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião. As atas foram aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Cícero Lucena**, Presidente da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Declaro aberta a reunião da Subcomissão de Resíduos Sólidos em função de termos o quorum regulamentar.

Já que a Relatora Vanessa Grazziotin, que apresentou o relatório, aqui não se encontra, invoco então a relatoria na oportunidade, convidando o Senador Eduardo Amorim a presidir a reunião enquanto faço a leitura do Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena, para ler o seu Relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, isso foi fruto de um trabalho em que nós tivemos a oportunidade de fazer cerca de oito audiências públicas, discutindo com a presença do Governo e seus órgãos representantes, com a municipalidade, com técnicos de várias áreas, com empresários, que trouxeram alternativas tecnológicas e também as reivindicações do setor, como, por exemplo, os impostos que hoje incidem sobre o resíduo sólido que vira matéria-prima.

Ouvimos também professores universitários, foi um debate bastante enriquecedor, e demos nossa contribuição com a preocupação que tínhamos em relação à política de resíduos sólidos, principalmente pelo marco que existia neste ano, que era a obrigatoriedade do fechamento dos lixões – ainda e infelizmente existentes no nosso País.

Há poucos minutos eu fazia a comunicação, exatamente, da quantidade – mais de 3 mil Municípios ainda têm a política de resíduos sólidos e, consequentemente, não adotaram o cumprimento no fechamento dos lixões.

Sr. Presidente, aqui chegou a Relatora. Não sei se...

Eu a estava substituindo. Se você, então... Para mim, não há nenhum inconveniente, Senadora Vanessa. Se V. Exª quiser fazer a leitura, a gente retorna, até para que o trabalho fique devidamente fechado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Acho que é mais justo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – ... uma vez que foi você que elaborou o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Acho que é mais justo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Se assim o Presidente me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Devolvo a Presidência ao Senador Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Calma, deixa eu chegar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – ... que acaba de chegar. Vai respirar...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – O que você já havia dito?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a palavra, a Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

Quero primeiro cumprimentá-lo pelo belo trabalho desenvolvido, pela proposta apresentada para que esta Subcomissão pudesse ter realizado atividades tão importantes quanto organizou.

Sr. Presidente, o bojo do Relatório eu não vou ler na íntegra, mesmo porque ele foi distribuído com antecedência e será disponibilizado imediatamente na Internet pelo Senado Federal.

Trata-se de um trabalho importante, cujo debate, tenho certeza absoluta, não será encerrado, Senador Cícero, com a apresentação deste relatório, pelo contrário. E nem tudo que aqui está proposto significa dizer que seja o único caminho a ser seguido; outros poderão ser também. Mas, sem dúvida nenhuma, funcionará como um orientador e um balizador para os debates futuros acerca da matéria, mesmo porque emenda aprovada quando do exame de uma medida provisória aqui – não me recordo exatamente o número – ampliou o prazo dos Municípios para que pudessem, na prática, efetivar o cumprimento da lei, instalando os seus lixões, o que foi vetado pela Presidenta Dilma. E isso, por si só, já suscita a continuidade do debate acerca da matéria.

Tive alguns diálogos com alguns integrantes do governo, sobretudo, com o Ministério do Meio Ambiente, que se colocaram contrários a esse aumento de prazo pura e simplesmente. Pretende o Governo Federal, através, principalmente, do Ministério do Meio Ambiente, promover um diálogo mais profundo no sentido de trabalhar questões que garantam a efetividade da lei. E, sem dúvida nenhuma, o que detectamos aqui, nas audiências, e o que a realidade nos impõe é que, talvez, o principal fator seja a disponibilidade de recursos por parte dos entes municipais. E a disponibilidade que digo é ao acesso porque, muitas vezes, o recurso está disponível, mas os Municípios, por uma série de razões burocráticas e legais, inclusive, não conseguem ter acesso a ele.

Esta Subcomissão que trata da questão dos resíduos sólidos (Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos) foi criada, conforme os arts. 73 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, por meio de requerimento de autoria do nosso querido Presidente, Senador Cícero Lucena. E a sua finalidade é acompanhar e fiscalizar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como aqui referi que V. Ex^a já havia ressaltado.

A instalação Comissão se deu no dia 1º de outubro de 2013; portanto, está em funcionamento há pouco mais de um ano. O plano de trabalho está também detalhadamente exposto aqui, no relatório, assim como toda a cronologia das atividades desenvolvidas, que não foram poucas, foram muitas, todas elas começaram no início deste ano e foram muitas as audiências públicas realizadas.

E, aqui, também, no relatório, temos uma síntese de cada audiência pública e, o que é mais importante, uma síntese do pensamento de cada uma das entidades ou representantes de órgãos públicos que aqui vieram.

Portanto, uma leitura detalhada, uma leitura mais apurada desse relatório seria muito importante, além de que não se procurou somente colocar aquilo que os apresentadores aqui colocaram, mas resumir e deixar de uma forma bem clara a posição de cada representante de órgão governamental em todos os níveis.

Aqui tivemos representantes das Associações de Municípios do Brasil inteiro, tivemos representantes do Governo Federal de vários Ministérios, e isso ficou muito bem claro aqui, no relatório. Inclusive, a própria Funasa, que cuida também dessa parte de saneamento das pequenas cidades, o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional dos Municípios, enfim, todos esses órgãos e entidades estiveram aqui presentes. E, repito, apresentamos uma síntese básica no final de cada audiência, o que pode, de uma forma bem resumida e didática, apresentar as opiniões de cada um desses entes.

Tivemos a presença do Sindusfarma, da Abinee, da Abvidro. Nós sabemos que essa questão de vidros é muito importante, porque há um diálogo que acontece no Brasil inteiro em relação ao reaproveitamento das garrafas pet, diferente das latas em que temos uma cadeia muito mais desenvolvida, até por ser uma cadeia muito mais lucrativa, o que não acontece exatamente com as pets.

E o Ministério do Meio Ambiente esteve na maior parte das audiências. Isso é que é importante. O tema foi tão delicado que o nosso Presidente procurou, porque ele que apresentou o plano de trabalho, incluir o Ministério do Meio Ambiente em todos os debates, porque em cada audiência pública nós tivemos um tema diferente sendo debatido.

Também é importante destacar a presença do Movimento Nacional dos Catadores, das confederações da indústria e do comércio, da própria parte das finanças, ou seja, do Ministério da Fazenda, através da Receita Federal. Discutimos também tecnologias alternativas para que a lei dos resíduos sólidos possa ser, no seu todo, implementada.

E aí segue o nosso relatório, Sr. Presidente.

Nas recomendações, entendemos que a partir da realização das audiências públicas, que todas elas, repito, estão sintetizadas, baseado não no pensamento somente dos Senadores e das Senadoras, mas no pensamento mais comum, procuramos captar aquilo que tinha uma clara manifestação de maioria a favor para inserir nessa questão.

Em relação à adequabilidade e permanência da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, vou ler, porque não é um item muito grande e considero importante, Sr. Presidente.

Conforme a opinião praticamente unânime dos expositores, com a qual concordamos, a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos é adequada e bem elaborada; inspirou-se nas legislações europeias de vanguarda e nas boas práticas internacionais; traz institutos jurídicos inovadores, como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto; promove a inclusão dos catadores e estabelece os instrumentos necessários para um novo modelo de gestão integrada de resíduos sólidos.

Por consequência, não é o caso de reabrir o processo legislativo e revisitar temas árduos que foram profundamente debatidos no Parlamento durante a elaboração da lei e que agora estão consolidados. A questão é aperfeiçoar, e tão somente isso, a aplicação desta lei.

A maioria das instituições convidadas, governamentais e privadas, à exceção da Confederação Nacional dos Municípios, posicionou-se contrária à prorrogação dos prazos previstos na lei.

Também foi mencionado que a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente – realizada em 2013 e voltada a tratar do tema dos resíduos sólidos – deliberou por não prorrogar o prazo estipulado no art. 54 da Lei da PNRS para que os Municípios erradicassem os lixões, considerando que isso configuraria “uma licença para continuar poluindo”.

Apesar dessas ponderações, temos a convicção de que a Lei da PNRS não foi realista ao determinar que os lixões deveriam ser desativados em até quatro anos. É preciso reconhecer que o prazo – expirado no último dia 2 de agosto – foi insuficiente para que a maior parte dos Municípios, em particular os menores e mais carentes, solucionasse esse grave problema ambiental e social.

Dessa feita, propomos, nos termos do projeto de lei do Anexo I do relatório, prorrogar por mais dois anos o prazo estipulado no art. 54 da Lei da PNRS.

Também sugerimos encaminhar à Ministra de Estado do Meio Ambiente o requerimento constante do Anexo II deste relatório, que solicita informar a lista dos Municípios que não cumpriram o prazo para a erradicação dos lixões, bem como os motivos por eles alegados.

No sentido de apoiar os Municípios na elaboração dos planos, propusemos que a Confederação Nacional dos Municípios replique o modelo exitoso – isso para mim é motivo de muito orgulho, Sr. Presidente – de parceria firmado com a Associação Amazonense de Municípios.

Foi uma ação que resultou em 59 planos municipais, num universo de 62 Municípios, elaborados com aportes de recursos financeiros do próprio Estado do Amazonas.

E aí eu apenas levanto aqui: aparentemente um número pequeno de Municípios, mas com realidades muito distintas, o que requereu uma capacitação muito forte da equipe técnica, que ajudou na elaboração desses planos. Por exemplo, temos na região alguns Municípios cujos lixões não poderão ser instalados naqueles Municípios, porque são ilhas. Então, outro lugar. Mas tudo isso está apontado e foi discutido em audiências públicas.

Então, é muito importante que esse modelo possa ser seguido e com muito mais facilidades em outros Estados brasileiros.

Entendemos também que seria desejável que a CNM, que é a Confederação Nacional dos Municípios, numa atuação mais proativa, divulgasse de forma institucional e sistemática as iniciativas dos setores governamental e privado, voltado sobretudo para a elaboração dos planos. Entre elas destacam-se as seguintes: os cursos à distância ministrados pelo MMA; os manuais do próprio Ministério de Meio Ambiente e da Abrelpe, para capacitação de gestores municipais; a colaboração prestada por instituições acadêmicas, a exemplo do apoio dado pela Neper, da USP, e as boas práticas e experiências exitosas municipais.

Apresentamos, ainda, um conjunto de recomendações, boa parte das quais dirigidas ao Poder Público municipal, uma vez que compete aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios. Outras se destinam ao Congresso Nacional, ao Governo Federal e Entes estaduais, assim como ao setor privado.

Os desafios para a aplicação do plano da lei, que estabelece o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, identificamos, de pronto, a convergência de opinião dos palestrantes quanto a três pontos cruciais a serem enfrentados. Seriam eles: a debilidade institucional dos Municípios – que não vou ler, porque é grande e nós analisamos cada um desses pontos –, a insuficiência dos recursos financeiros nos três níveis da Federação e a concretização dos instrumentos econômicos previstos na lei do plano, que estabelece o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. E todos eles, como eu disse, Sr. Presidente, já destacados, de forma bem detalhada, aqui neste relatório.

Por fim e do diante do exposto, para iniciar a discussão do tema no Congresso Nacional, que não seria bem iniciar, mas dar continuidade, propomos que a Subcomissão requeira de pronto o regime de urgência para a tramitação dos projetos de lei do Senado, a seguir especificados:

- Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2014, que altera a Lei nº 9.249, de 1995, para conceder benefício fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (Cofins), para as empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva.
- Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2012, que permite a dedução no Imposto de Renda de valores doados a projetos e atividades de reciclagem.
- Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2012, que dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conferir crédito presumido de IPI nas operações com produtos que utilizem materiais plásticos reciclados e reduzir a zero as alíquotas do PIS e Cofins sobre a receita de vendas desses materiais.

Além dos projetos já em trâmite, como aqui dito, está sendo proposto ao Parlamento, seguindo sugestão apresentada nas audiências, instituir medidas tributáveis que permitam a dedução dos custos relacionados à logística reversa.

No âmbito dos tributos estaduais, sugerimos fomentar a discussão quanto a instituir o ICMS ecológico, o que, aliás, já é realidade em diversos Estados. Trata-se de determinar a parcela da arrecadação de ICMS que caberá aos Municípios, com base no conjunto de critérios ambientais. Acreditamos que os recursos destinados por meio do ICMS ecológico podem estimular os Municípios na gestão dos resíduos sólidos.

Por fim, recomendamos aos Municípios instituir fontes de recursos específicas para o custeio do serviço de gestão dos resíduos sólidos. A exemplo da criação de taxa pela cobrança de serviços municipais para os Estados, desde que possam ser considerados serviços específicos e divisíveis. Programas e campanhas educativas, também é proposto que isto ocorra permanentemente.

E nas recomendações finais, a gente apresenta, são poucos os tópicos, são as recomendações finais que passo a ler:

- 1 – Aprovar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos pois a situação atual traz insegurança jurídica quanto à sua validade. Embora já em aplicação o plano aguarda exame do Conselho Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, que ainda não foi instalado.
- 2 – Agilizar a implantação do SINIR, sistema de informação previsto na lei do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que permite o compartilhamento dos dados fornecidos pelos Estados e Municípios.
- 3 – Rever normas infralegais sobre resíduos sólidos, adequando-os à luz da nova lei, que estabelece o plano.
- 4 – Avançar na formalização dos acordos setoriais para implementação de sistemas de logística reversa. Passados quatro anos da edição da lei do Plano, apenas um acordo foi assinado.
- 5 – Garantir a participação das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis nos sistemas de logística reversa e a inserção da categoria nos acordos setoriais.
- 6 – Analisar a pertinência de um banco de dados de casos exitosos de gestão de resíduos sólidos existentes no Brasil.

Esse, Sr. Presidente, é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres pares desta Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

E, Sr. Presidente, creio que após a discussão e a aprovação do relatório, nós temos também, V. Ex^a principalmente, que é o Presidente, juntamente com o próprio Presidente da Comissão de Meio Ambiente, de detalhar uma forma para que ainda esse ano, se possível, possa chegar a todos os Municípios, na mão de todos os Prefeitos, de todas as Câmaras de Vereadores e Governadores, Assembleias Legislativas, para dar conhecimento ao Brasil do trabalho por nós realizado.

Isso seria muito importante destacar, como foi importante o seu protagonismo, a sua atuação, para que essa Comissão pudesse trabalhar no meio de um ano tão conturbado, de tantos debates candentes e de uma eleição, de um processo eleitoral geral, como foi importante dedicar um período importante do Senado e desta Comissão para debater um assunto tão importante para o Brasil, para a população, para a saúde, para o desenvolvimento.

Então, quero homenagear, por fim, V. Ex^a, por ter proposto um tema tão importante quanto este.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu agradeço, Senadora Vanessa Grazziotin, pela sua gentileza, pelas suas palavras, mas, muito mais, pelo trabalho, pelo relatório que V. Ex^a acaba de apresentar e na íntegra, já distribuído anteriormente, bem como serão disponibilizadas as suas sugestões, a sua preocupação, a sensibilidade, o exemplo.

Por exemplo, o Estado do Amazonas que tem uma característica geográfica bastante complicada em relação a maioria do Brasil, mas que por decisões políticas conseguiu elaborar um plano, que isso sirva de modelo para os outros Estados em condições muito melhores, que possam, também, buscar esse mesmo objetivo.

E, também, nessa linha de agradecimento, agradecer ao Presidente, mais uma vez, da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Blairo Maggi, que no primeiro instante em que nós apresentamos o pedido de criação da Subcomissão de Resíduos Sólidos, mesmo estando lotado, o número regimental de subcomissões, ele se esforçou, encerrou uma das comissões, para que nós pudéssemos exercer esse trabalho.

Então, Senador Blairo, tenha a certeza da minha gratidão e o meu reconhecimento pelo apoio e pela solidariedade que V. Ex^a dispensou a esta Subcomissão, juntamente com o que lhe sucedeu temporariamente, o Senador Eduardo Amorim, a fim de que nós pudéssemos concluir esse trabalho hoje, como bem disse a Senadora Vanessa Grazziotin, com a felicidade de dizer que este é um passo que deve ser continuado nesta caminhada da responsabilidade com o meio ambiente, do compromisso e com o exercício da cidadania.

Até porque, por exemplo, tal como a sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin, de estabelecermos campanhas educativas, na Comissão do Meio Ambiente, na reunião que está suspensa, foi aprovado um projeto nesse sentido, que veio da Câmara. Ou seja, há uma sintonia na busca desses objetivos.

Então eu só tenho aqui a agradecer e parabenizar a todos que contribuíram.

Eu acho que a sugestão de V. Ex^a no sentido de que esse trabalho seja encaminhado às Câmaras de Vereadores e às prefeituras é muito importante.

Então, colocando o relatório em discussão. (Pausa.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Comissão sugere, Presidente, que a gente faça a leitura dos projetos, apesar de eu já ter...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Citado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... citado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Acha que há necessidade?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É melhor ler, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Os universitários, Sr. Presidente, estão sugerindo que seja lido.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, mas são projetos, não são...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem.

É que, como nós vamos incorporar esse relatório já na Comissão quando reabrir, então já fica...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – O.k. Ótimo!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Assim, fica lido, e a gente resolve esse assunto de vez.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então vamos lá.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº, DE....

Art. 1º Fica prorrogado por dois anos o prazo de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos. [Este é o anexo I.]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

E há a devida justificação, Sr. Presidente.

ANEXO II

REQUERIMENTO Nº...., DE...

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o prazo determinado no art. 54 da Lei nº 12.305, [...] para que os Municípios encaminhassem os rejeitos para aterros sanitários, requeiro seja informada pela Ministra de Estado do Meio Ambiente a lista dos Municípios que não cumpriram o referido prazo, bem como os motivos por eles alegados.

ANEXO III**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº... , DE....**

Altera a Lei Complementar nº 101, [...] de 2000, e a Lei nº 10.522, [...] de 2002, para facilitar a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos voltados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

[...]

Art. 1º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde, assistência social e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010." (NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

Parágrafo único.

IV – à celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos com Municípios, incluindo as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, voltados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010." (NR)

Art. 3º O art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais ou em faixa de fronteira ou, ainda, voltados para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, [...] de 2010, em decorrência de inadimplementos objetos de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI." (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

E, aí, há toda uma justificativa, que é aquilo que nós falávamos antes: temos que garantir as condições para que a Lei seja efetivamente cumprida; não basta somente, pura e simplesmente prorrogá-la.

ANEXO IV**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº... , DE ...**

Altera o art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para facilitar a contratação de operações de crédito destinadas ao financiamento da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

[...]

Art. 1º O art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

§ 3º

V – destinadas ao financiamento da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de que trata a Lei nº 12.305, [...] de 2010." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

E há toda uma justificativa.

Tudo isso está perfeitamente lido, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pronto.

Agradeço mais uma vez.

O relatório, então, está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, o relatório final está em votação.

Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O relatório final da Subcomissão está aprovado.

Nos termos do art. 73, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, será submetido a votação no plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Submeto aos Srs. e Sras Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata anterior, bem como da ata desta reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, a todos os Senadores e Senadoras, como aqui já agradeci, bem como a toda a equipe técnica desta Comissão e também ao apoio legislativo que tivemos na conclusão de todos os nossos trabalhos...

Pois não, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu também quero, aqui, apenas para reforçar, dizer que esses seus agradecimentos são os meus agradecimentos também. E dizer que o Senado conta com uma equipe técnica fenomenal, extremamente atenta, dedicada e estudiosa, Sr. Presidente. Sem essa equipe, certamente, nós não teríamos aprovado esse relatório, assim como todo o apoio dado pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Blairo Maggi, que colocou, também, toda a sua equipe da Comissão à disposição.

Muito obrigada, mais uma vez, a V. Ex^a, Senador Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB – PB) – Obrigado.

Está encerrada a reunião.

Que Deus proteja a todos!

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 9^a REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores **Cristovam Buarque e Jarbas Vasconcelos**. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz pronunciamento referente à Ucrânia. Tem início a apreciação da **PAUTA – 1^a PARTE: Audiência Pública** para debater sobre a crise na Ucrânia, que culminou na consulta popular que aprovou a reunião da Criméia à Federação Russa; em atendimento ao RRE nº 29/2014 – CRE. O Presidente convida a compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor **Rostyslav Tronenko**, Embaixador da Ucrânia no Brasil. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para sua exposição. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Cyro Miranda. O Embaixador responde os questionamentos e faz suas considerações finais. O Presidente registra a presença do Deputado Federal Hugo Napoleão. O Presidente agradece a presença do Embaixador e encerra-se a 1^a Parte desta Reunião. O Presidente suspende esta Reunião às 11 horas e 14 minutos e reabre-a às 11 horas e 16 minutos, quando, então, passa-se à **PAUTA – 2^a PARTE: Audiência Pública** para discutir os rumos da Defesa brasileira e prestar informações no âmbito de sua competência, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 4, de 2013. O Presidente convida a compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor **Celso Amorim**, Ministro de Estado da Defesa. O Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército; Tenente Brigadeiro do Ar Ailton dos Santos Pohlmann, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e Comandante Interino da Aeronáutica; General de Exército José Carlos de Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministério da Defesa; General de Divisão Luiz Felipe Linhares Gomes, chefe do Escritório de Projetos do Exército; e General de Brigada Eduardo Castanheira Garrido. O Presidente concede a palavra ao Ministro para sua exposição. O Presidente consulta seus colegas sobre inclusão extrapauta de Requerimento de sua autoria. Usa a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Luiz Henrique e José Agripino. O Presidente faz considerações referentes ao tema desta parte desta Reunião. Usa a palavra o Senador Luiz Henrique, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Agripino, o Senador Pedro Simon e o Deputado Federal Hugo Napoleão. O Ministro responde os questionamentos apresentados e faz suas considerações finais. O Presidente agradece o Ministro pela presença e também às demais autoridades da Defesa acima cita-

das. **EXTRAPAUTA – DELIBERATIVA: ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 32, DE 2014 – CRE**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidada a Deputada María Corina Machado, para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.” Na discussão, usam a palavra os Senadores Vanessa Grazziotin, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e José Agripino. Aprovado. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que solicita a inclusão de item extrapauta. Solicitação aprovada. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 33, DE 2014 – CRE**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidado o Deputado Rodrigo Cabezas, do Partido Socialista Unido da Venezuela para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.” Na discussão usam a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Agripino. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

É com grande honra e satisfação que nesta primeira etapa, neste primeiro ciclo da nossa reunião nós estamos tendo o prazer de receber S. Ex^a, o Ex^{mo} Sr. Embaixador da Ucrânia no Brasil, o Embaixador Tronenko.

Esta audiência resulta de requerimento e debate nesta Comissão para que possamos aprofundar um pouco o nosso nível de informação, conhecimento e até mesmo de nivelamento relacionado aos conflitos que estamos observando e acompanhando na Ucrânia, sobretudo em razão da anexação da região da Crimeia à Federação Russa.

Agrademos ao Embaixador, que se disponibilizou para que nós pudéssemos debater o assunto, sinalizando evidentemente um respeito profundo pelo nosso Congresso e, sobretudo, pela forma transparente com que vamos desenvolver esse debate. O fato objetivo é que as nossas relações com a Ucrânia são relações antigas, são relações importantes, até porque os indicativos são de que temos no Brasil pelo menos 500 mil pessoas que são descendentes da Ucrânia. Grande parte dessa comunidade está no Estado do Paraná, mas não apenas no Paraná, também em Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo.

Temos importantes cooperações técnicas com a Ucrânia e vale aqui destacar alguns desses mais importantes e relevantes projetos, como é o caso da construção do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão, com previsão para lançamento do foguete Cyclone 4. Também há um outro projeto muito importante com largo alcance social para o nosso País, a transferência de tecnologia da Ucrânia para produção de insulina no Brasil.

Portanto, é com muita alegria, com muita satisfação e honra que gostaríamos de convidar S. Ex^a, o Embaixador Tronenko, que está acompanhado de S. Ex^a, Embaixatriz, que é brasileira. (Pausa.)

Sr. Embaixador, é com muita alegria e com muita honra que recebemos V. Ex^a aqui na Comissão de Relações Exteriores. Vamos passar a palavra a V. Ex^a para que possa fazer uma exposição, possa compartilhar e socializar não apenas com os Senadores que compõem esta Comissão, mas também compartilhar com os brasileiros e, sobretudo, com a comunidade ucraniana, que deve estar nos acompanhando através da TV Senado.

A palavra é de V. Ex^a pelo tempo que considerar necessário para que nós possamos ter uma visão dos últimos acontecimentos e da forma como a Chancelaria que V. Ex^a coordena está tratando deste tema.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Obrigado.

Prezado Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Sras e Srs. Senadores, convidados, em primeiro lugar queria agradecer ao Senador Ricardo Ferraço, em nome do meu governo, em nome da numerosa comunidade ucraniana no Brasil, que representa mais de 500 mil brasileiros da região ucraniana, pela sua iniciativa de convocar esta audiência pública e pela possibilidade de expor, ante os distinguidos membros desta Casa e a população brasileira, a posição do meu governo referente à situação da República Autônoma da Crimeia, e também sobre a agressão brutal contra o nosso país por parte da Federação da Rússia.

Desde o fim de novembro do ano passado, o mundo – e acredito que o Brasil também – acompanham com apreensão o desenvolvimento da situação na Ucrânia.

Primeiro, foram protestos pacíficos, na maioria de jovens, a favor da integração da Ucrânia na União Europeia, que, após seu esprancamento violento, converteram-se nos protestos em massa em todo o país contra a corrupção, a favor dos valores, direitos e liberdades humanas. Muitos agora chamam esse movimento, esse acontecimento de “a revolução da dignidade”. A população exigia o cumprimento de promessas de integração do nosso país à Comunidade Europeia, com o qual o então Presidente Yanukovich foi eleito, no ano 2010, e essa foi declarada a meta principal do seu governo.

Lamentavelmente, o Sr. Yanukovich decidiu usar força contra o seu povo, provocando os confrontos e causando a morte de centenas de pessoas. Os confrontos mais violentos aconteceram entre os dias 18 e 20 de fevereiro deste ano, durante os quais morreram mais de 100 pessoas, e outras centenas ficaram feridas. Depois das negociações, com a mediação da comunidade internacional, na presença dos chanceleres da Alemanha, França e Grã-Bretanha, no dia 21 de fevereiro de 2014 foi logrado o acordo para solucionar a crise política. Também estava presente o representante do Presidente da Federação da Rússia, Sr. Lukin, como enviado especial.

Foi prevista a volta para a constituição do ano 2004, nesse acordo em que conseguiram assinar a posição ucraniana e o Presidente Yanukovich, transformando a Ucrânia em um Estado presidencial parlamentar ou em um Estado parlamentar presidencial, assim como a convocação das eleições presidenciais antecipadas.

Mas, após assinar esse acordo, que não foi assinado pelo representante do Presidente Putin – ele se recusou a assinar esse acordo –, o então Presidente Yanukovich desistiu de cumpri-lo e fugiu do país, desistindo também, dessa forma, das suas funções de Chefe de Estado. Em consequência, em conformidade com a Constituição, o parlamento da Ucrânia tornou-se um órgão legítimo do poder. O então Presidente do parlamento ucraniano, Sr. Volodymyr Rybak, pediu demissão, e os parlamentares elegeram o Sr. Deputado Alexander Turchinov como novo presidente do parlamento da Ucrânia, como exercício, em conformidade com a Constituição, a partir do dia 23 de fevereiro, das funções de presidente interino da Ucrânia, até a divulgação dos resultados das eleições presidenciais, que serão realizadas no dia 25 de maio deste ano.

No dia 27 de fevereiro, o presidente interino da Ucrânia anunciou a criação de uma nova coalizão das bancadas parlamentares, escolha europeia, formada pelos 250 deputados. Entre eles também havia muitos deputados que abandonaram a bancada do Partido das Regiões, mais de 70 deputados, e se juntaram a essa nova coalizão pró-europeia. E o parlamento aprovou o Sr. Arseniy Yatsenyuk como Primeiro-Ministro da Ucrânia, a composição do novo governo ucraniano e o programa de governo.

Cabe sublinhar que o então partido governista, o Partido das Regiões, anunciou sua decisão de tornar-se oposição e de não participar no novo governo de transição.

Quero especialmente sublinhar para os que acham que em Kiev aconteceu o golpe militar, tese muito usada pela propaganda de nosso vizinho.

O Parlamento da Ucrânia é o órgão superior legislativo eleito democraticamente no ano de 2012. Não foi derrubado pelos manifestantes. Sendo o único órgão legítimo após a fuga do então presidente Viktor Yanukovich, assumiu a responsabilidade política sobre o destino do Estado.

Infelizmente, nessas condições complexas, o país vizinho ativou a ingerência nos assuntos internos do nosso Estado e começou a intervenção militar no nosso território, capturando os órgãos administrativos, objetos da infraestrutura, unidades das Forças Armadas da Ucrânia na península da Crimeia, estabelecendo lá o seu governo fantoche, afastando o antigo Primeiro Ministro nomeado pelo Sr. Yanukovich e colocando o novo Primeiro-Ministro, um fantoche com antecedentes criminais.

O assim chamado referendo na Crimeia, realizado no dia 16 de março de 2014, sob as alças de fuzis russos, foi uma farsa política orquestrada e financiada pela Federação da Rússia. Essa farsa, carente de legitimidade política, foi conduzida com violação das leis internacionais fundamentais, sem dizer que a Constituição da Ucrânia não permite a unidade administrativa territorial como é a República Autônoma da Crimeia realizar referendos dessa escala.

Já no dia 17 de março de 2014, a composição ilegítima do Parlamento da República Autônoma aprovou a resolução sobre a independência da Crimeia. É importante enfatizar que o Parlamento da Crimeia, ao tomar a decisão sobre o referendo da Crimeia, no dia 6 de março deste ano, violou o princípio constitucional da integridade territorial do meu país e superou suas competências, estabelecidas pela Constituição da Ucrânia.

Essa violação da lei foi claramente estabelecida pelo Tribunal Constitucional da Ucrânia, que, no seu ato de 14 de março deste ano, reconheceu a decisão mencionada como inconstitucional.

Levando em conta a decisão do Tribunal Constitucional da Ucrânia, o Parlamento da Ucrânia, no dia 15 de março, aprovou a resolução de dissolver o Parlamento da Crimeia, o que resultou na perda de qualquer legitimidade deste último.

Apesar dos atos lícitos da Ucrânia como Estado soberano, sob cuja jurisdição permanece a Crimeia, as autoridades autoproclamadas da península realizaram um plebiscito, o qual sendo um ato de separatismo franco e injustificado, violou não apenas a legislação vigente da Ucrânia, mas também as regras fundamentais do direito internacional vigente.

Nem a Ucrânia nem a comunidade internacional reconhecem essa farsa de plebiscito. Qualquer passo para reconhecer ou legitimar o referendo será visto pela Ucrânia como um movimento profundamente hostil e irá causar graves repercussões em nível bilateral.

A Ucrânia está ciente do fato de que a agressão da Rússia trouxe um mundo à beira de um conflito fatal. Tais ações a parte russa não correspondem às obrigações internacionais da Federação da Rússia tomadas pelos acordos multilaterais e bilaterais com a Ucrânia, que garantem a integridade territorial da Ucrânia, inviabilidade de suas fronteiras e não ingerência nos assuntos internos do nosso país.

O reconhecimento pela Rússia da autoproclamada República da Crimeia tem apenas um objetivo: criar condições pseudojurídicas para anexação do território da Ucrânia e sua incorporação à Federação da Rússia. No entanto, o significado jurídico desse ato em termos da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e a ocupação militar russa da península da Crimeia é nulo. O Direito Internacional contemporâneo não reconhece a anexação forçada de territórios de outro Estado como um método legítimo de sua aquisição.

Há indícios muito claros, com a presença de mais de 150 mil soldados de tropas militares na fronteira leste da Ucrânia com a Rússia, com a presença das tropas russas na fronteira da Bielo-Rússia com a Ucrânia, que a Rússia está a caminho de desencadear uma intervenção militar de grande porte no leste e no sul da Ucrânia. Moscou está usando a sua vantagem incomparável em força militar e seu estatuto nuclear, violando as garantias dadas à Ucrânia, no ano de 1994, pelo Memorando de Budapeste. Aquele memorando garantiu a nossa independência, a nossa soberania e integridade territorial em troca da entrega de mais de 300 ogivas nucleares, o terceiro maior arsenal nuclear no mundo, que foi devolvido à Federação Russa. Assim, também violando o tratado bilateral de amizade e cooperação, assinado em 1997, entre a Rússia e a Ucrânia.

Há relatos confirmados de que cidadãos russos participaram de ataques a edifícios públicos no leste da Ucrânia.

O mundo e o Brasil devem ajudar a Ucrânia a enfrentar essa agressão flagrante. Pedimos, assim, às nações do mundo e ao Brasil que não fiquem em silêncio e, assim, se distanciem desse ato de agressão.

A Ucrânia, desde o início, desde 21 de fevereiro, desde o início da agressão por nosso vizinho, estava propondo o diálogo, a negociação, lembrando o Estatuto das Nações Unidas, pelo qual todas as disputas, todos os conflitos devem ser resolvidos de maneira pacífica.

A Ucrânia está pronta para dialogar; está pronta para envolver negociadores internacionais. Nós somos um povo de paz; nós queremos que nos deixem em paz, para que a causa daqueles que pereceram, que caíram na Praça Maidan, durante os três meses de protestos no inverno ucraniano, não tenha sido em vão. Nós queremos que nos deixem construir o nosso Estado, mais justo, mais democrático, sendo a Ucrânia um país multicultural, multiconfessional, multiétnico. São mais de 100 etnias convivendo harmonicamente hoje na Ucrânia, assim como a comunidade ucraniana, no sul do Brasil, convive perfeitamente há mais de 120 anos com representantes de outras etnias. Nós só queremos que nos deixem em paz para poder construir o nosso Estado, fazendo as nossas escolhas.

Há, contudo, uma coisa para a qual a Ucrânia nunca está pronta a abrir mão: ceder a agressões. Nós nunca iremos ceder e comprometer a nossa soberania. Nós apelamos ao mundo e ao Brasil para que nos apoiem nisso, em suas palavras e em suas ações. Ninguém está pedindo ao Brasil que compre a briga pela Ucrânia; mas também queríamos que o nosso parceiro estratégico não ficasse em cima do muro – parceiro estratégico, membro da ONU, país que pretende ocupar um lugar no Conselho de Segurança da ONU.

O governo da Ucrânia apelou ao governo brasileiro e ao Brasil, como parceiro estratégico e membro das Nações Unidas, para juntar-se à comunidade internacional e apoiar a nossa independência, soberania e integridade territorial no contexto das ações agressivas da Federação da Rússia contra o meu País. Isso foi apoiado plenamente pela comunidade ucraniana, que em nome de meio milhão de brasileiros descendentes de ucranianos, ainda no começo deste mês de março, apelou à Senhora Presidente do Brasil Dilma Rousseff, que se pronuncie contra a invasão da Rússia na Ucrânia e realize todos esforços diplomáticos para evitá-la.

Ontem, representantes da comunidade ucraniana foram ouvidos na Câmara dos Deputados em uma audiência pública. A minha esposa, Sra Embaixatriz Fabiana Tronenko, que é brasileira, cidadã brasileira, curitibana, que também é representante dessa comunidade, apelou aos seus colegas Srs e Srs. Senadores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, pedindo apoio, pedindo apoiar valores, porque nós não falamos da Ucrânia, falamos dos princípios, como: *pacta sunt servanda*, os acordos devem ser cumpridos ou eles ficam simplesmente no papel; o Estatuto das Nações Unidas; o Memorando de Budapeste; o Acordo Bilateral de Amizade e Cooperação entre Rússia e Ucrânia e o Acordo sobre permanência da frota da Federação Russa na cidade de Sebastopol.

A comunidade ucraniana ontem expressou sua profunda insatisfação com a posição do Governo brasileiro e do Brasil, como parceiro estratégico da Ucrânia e membro da ONU, referente à anexação da Crimeia à Federação Russa.

Cabe mencionar que a Ucrânia está recebendo o apoio da comunidade internacional, inclusive dos países da América Latina: Argentina, México, Panamá, Costa Rica, Comunidade Caribenha (Caricom), já se pronunciaram a favor da independência, soberania e integridade territorial do meu país.

Sr. Presidente, termino aqui para dar mais espaço às perguntas e respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Embaixador.

Como V. Ex^a avalia a ilegalidade, a imparcialidade e até mesmo a integridade com que foi conduzida a eleição na Crimeia, em que a população se manifestou através do plebiscito pelo desejo de sua anexação ao território da Federação Russa? Qual a relação que S. Ex^a o Embaixador, faz desse plebiscito?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – O que se viu na Crimeia foi um plebiscito inconstitucional à luz do direito ucraniano – ao qual a Crimeia deve se submeter – e ilegítimo segundo o direito internacional.

A província da Crimeia, enquanto parte do território da Ucrânia, não pode ser anexada a outro país.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas a manifestação por parte da população do território da Crimeia foi uma manifestação livre, autônoma, independente?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Eu não sei por que o plebiscito ocorreu sem presença dos observadores da OSCE, sem observadores da ONU. Foram convidados observadores dos grupos radicais da direita e esquerda europeus.

Eu só queria sublinhar que como província da Ucrânia – Crimeia – apenas o nosso parlamento poderia propor um plebiscito e a pergunta deveria ser se o povo da Crimeia quer ou não se tornar independente da Ucrânia, o que não foi o caso.

Realizado o plebiscito e dito “sim”, a Crimeia separar-se-ia da Ucrânia e, uma vez transformada em uma unidade geopolítica independente, com governo, território, povo próprios, poderia buscar sua anexação à Rússia, em novo plebiscito. Somente assim estariam cumpridas as formalidades legais, constitucionais internas, e poder-se-ia esperar o reconhecimento da independência e da subsequente anexação pela comunidade internacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essas últimas movimentações...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Sem dizer, Sr. Presidente – peço desculpas por interrompê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Eu não sei se o plebiscito pode ser considerado livre com presença militar, no território do nosso país, de grupos paramilitares, com uniforme do outro Estado, chamados grupos pró-russos, com armamento da última geração russa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essa conjuntura na Ucrânia coloca em risco os acordos bilaterais entre o nosso País e a Ucrânia? Acordos na área de construção compartilhada, no segmento aeroespacial, e também a transferência de tecnologia para a produção, em nosso País, de insulina?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Não acredito nisso. Enquanto eu sei, nós pretendemos continuar a cumprir os acordos assinados com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Senador Presidente Ricardo Ferraço, quero cumprimentá-lo pela sua iniciativa no sentido de convidar o Embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko, para aqui nos transmitir a sua visão sobre os acontecimentos em seu país. Inclusive, por V. Ex^a também ter proposto que o Embaixador da Rússia possa aqui nos transmitir o ponto de vista do seu país.

Esta oportunidade é muito importante, Embaixador Rostyslav Tronenko, para que conheçamos mais, em profundidade, até mesmo a história de seu país.

Eu gostaria muito que o senhor pudesse nos falar um pouco da origem da nação ucraniana, que o senhor pudesse retroagir um pouco ao tempo da formação da Ucrânia, como ela se tornou parte da União Soviética e, depois, extinta a União Soviética, como a Ucrânia passou a ser um país. Como era antes da anexação pela União Soviética?

Gostaria que o senhor pudesse nos dar alguns elementos, para que compreendêssemos mais e melhor a formação da área da Ucrânia, e também que o senhor possa nos explicar, inclusive, a própria situação da Crimeia, como era desde a formação da nação ucraniana. Acredito que, assim, nós teremos mais elementos para avaliar o que está ocorrendo.

Eu também gostaria de lhe perguntar – o Senador Ricardo Ferraço já colocou um pouco disto – se, no território da Crimeia, tivesse ocorrido um referendo, um plebiscito em condições adequadas... Isto é, porque podemos ler na imprensa que a votação foi feita em urnas transparentes, não foi propriamente um voto secre-

to. E, conforme o senhor nos informou há pouco, ali estavam guardadas as urnas por soldados com armamentos russos e que, talvez, constituísssem, embora não identificados, tropas russas tomando conta do plebiscito.

Se fosse realizado um plebiscito em condições mais adequadas, como é que o senhor avalia que poderia ser o resultado? Ou que razões teriam os habitantes da Crimeia para, efetivamente, preferir deixar de ser Ucrânia? E poderia haver uma forma de consulta que a própria Ucrânia, que o próprio governo da Ucrânia respeitasse, se fosse feita em moldes que o governo da Ucrânia considerasse adequado?

Outra questão: nós observamos que houve uma vontade de boa parte da população da Ucrânia, que se manifestou nas urnas e que expressou o sentimento de que ela tivesse melhor relacionamento com a União Europeia em relação ao relacionamento com a Rússia. Seria possível, na sua visão, que a Ucrânia viesse a ter um melhor relacionamento, tanto com a União Europeia quanto com a Rússia, e de uma maneira a chegar a bom termo na forma desse relacionamento? Porque, às vezes, soa difícil para nós compreendermos por que a aproximação maior com o país vizinho – no caso a Rússia – precisa se contrapor ao bom relacionamento que a Ucrânia deseja ter com os países também vizinhos e próximos da União Europeia? Será possível, até com o apoio da ONU e de países amigos da Ucrânia, como o Brasil, propor que possa haver esse entendimento com os dois lados?

Enfim, expresso aqui a minha simpatia pelo povo da Ucrânia, vejo que houve um sofrimento extraordinário, nestes últimos meses de conflito.

Daqui a pouco, nós vamos ouvir o Ministro Celso Amorim, de Defesa Nacional e vamos poder perguntar a ele a respeito da posição do Governo brasileiro, tendo em conta até o que o senhor aqui nos falou. Mas acho que, se o senhor puder dar ainda mais elementos para compreendermos a história da nação da Ucrânia, para nós será muito útil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Parece-me que há, no núcleo, na síntese da reflexão do Senador Eduardo Suplicy, uma pergunta mais ou menos assim: quais foram as razões, a juízo do seu Estado, que levaram a Federação Russa a adotar tal posição? Isso se deve ao desejo de a Ucrânia estar mais próxima da União Europeia? Qual é o nível de incompatibilidade que há entre uma relação de proximidade e equilíbrio, tanto com a Federação Russa quanto com a União Europeia? Até porque a Federação Russa e a União Europeia convivem de maneira harmoniosa, com extraordinárias cooperações, sobretudo a cooperação no campo do fornecimento de energia. Há alguma incompatibilidade nisso? Os motivos seriam outros que não esse? Eu acho que essas são as questões do Senador – eu estou adicionando às preocupações dele.

Mas antes de me dirigir a V. Ex^a, vou passar a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Cyro Miranda, para, em seguida, nós possamos ouvir o nosso Embaixador, que nos honra com sua presença nesta Comissão.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Ferraço, e quero cumprimentá-lo pelo debate que nos permite fazer, no dia de hoje, e, sobretudo, porque proximamente ouviremos o Embaixador da Rússia no Brasil. Isso é muito importante.

Eu vejo isso como uma aula. Não me sinto à vontade aqui, não só por estar na presença do Embaixador da Ucrânia, mas não me sinto no direito... Claro, tenho minhas opiniões e minhas convicções pessoais, que carecem ainda de muito conhecimento. Por isso essa reunião é importante. Como diz o Senador Suplicy, para uma pergunta sintética, direta, simples, a resposta eu creio que não deve ser nada fácil. Que nos seja dito em poucas palavras, numa rápida exposição, um pouco sobre a história da Ucrânia. Aliás, o Brasil tem falado muito sobre Ucrânia, sobre Crimeia, nesses últimos tempos. Se pegarmos as edições dos jornais, das revistas, as matérias sobre o assunto têm tomado muitas páginas.

Eu não costumo, Senador Ferraço, utilizar em minhas intervenções nada daquilo que saia em *Veja*, em *Época*, em *IstoÉ*. Acho que são matérias que não apenas informam, elas trazem consigo uma forte opinião com que muitas vezes eu não concordo. Trazem no seu conteúdo opiniões fortes com que muitas vezes – aliás a maioria das vezes – eu não concordo. Mas no caso, veja qual foi a manchete da revista *Época* desta semana: *Para uns sim, para outros não*. Essa é a manchete que chama a matéria sobre o caso Ucrânia, Crimeia, Rússia.

Estou ouvindo o Embaixador falar bastante aqui sobre direito internacional; que feriu-se o direito internacional. Diga-nos onde o direito internacional foi ferido, em que aspecto? Mesmo porque, por tudo que li até agora, é exatamente isso que aborda a revista *Época*, há uma contradição: se o direito internacional preza pela soberania territorial, preza também pela autodeterminação dos povos.

A história da Crimeia está aqui em outra revista, um pouco resumida. E a gente vê que é uma história que se entrelaça. Crimeia e Rússia, Rússia e Crimeia. Primeiro, colonizada ou ocupada de forma violenta por império grego, império otomano. Depois, no ano de 1783, Catarina da Rússia anexa... Em 1853, depois também de novos ataques do Império Romano, quando, segundo a história, mais de 15 mil pessoas morreram, volta para

Rússia. E assim vai. Até que, em 1917, quando da revolução russa, a Crimeia é tornada uma república socialista autônoma. E já em 1954, pelo que está aqui, com **Khrushchev**, apesar de estar no território anexado à Ucrânia, tem o *status* de uma república autônoma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – **Khrushchev** era ucraniano.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente.

Então, pergunto ao Embaixador, na sua visão, que parte do direito internacional foi ferido e o que o senhor diz dessa contradição que está contida no próprio direito internacional?

Outro questionamento que faço. Estive recentemente na Rússia. Exatamente no domingo, no dia em que estava tendo plebiscito na Crimeia, eu estava em Moscou. No dia anterior, no sábado, saímos do encontro, fomos até a Praça Vermelha e lá havia uma manifestação gigantesca. E o que deu para perceber? Eu estive muito em contato, Senador Ferraço, com opositores do governo Putin, com agremiações partidárias, partidos que são oposição ao governo Putin. Mas o que deu para sentir e compreender é que há uma grande unanimidade em relação à Crimeia, dos favoráveis ao governo e dos contrários ao governo, de todos reconhecendo, primeiro, a aprovação no parlamento da Crimeia e, segundo, o próprio plebiscito, que, como dito aqui, havia... Salvo engano, não fui lá para ser assistente em absoluto, eu estava numa outra atividade, mas não vi um questionamento sequer, nem nos meios de comunicação local, a respeito da lisura com que ocorreu o plebiscito.

A população russa já chegou a ser em torno de 90% e está em torno de 70%, aproximadamente. Eu peço que o senhor nos diga qual o idioma oficial, Embaixador, da Crimeia? Se, recentemente, houve alguma mudança na lei da Ucrânia e que essa vigorou na Crimeia em relação ao reconhecimento? E quais idiomas oficialmente são reconhecidos?

Eu não sei se eu entendi mal, pois tive uma certa dificuldade na comunicação, mas saí de lá com a impressão – que não sei se corresponde à realidade – de que, recentemente, teria sido aprovada uma lei proibindo o idioma russo lá. Não sei se isso confere ou não. Eu queria que o senhor nos informasse.

No mais, é isso. Eu acho que o que está por trás – eu acho não, é isto – é a pergunta última feita pelo Senador Suplicy, que foi repetida de uma forma bem clara pelo Senador Ferraço, em relação às áreas a que a Ucrânia quer estar ligada. Aliás, só foi possível o acordo com o FMI, um socorro da própria União Europeia, a partir desses conflitos, porque, até então, muito se prometia e pouco se fazia. Enfim, daqui do Brasil, não me cabe expressar qualquer juízo de valor. Para o que nós todos torcemos muito é pela paz, Embaixador.

O senhor coloca que há uma iminente possibilidade de uma invasão ou de a república russa expandir o seu domínio. Claro que isso não seria bom, nem para a região, nem para lugar nenhum do mundo. Isso colocaria em risco a paz mundial, inclusive. Mas, sobre o assunto, eu tenho lido também que não há qualquer – espero que isto corresponda à verdade – intenção por parte da república russa de expandir de forma violenta, através de ocupação, o seu poder em territórios próximos.

No mais, é desejar que o seu povo, com Crimeia e com Rússia, siga vivendo na paz. E que tudo seja decidido dentro do caminho da paz, porque esse é o caminho que todos nós temos de trilhar, a bem da humanidade. Episódios que levaram à morte de 500 mil pessoas – em 1853, foram 500 mil pessoas mortas – não devem se repetir jamais na história dos povos do mundo inteiro.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente Ricardo Ferraço, Sr. Embaixador, parabenizo o Presidente pela iniciativa não tão tardia.

As minhas perguntas já foram feitas: a primeira pelo Sr. Presidente em relação ao plebiscito, e a segunda pelo Senador Suplicy, bem esclarecida pelo Senador Ferraço.

Ficou aqui bem nítida para mim, Sr. Embaixador, a imagem de que foi um plebiscito em que o povo foi coagido, até pelo complemento que fez o Senador Suplicy, falando de urnas transparentes, com aparato policial.

A primeira pergunta é se há alguma possibilidade de se refazer esse plebiscito de uma maneira em que a ONU venha a estar presente, deixando o povo exercer a sua liberdade de expressão? A coisa que mais tem de se respeitar no mundo diplomático é a soberania e a independência que foi conquistada. Para qualquer modificação, cabe ao seu povo, com total liberdade, mudar o seu regime ou não.

Colocou muito bem o Embaixador: o Brasil precisa sair de cima do muro, sim. A diplomacia brasileira fala. Em várias situações, nós ficamos em cima do muro. E esta situação não pode continuar: ou ele é parceiro ou não é parceiro. A interação que ele faz perante a ONU, com o poder que tem, inclusive, de dialogar, é justamente para pacificar. Se ficar em cima do muro, não contribui com nada. Fica-se esperando qual é o melhor resultado aqui ou ali. Então, eu acho que esta Comissão tem, sim, como obrigação esclarecer todos esses fatos.

Acho que, com o senhor aqui, nós vamos ter mais subsídios, também, não só o que recebemos da imprensa. Uma chacina de mais de 500 mil mortos não pode passar dessa maneira, sem que a diplomacia brasileira se manifeste. E se deve fiscalizar. Em primeiro lugar, para mim, o mais sagrado é a vontade do povo da sua terra. Esta deve ser respeitada, mas deve ser feita com liberdade e me parece que assim não foi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a intervenção de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Embaixador Rostyslav Tronenko. V. Ex^a tem dez minutos para tentar fazer uma síntese das questões que foram colocadas aqui pelo conjunto dos Srs. Senadores, para nos ajudar a um entendimento melhor da visão do Estado da Ucrânia relacionado a esta recente crise.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço ao senhor e aos Srs. Senadores aqui presentes pelas suas perguntas. Eu vou tentar ser breve. Talvez, falar de alguns fatos daqueles que as imagens televisivas que nos chegam da Crimeia não mostram.

Como vocês sabem, a Crimeia é uma península e é parte da história sobre a qual o Senador Suplicy perguntou. A Ucrânia é o berço dos povos eslavos, vários povos eslavos. Existia o Estado medieval da Rus Kiev. Não confundir com Rússia. O principado de Moscou apareceu séculos mais tarde.

Se os senhores visitarem a capital do meu país, vão encontrar os afrescos na Catedral de Santa Sofia, Santa Sabedoria, do Príncipe Vladimir, e vão encontrar, na Praça de São Miguel, o monumento à Princesa Olga. Eles vão encontrar essas imagens, também, na Catedral de São Pedro, no Vaticano. Por quê? Porque o Príncipe Vladimir, da Rússia, de Kiev, batizou os povos eslavos, no ano 988, e fez isso, segundo várias fontes, em Kiev, à beira do Rio Dniepre; os povos que, até aquele tempo, final do século X, foram pagãos. Mas isso é história. A realidade, os fatos que as imagens televisivas e as revistas omitem.

A Crimeia é uma península. Este pormenor geográfico explica sua dependência em relação ao resto da Ucrânia. Integrar a Crimeia na Rússia promete ser uma aventura incerta e muito cara para os nossos vizinhos. Referendos, como aquele que teve lugar na península ucraniana, tendem a dividir fortemente as várias comunidades.

Gostaria de lembrar sobre a existência da forte comunidade tárta. Antes de a imperatriz russa ganhar a Crimeia, esta pretendia ser o Império Otomano. É a forte comunidade tárta, mais de 12%, quase 13%, lá na Crimeia. Povo turcomano, povo muçulmano, que não participou no referendo, assim chamado livre referendo.

Eles se recusaram a participar e o representante deles, Dzhemilev, recentemente falou que somente 34,8% da população da Crimeia participaram nesse livre, entre aspas, referendo.

A anexação pela Força Militar não resolve a vulnerabilidade geográfica da península. A Crimeia depende do resto da Ucrânia em termos de abastecimento de água. Oitenta por cento da água consumida na Crimeia são fornecidos pela Ucrânia – sem água, como sabemos, não há agricultura nem turismo –; 80% da eletricidade da Crimeia são fornecidos pela Ucrânia; são pagos por nosso orçamento; 65% do gás usado na Crimeia são fornecidos pela Ucrânia – foram fornecidos nos últimos 60 anos e continuam a ser fornecidos –; cerca de 70%, Srs e Srs. Senadores, da comida vêm da Ucrânia.

A maior fonte de receitas da economia da Crimeia é o turismo, Sr. Presidente. Sessenta e cinco por cento dos turistas são ucranianos. A diminuição do turismo agravará a situação financeira na Península.

Dois terços, cerca de US\$800 milhões por ano do orçamento original da Crimeia, são pagos por Kiev. Esses são fatos. Acredito que sustentar, do ponto de vista financeiro e econômico, o governo original em Simferopol vai custar muito mais do que se pensa.

Por isso, não me admiro nada se daqui a um ou dois anos, quando a euforia passar, a desilusão dos russos na Crimeia em relação a Moscou for substancial.

Respondendo à pergunta da Sr^a Senadora sobre onde se rompeu o direito internacional... Isso me lembrou a pergunta que me fizeram no Itamaraty, no dia 5 de março, durante o encontro.

“Sr. Embaixador, o senhor poderia nos mostrar os indícios da intervenção militar do seu vizinho na Crimeia?” Eu gostaria só de citar a declaração dos seus colegas, 450 colegas do Parlamento ucraniano, que, na semana passada, aprovaram uma declaração da luta pela libertação da Ucrânia.

Eu cito:

Em 18 de março de 2014, o Presidente da Federação Russa colocou a assinatura no assim chamado Tratado sobre a Entrada da República da Crimeia e da Cidade de Sebastopol na Federação Russa. Na atmosfera pomposa do Salão de São Jorge, no Kremlin, em verdadeiro desafio ao mundo, a Rússia descaradamente violou não apenas a legislação vigente da Ucrânia soberana, mas também as Normas Fundamentais

do Direito Internacional, consagrados na Carta das Nações Unidas; no Estatuto do Conselho da Europa; na Ata Final da Conferência sobre a Segurança e Cooperação da Europa (CSCE), de 1975, e nos outros documentos resultantes da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa; no Acordo da Criação da Comunidade dos Estados Independentes, de 1991; num memorando sobre garantias de segurança em conexão com a visão da Ucrânia ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, de 5 de dezembro de 1994, entre a Ucrânia, Estados Unidos, Rússia – que se obrigou, segundo esse memorando, a garantir nossa soberania e integridade territorial e independência – e o Reino Unido, sobre o Estatuto Não Nuclear da Ucrânia; no Tratado de Amizade e Cooperação e Parceria entre a Ucrânia e a Federação Russa, assinado em 1997.

Pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, as fronteiras geralmente reconhecidas da Europa estão redesenhadadas de maneira cínica pelo país que, com os tratados multilaterais e bilaterais, garantiu a integridade territorial da Ucrânia e a inviolabilidade das suas fronteiras.

O único motivo indisfarçável da Federação Russa para cometer esse crime internacional é a doutrina notória da ampliação do mundo russo.

O Parlamento da Ucrânia chama a atenção dos governos e parlamentos do mundo, organizações internacionais e comunidade internacional para que o povo ucraniano nunca reconhecerá a anexação de uma parte integrante do seu território. República Autônoma da Crimeia, ocupada pela Rússia, em flagrante violação das normas fundamentais do Direito Internacional e os princípios geralmente reconhecidos de coexistência de Estados.

O Parlamento da Ucrânia apela a todos os membros da comunidade internacional que se abstenham do reconhecimento internacional da assim chamada República da Crimeia e da anexação da Crimeia e de Sevastopol pela Rússia como os novos sujeitos da Federação.

Em nome do povo da Ucrânia, o Verkhovna Rada, o Parlamento da Ucrânia, declara que a Crimeia era e é será uma parte da Ucrânia. O povo ucraniano nunca e sob nenhuma circunstância parará de lutar pela libertação da Crimeia dos invasores, não importa quão dura ou longa a luta seja.

A Ucrânia vencerá, porque Deus é a verdade e está conosco.

Finda a citação.

É o apelo direto dos seus colegas parlamentares da Ucrânia pelo apoio, que aliás eu senti haver aqui não só do lado da comunidade, mas nesta Casa – e eu senti isso ontem na Câmara dos Deputados –, existe.

Outras perguntas, Sr. Presidente, eu deixo talvez para uma próxima vez.

Talvez eu responda à pergunta do Senador Suplicy sobre se seria possível manter um bom relacionamento tanto com a União Européia como com a Rússia.

Sr. Senador, é aquilo que a Ucrânia tentou fazer nos últimos 23 anos. A nossa troca comercial, de quase 56 bilhões de dólares, é com a União Européia. E, nos melhores anos, foi de quase 60 bilhões de dólares com a Rússia. Com os Estados do chamado acordo aduaneiro, que inclui Bielorrússia, Cazaquistão e outros, chega a mais de 60 bilhões.

É aquilo que a Ucrânia gostaria de fazer, mas estão privando a Ucrânia de fazer. Põem-nos diante do desafio da escolha: "Escolham. Ou vocês ficam conosco ou vão sofrer as consequências".

Isso não começou em novembro, mas em agosto do ano passado, quando a Federação Russa fechou as fronteiras com a Ucrânia, dando o sinal ao antigo governo sobre quais seriam as consequências.

Mas eu, de novo, acrescento que isso não é sobre a Ucrânia. Isso tudo é sobre princípios e valores, nos quais o mundo civilizado, a Ucrânia e, acredito, o Brasil têm fé.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a S. Ex^a Embaixador Roslav Tronenko, Embaixador da Ucrânia em nosso País, que nos honrou com a sua presença, dialogando com os Senadores da Comissão de Relação Exteriores sobre aspectos relacionados à conjuntura e aos desafios nessa importante região do Planeta.

Queremos saudar com alegria a presença entre nós do sempre Senador e Deputado Federal Hugo Napoleão, Coordenador do Grupo de Amizade Brasil/França, que nos honra com a sua presença.

Vamos suspender a reunião por apenas cinco minutos para que possamos retomar com S. Ex^a, o Ministro Celso Amorim, da Defesa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perdoe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É uma pergunta simples. Em relação à língua, qual é a língua oficial praticada na Crimeia hoje?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Como de todo o País. Segundo a nossa Constituição, assim como o Português para o Brasil, a língua oficial da Ucrânia é o Ucraniano. Mas...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas e a língua falada?

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Assim como no Brasil, há várias línguas faladas, inclusive originais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Desculpe, eu erro. Mas eu não fujo da questão, Sr^a Senadora. Deixe-me responder.

A língua oficial é o ucraniano em todo o território da Ucrânia, segundo a Constituição.

Foi aprovada pelo antigo governo a lei sobre as bases da política linguística, pelo antigo governo de **Yanukovich**, que permitia, como direitos adicionais, o uso das línguas das minorias étnicas, entre elas a língua russa. A minoria étnica na Ucrânia representa 17%, em torno de oito milhões da população do país de 46 milhões de habitantes. Há outras etnias, mais de cem etnias, que também têm direito a falar as suas línguas.

O novo governo, no dia 23 de fevereiro deste ano, com sua decisão do parlamento... O novo parlamento, desculpe-me. A maioria no parlamento aprovou a lei sobre a antiga lei das bases das políticas linguísticas, mas essa lei não foi assinada pelo presidente interino da Ucrânia. Ela serviu simplesmente – a aprovação dessa lei – como pretexto para nosso vizinho desencadear ações subversivas em nosso território.

O ucraniano é a língua oficial. Nós, especialmente aqueles, como eu, que, por 30 anos, vivemos no outro país, a União Soviética, falamos livremente duas línguas. Não há problema nenhum.

A parte da Ucrânia que foi liberada em 1939, depois do famoso Pacto Molotov-Ribbentrop, entre Stalin e Hitler, foi a menos sacrificada, como a maior parte do leste, do centro e do sul da Ucrânia.

Falando do povo tártaro, que fala a sua língua, porque o povo turcomano... Também não podemos esquecer as tramas que esse povo passou, sem falar da história de que a Crimeia foi descoberta pelos gregos.

Por que os gregos não reclamam os direitos da sua minoria, assim chamada de gregos pônticos, que até agora existem livremente na nossa sociedade? Por que os turcos não reclamam direitos dos tártaros da Crimeia?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – São as perguntas retóricas, mas não há nenhum...

Eu gostaria de entregar para a Sr^a Senadora esta tabela: Características Comparativas da Garantia de Direitos dos Ucranianos na Rússia e dos Russos na Ucrânia. É material informativo, não é propaganda nossa.

Os ucranianos na Rússia: 1,4% da população, ao redor de dois milhões, embora os dados não oficiais digam que são cerca de dez milhões de ucranianos na Rússia.

Russos na Ucrânia: 8,33 milhões, 17,3% da nossa população.

Quantidade das escolas ucranianas na Rússia: dez escolas secundárias, com estudo da língua ucraniana e disciplinas em ucraniano.

As escolas secundárias com ensino em língua ucraniana não existem.

Sr^a Senadora, 1.256 escolas secundárias com ensino em língua russa na Ucrânia.

O SR. PRESIDENTE (Rostyslav Tronenko) – Sr. Embaixador...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – ... nas quais estudam, Sr. Presidente...

Deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É porque estamos...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – A senhora estava rindo de mim. Estava fazendo perguntas, rindo.

Deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não.

Sr. Embaixador, nós combinamos de 10 horas às 11 horas. São 11h10min. Em seguida, tenho de ouvir o Ministro da Defesa.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – E o que é mais interessante, Sr^a Senadora, tenho aqui a avaliação pela OIC.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu não estava rindo, Sr. Embaixador.

Eu quero dizer...

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Deixe-me falar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu sou uma pessoa que sorrio muito.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Desculpe-me.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não, de jeito nenhum. Não quero que o senhor saia daqui com essa impressão.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Está bem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – De jeito nenhum.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Com certeza, Sr^a Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se o senhor teve essa impressão, tenha certeza de que não foi essa a minha intenção.

Eu já recebi o seu documento. O senhor tenha certeza de que vou ler com muita atenção.

O SR. ROSTYSLAV TRONENKO – Eu gostaria de levar a parte final desse documento, que diz que de acordo com os resultados do monitoramento realizado no mar sombrio, de 2009, da situação sobre a garantia dos direitos educacionais da etnia ucraniana na Rússia e dos russos étnicos na Ucrânia, o gabinete do Alto Comissário para as Minorias Nacionais, da OSCE, mencionou que as possibilidades das garantias da Ucrânia das necessidades culturais e linguísticas da minoria russa em geral superam, Sr^a Senadora, muito mais as possibilidades que são geralmente fornecidas para as minorias nacionais dos outros estados-membros da OSCE.

Eu gostaria, Sr^a Senadora, se a senhora quer os fatos de violação dos direitos humanos e linguísticos da minoria russa na Ucrânia, que a senhora fornecesse esses fatos para o Embaixador, para a Embaixada. Eu seria muito grato à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Rostyslav Tronenko, por sua presença que nos honrou, compartilhando um pouco da conjuntura, das informações e dos desafios a que estamos acompanhando no país de V. Ex^a.

Vamos suspender por cinco minutos e vamos voltar logo com o nosso Ministro da Defesa Celso Amorim. Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 13 minutos e reaberta às 11 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É com grande honra que recebemos em audiência pública, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presença de S. Ex^a o Ministro da Defesa, Celso Amorim, neste início de Sessão Legislativa de 2014, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

O objetivo desta reunião, além de discutir os principais temas de defesa, é oferecer ao Ministro Celso Amorim mais uma oportunidade de compartilhar com o Parlamento sua visão sempre atualizada dos novos cenários vislumbrados para o setor militar.

Convido S. Ex^a o Ministro Celso Amorim para tomar assento à mesa.

Ministro Celso Amorim, cumprindo resolução desta Casa, temos enorme alegria em receber V. Ex^a.

Eu gostaria de registrar as presenças do Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; do General de Exército Enzo Martins, Comandante do Exército; do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ailton dos Santos, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e Comandante Interino da Aeronáutica; do General de Exército José Carlos Dinardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; de Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministro da Defesa; General de Divisão Luiz Felipe Linhares Gomes, Chefe do Escritório de Projetos do Exército; e do Sr. General de Brigada Eduardo Castanheira Garrido. Sejam V. Ex^as muito bem-vindos à Casa, à Comissão de Defesa do Senado. É com enorme alegria que acolhemos todos os senhores.

Passamos de imediato a palavra ao Ministro Celso Amorim, para que ele possa fazer um balanço do exercício de 2013 e apresentar a esta Comissão os principais desafios da Defesa para 2014.

A palavra é de V. Ex^a, Ministro, pelo tempo que julgar necessário, para que possamos ouvi-lo.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores. Eu queria também, como V. Ex^a já fez, registrar minha satisfação com a presença dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e dos outros oficiais generais, que dão maior brilho a esta reunião.

Como sabe V. Ex^a, tem sido sempre uma prática minha, como Ministro da Defesa, antes também, como Ministro das Relações Exteriores, atender o mais prontamente possível aos convites que me são feitos, não só porque é uma obrigação, mas também porque valorizo muito essa prática democrática do debate que aqui ocorre.

Vou tentar ser breve nessa exposição, porque sei que a própria Comissão vai receber hoje um ex-colaborador meu, hoje Diretor-Geral da OMC, Embaixador Roberto Azevêdo, de cujo êxito todos nós nos orgulhamos muito. Eu mesmo tenho a possibilidade de um despacho com a Presidenta às 15h. Vou tentar ser breve na minha exposição, mas obviamente estarei pronto para discutir vários aspectos.

Sr. Presidente, se me permitir, não vou fazer exatamente um relatório do ano passado, porque eu vou falar em conjunto do que foi o ano passado, deste e dos grandes desafios que nós enfrentamos. Mas, evidentemente, alguma pergunta específica eu estarei totalmente pronto para tentar responder.

Embora eu já tenha vindo aqui outras vezes, e não quero ser muito redundante com outras ocasiões, mas eu acho sempre importante, quando se fala da defesa, e, inevitavelmente, vai-se falar de alguns aspectos

como orçamento e outras questões dessa natureza, lembrar o papel que o Brasil tem hoje no mundo, o lugar que o Brasil ocupa hoje no mundo. Na economia, já esteve em 6º, depois virou 7º, poderá voltar para 6º, porque isso depende muito de variações cambiais, mas, de qualquer maneira, está entre as seis ou sete maiores economias do mundo.

Aliás, até faço uma observação, se me permitir, Sr. Senador: outro dia, esse antigo vezo de acompanhar os assuntos internacionais, eu vi um importante jornal brasileiro mencionar o G-7, que é o conjunto das sete maiores economias do mundo, só que não cabe, porque, se o Brasil é a 6ª ou a 7ª e se a China é a 2ª, a conta não fecha. Já não são mais as sete maiores economias do mundo, mas as ex-sete maiores economias do mundo. Isso é uma observação que acho importante termos presente.

Mas o Brasil está entre as seis ou sete maiores economias do mundo. É um país que atua em muitas foros, de maneira muito desenvolta. É membro do G-20, em termos econômico-financeiros. Tem esse pleito histórico de poder ser membro permanente do Conselho de Segurança. Aliás, uma tese que eu vi há poucos dias defendida por um acadêmico norte-americano – até é a proposta de algumas crises atuais – diz que países como Brasil e a Índia deviam estar como membros permanentes do Conselho de Segurança. E, durante muitos anos na minha vida, eu tive que lidar com esse problema, usando, sobretudo, aquilo que, hoje em dia, os acadêmicos chamam de *soft power*, o poder brando. E é verdade: o Brasil tem um grande poder brando, uma grande atratividade da sua cultura, uma diplomacia competente, enfim, uma sociedade dinâmica, livre, democrática, que é algo também muito importante na posição que o País possa ter no mundo. Mas, em várias ocasiões, eu pude observar que ter um pouco mais de poder duro, como chamam de *hard power*, ajudaria até o poder brando a ir adiante.

Aqui poucos têm a minha idade, mas eu li recentemente uma passagem que foi me mostrada por um assessor jovem, do Santiago Dantas, dizendo que o Brasil já está há mais de 50 anos, feito aqui na Câmara, em um ponto em que ele não apenas deveria defender os seus interesses, mas ser capaz também de dar a sua opinião sobre as grandes questões mundiais. Eu complementaria isso, passados 50 anos, dizendo que, para se fazer isso de maneira efetiva, é necessário não só o poder brando, mas também certa capacidade militar que ampare esse poder brando. Essa é, digamos assim, a primeira razão pela qual termos Forças Armadas bem-equipadas, bem-adestradas é absolutamente indispensável.

Esse tema parece uma coisa óbvia e tem que ser – e por isso eu valorizo tanto os debates no Senado e na Câmara – o entendimento não do Ministro da Defesa ou mesmo da Presidenta da República, mas da sociedade brasileira. Eu acho que é preciso que a sociedade brasileira entenda que, para ter o papel que o Brasil quer ter no mundo, ele tem que ter Forças Armadas bem-equipadas, bem-adestradas, e, naturalmente, mais até importante do que, digamos, esse lugar abstrato, para a defesa das riquezas e dos recursos que nós temos.

Eu parto de um axioma básico para um país pelo do porte do Brasil. Eu me lembro de que o Ministro Silveira costumava dizer que o Brasil pode abdicar de tudo, menos da sua grandeza. Um país do porte do Brasil não pode delegar sua defesa a ninguém. Ele tem que cuidar da sua defesa. Pode até cooperar e deve cooperar, como temos cooperado com outros, sobretudo na América do Sul, na África. Eu acabo de vir exatamente de uma viagem à África, onde há um interesse enorme pela cooperação do Brasil. Ele pode cooperar, mas não pode delegar sua defesa a ninguém. Então, esse é um princípio básico da estratégia nacional de defesa, quando ela defende o princípio da dissuasão.

Temos que ser capazes, para defender os nossos recursos, a nossa integridade territorial, a nossa população, de demonstrar a potenciais agressores que não são defendidos, no mundo moderno – aliás, essa é a própria doutrina que se prega hoje, chama-se a estratégia por capacidade –, em vez de ficar lidando com hipóteses específicas de emprego da força militar, temos que ser capazes de demonstrar que quem quiser, se algum país, por alguma razão, de alguma maneira nos agredir ou impingir sobre os nossos recursos, teremos a capacidade de causar um dano que faça com que ele pense duas vezes. Acho que isso é o que temos que pensar, num mundo que é cada vez mais complexo, em que você não pode mais dividir entre leste e oeste, em que você não pode mais dividir de maneira ideológica: é um mundo de muitas complexidades. Então, essa capacidade é absolutamente fundamental, e ela é indelegável, e só é possível com Forças Armadas – mais uma vez, volto a dizer – bem equipadas e bem adestradas.

Gostaria de mencionar sobre isso, rapidamente, que isso sempre pode ser visto por dois ângulos, quando lidamos com problemas de recursos, de orçamentos: um é, digamos, como a série histórica tem-se comportado; e o outro são as necessidades. Então, se eu olhar para a série histórica e for verificar o que tem sido a evolução dos gastos na área de defesa, tenho – sobretudo se pensar em custeio e investimento, e, mais ainda, se pensar só em investimento – um panorama muito positivo, porque números... Se me permitir, tenho detalhado para depois, se for necessário, mas apenas para não cansar com muita cifra quebrada, o total de custeio de investimento, o que o Brasil investia, em 2003, era de R\$3,7 bilhões e, hoje, 2013, foi de

R\$ 18,5, foi de R\$18,3 bilhões aproximadamente – é um crescimento notável, mais que quintuplicou aproximadamente a nossa despesa e, ainda que haja uma correção inflacionária, é um crescimento apreciável.

Se eu for considerar apenas o investimento que também é uma maneira importante, vamos ver que aumentou de cerca de quase R\$900 milhões – R\$900 milhões –, R\$0,9 bilhão, para R\$8,9: quer dizer, quase R\$9 bilhões, decuplicou. Se eu olhar por esse ângulo, evidentemente, vou dizer: "Poxa vida, o investimento cresceu muito!" O custeio as pessoas, às vezes, têm o hábito de pensar que é só papel, máquina de escrever, mas não é. No nosso caso, é manutenção do equipamento, munição, treinamento, coisas absolutamente indispensáveis.

Então, se eu for olhar por esse ângulo, vou ficar até muito satisfeito, mas, se olhar pelo ângulo das necessidades ou da comparação internacional, a perspectiva já é um pouco outra. Falando, por exemplo, da comparação internacional: se eu for, digamos, buscar uma comparação com os BRICS, o Brasil, dentro dos BRICS, juntamente com a África do Sul, é o país que tem a menor proporção de gastos em defesa em relação ao PIB, cerca de 1,5%. A média dos BRICS acho que é de 2,3%, mais ou menos; o maior, que é a Rússia, tem 4%, e por aí vamos.

De qualquer maneira, Portanto, estamos bem abaixo da média dos BRICS, 2,3, talvez até por certa coincidência, porque eu não posso dizer que uma coisa foi pensada por causa da outra. Há um plano que estamos desenvolvendo que é o plano de articulação e equipamento de defesa, que já está sendo feito há muito tempo, porque é uma tarefa que não é simples, porque o primeiro plano foi, digamos assim, uma lista do que seria ideal, aí evidentemente daria algo que seria cinco vezes o orçamento de hoje, algo que é impossível pensar, levando em conta as outras necessidades que o País tem. Depois de uma grande depuração desses gastos, chegamos a uma cifra que nos levaria a um número parecido com esse das médias dos BRICS para atender o que as Forças Armadas considerariam mais essencial para a defesa do Brasil – eu faço isso com uma certa ressalva, porque a gente não sabe exatamente de quanto vai ser o PIB –, que é cerca de 2,3%, 2,2%. Eu aqui, em uma vez anterior em que tive a honra de ser convidado, mencionei que o ideal – nós hoje gastamos cerca de 1,5% do PIB – seria chegarmos a cerca de 2%, num plano de dez anos, porque isso toma tempo, dez, doze anos, enfim, algo por aí. Então, essas cifras todas, mais ou menos, se aproximam e apontam para essa necessidade.

É comum dizer – e é verdade – que grande parte do gasto nosso é com pessoal, e esse é um problema que eu acho que, a médio, longo prazos, terá que ser visto, inclusive o pessoal inativo. Mas uma coisa interessante – eu observei fazendo a pesquisa aqui para esta reunião: o nosso percentual, da Defesa, em relação ao PIB praticamente não mudou, mas o aumento em investimento e em custeio foi muito grande. Qual a explicação? É que, apesar de o pessoal continuar sendo muito oneroso, ele cresceu menos. É grande e é alto, mas cresceu menos do que cresceu a parte de custeio e investimento, bem menos, pouco mais que dobrou.

Bom, então, esse é o panorama que, a meu ver, pode-se dizer que é desnecessário, mas eu acho muito importante, porque – eu volto a falar – a questão de saber quanto nós vamos alocar em recursos para a nossa defesa não é uma questão do Ministro da Defesa, é uma questão do Governo como um todo, mas é, sobretudo, uma questão de Estado, que naturalmente, obviamente, o Congresso, o Senado Federal, mas é uma questão da sociedade brasileira, por isso nós também temos procurado ampliar o debate com a sociedade, meios acadêmicos, etc. Então, eu saliento esse aspecto.

Se eu for olhar pelo ângulo das necessidades, além da comparação com os BRICS, eu vou verificar que muitos projetos que nós consideramos essenciais estão ainda muito aquém do que é necessário fazer. Nós temos conseguido – e isto tem sido muito bom – manter os grandes projetos em andamento – uma exceção importante que eu vou mencionar dos que já estavam funcionando. Tem sido mantido o Prosub, o submarino nuclear; os Guarantis, o blindado Guarani, aliás, há três dias, estive na companhia do General Enzo e de outros militares aqui presentes, sobretudo do Exército, eu fui a Cascavel, no Paraná, verificar a entrega de um primeiro lote de blindados Guarantis, três lotes. Há 30 anos que o Brasil não produzia uma forma nova de blindados. Nós tínhamos o Urutu e Cascavel, que, hoje – aliás, eu pude ver nessa viagem na África –, são ainda buscados e despertam interesse em vários países, mas nós precisávamos de uma coisa mais moderna, que é o Guarani, patente brasileira, aliás, patente do Exército nacional, execução da Ivec.

Vendo aquela área, apenas um exemplificativo, tão fértil, com tanta capacidade de produção de proteína variada, um dos Parlamentares presentes me disse que era o maior, eu não tenho condições de dizer do Município, mas era a maior produção de frango do mundo no Município, enfim. Aí, me perguntaram: por que Cascavel? Eu falei: não precisa outra resposta, além de ser perto de Itaipu, que é obviamente essencial para o funcionamento do País, você está defendendo aquela capacidade de produção de alimentos, que é um dos elementos mais importantes que teremos a defender nesse mundo complexo. O Brasil é rico em energia, é rico em água, é rico em capacidade de produção de alimentos, e nós temos que defender essa capacidade. Volto a dizer sempre e a frisar: não podemos delegar isso a ninguém, podemos cooperar, mas não delegar.

Então, eu mencionei, por exemplo, projetos que têm avançado, como o Prosub, o blindado Guarani, e outros que têm, ainda que aquém do que talvez fosse ideal, recebido recursos importantes, no caso do Exército,

o Sisfron, que é o de monitoramento das fronteiras, e tivemos uma grande decisão, muito importante, que é a de avançar no projeto FX-2, algo que estava parado há cerca de 13 anos – e tive a honra da presença do Senador no momento do anúncio –, que o Brasil tomou a decisão de adquirir, mediante transferência de tecnologia e capacidade de produção do Brasil, inclusive de elementos tecnologicamente mais complexos da Suécia.

Aliás, Sr. Presidente, irei à Suécia, no início de abril, para a primeira reunião de nível ministerial, onde poderemos justamente acompanhar como vai a evolução. A FAB, obviamente, só está negociando com a Saab, com a Força Aérea Sueca, a Embraer também já está envolvida, assim como outras empresas. Será uma ocasião para, em nível ministerial, estabelecermos os acordos necessários para poder executar bem, rapidamente, essa transferência importantíssima de 36 caças, jatos multipropósito.

Também temos avançado em algumas outras coisas, mas algumas não estão seguindo o ritmo que desejávamos, apesar de todos os esforços. Por exemplo, na Marinha, a área de Meios de Superfície, olhando os orçamentos que foram pedidos e o que foi dado, é relativamente pequena. A gente entende, o país tem muitas necessidades, mas temos de ter também essa noção. Por exemplo, um dos projetos importantes, uma corveta brasileira, a Corveta Barroso, que tem de ser modernizado, não o exemplar, mas o projeto, tem um custo bem maior do que aquilo que foi colocado no nosso orçamento. Esse é um exemplo.

A outra área que não entra só no orçamento da Defesa, mas passa também por nós, é a parte espacial. O ex-ministro da Ciência e Tecnologia, meu ex-chefe, Luiz Henrique, aqui presente, sabe muito bem que já naquela época em que ele foi ministro nós falávamos do Programa Espacial Completo Brasileiro. Naquela época eu não sei se a Índia falava. Hoje, a Índia está mandando um foguete para Marte, e nós não conseguimos ainda ter o primeiro lançador, em grande parte pela descontinuidade dos recursos, muitas mudanças administrativas de longo prazo, não estou falando de nenhum governo específico, que acabaram mudando talvez as prioridades.

O fato é que, se você quer ser um país que está na linha de frente no mundo, da mesma maneira que tem um submarino nuclear, que tem uma capacidade de proteção de fronteiras, você tem de ter também uma capacidade espacial para fins pacíficos, mas tem de ter. Eu acho que essa é uma área em que estamos um pouco atrasados. Poderia citar outras, mas também não quero me prolongar muito. Nós entendemos.

Se olharmos para o outro lado, que mencionei antes, o aumento de recursos tem sido mais ou menos constante, com mínimas oscilações, há dez anos, mas as necessidades são muitas, sobretudo se o Brasil quiser ter a projeção internacional que necessita e quiser ser capaz de defender os seus recursos, a sua soberania, sem precisar diretamente de ninguém, até por que, se precisar, ele já acedeu à soberania. Então, essa é a situação que enfrentamos, com a qual temos lidado.

Eu diria que um programa, especialmente, que precisaria de um cuidado especial, porque teve um impacto industrial grande de emprego e de tecnologia e que não tem recebido os recursos de que precisaria, é o Programa dos Helicópteros, mas há outros, como o Programa Proteger, do Exército, e já mencionei os Meios de Superfície da Marinha.

Estou falando da função essencial das Forças Armadas, da primordial, que é a defesa do país, que é a principal, que a gente faz, volto a dizer, não somente através dos meios de dissuasão, mas também de uma cooperação intensa. Por exemplo, na América do Sul, nossa principal área de preocupação, tenho sempre dito que a cooperação é a melhor dissuasão. Então, quanto mais nós cooperamos com os nossos vizinhos menos chance tem de haver qualquer tipo de aventura. Nunca vi nenhum deles querendo se aventurar. A nossa relação é ótima, no plano diplomático, e não quero entrar em outros assuntos que não são da minha área, mas a importância que pode ter a Unasul para várias situações, mas, inclusive na nossa área específica de defesa, onde o Conselho de Defesa Sul-americano tem atuado com importância crescente. Só para dar dois exemplos rápidos, na área da indústria de defesa, nós estamos desenvolvendo projetos conjuntos para aeronaves não tripuladas, que chamamos de VANT, e também desenvolvendo um projeto, em cooperação com vários outros países, de um treinador básico, que estamos chamando de Unasul-1. Isso, na área de indústria. Então, isso vai dando um conhecimento, e nós vamos alargando, aos poucos, a base industrial sul-americana, o que também é algo importante.

É claro que, nesse contexto, o Brasil vai sempre se destacar, mas temos que ter também uma compreensão de que não se pode só querer vender. Vou dar um exemplo também com a Colômbia: o Brasil vendeu um número importante de Super Tucanos para a Colômbia, e nós acabamos de comprar, acabaram de chegar, recentemente, quatro lanchas blindadas colombianas, porque eles têm lanchas muito boas. Aí, pode-se argumentar: ah, não, mas você podia procurar outro parceiro... Mas, se queremos vender, eles também têm que comprar! Isso é básico! E, se queremos uma integração sul-americana que se estenda à área da defesa, temos também que envolver parceiros.

Só para dar outro exemplo, a Argentina está envolvida também no projeto do KC-390, o novo transportador de tropas e cargueiro e também reabastecedor em voo que a Embraer está preparando.

Então, quando é possível – é claro que, em muitos casos, não é possível –, estamos tentando fazer esse esforço.

Mas, além desse aspecto, digamos assim, mais material, importantíssimo, também acho que há um aspecto doutrinário. E aí, quero, totalmente, separar a ideia de doutrina da de ideologia, ou seja, a visão da defesa dos nossos recursos naturais, a importância de trabalharmos juntos, até porque alguns países não terão condições de, sozinhos, defender esses próprios recursos; precisarão de ajuda. E nós mesmos também precisamos da cooperação de vários outros.

E para isso também o Conselho de Defesa Sul-Americano tem contribuído. Já temos algumas atividades nesse campo. Inclusive, há um instituto, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, na Argentina, e a nossa Escola Superior de Guerra tem realizado – já realizou duas vezes, vai realizar de novo este ano – um curso para oficiais superiores em defesa também, que chamamos de CAD-Sul. Mas a ideia que foi desenvolvida e já foi aprovada é a criação de uma Escola Sul-Americana de Defesa, que acho algo muito importante. Ou seja, acho que temos que ter uma visão sul-americana dos problemas de defesa. Digo “nós” porque acho que isso é em benefício inclusive do Brasil, mas também dos outros países.

E a nossa ideia, já, em princípio, aprovada – não é só nossa; foi discutida com outros países, para evitar qualquer ideia de que alguém está monopolizando e que há uma ideologização –, é manter algo plural. Então, a escola, na realidade, será uma articulação de vários programas, alguns que já existem e outros que passarão a existir. Entre os que já existem, o nosso CAD-Sul, feito pela Escola Superior de Guerra. Então, digamos, a cooperação complementa a dissusão.

Eu apenas gostaria, se V. Ex^a me permitir, muito rapidamente, de fazer uma rápida referência à África, porque foi a última viagem que fiz. Tenho um tempinho ainda, Senador?

Na viagem à África, estive em Moçambique, África do Sul e República Democrática do Congo. Se me permitirem, vou falar, muito rapidamente, não sobre as relações com esses países, mas, no caso de Moçambique, eles têm uma expectativa muito grande com a possibilidade da nossa cooperação. Eles querem diversificar, não querem ficar dependentes somente de outros países que oferecem ou, às vezes, dão de graça até os recursos. Eles têm muito interesse na nossa cooperação, no treinamento, e acho que esta semana mesmo, se não me engano, um grupo da Marinha está indo visitar Moçambique. Se não for nesta semana, será na próxima. Enfim, por esses dias.

Conseguimos uma aprovação, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara, que terá, mais tarde, que passar pelo plenário e, depois, chegar aqui ao Senado, de uma autorização para doarmos três Tucanos – antigos Tucanos, não Super Tucanos – para Moçambique. É do nosso interesse, não só porque é cooperar com um país com o qual temos muitas relações, mas também porque é o que os outros países fazem: doa-se o Tucano e, depois, quem sabe, vende-se o Super Tucano. E não estou falando de algo abstrato, porque já vendemos um número considerável de Super Tucanos para países africanos. Acho que a Angola já tem mais de seis ou oito; países pequenos, como Burkina Faso, compraram três; enfim, não estou falando de algo abstrato. Estou falando de algo que pode ocorrer.

Em Moçambique, foi uma conversa sobre esses temas; grande interesse em cooperação. Para nós, também, crescentemente, temos interesses comerciais que se multiplicam em vários países.

Na África do Sul, para também falar rapidamente, entre outras coisas, há uma excelente cooperação envolvendo a Força Aérea sul-africana em torno de um míssil ar-ar de última geração chamado A-Darter. Eu pude constatar, vendo lá e conversando com pessoas que entendem mais do que eu, porque são técnicas, o alto nível de sofisticação tecnológica da indústria sul-africana. As indústrias brasileiras estão participando também, como a Mecatron, a Opto, que é uma empresa que andou até em dificuldades aqui no Brasil, mas que está produzindo – digamos assim – o olho do foguete.

É uma cooperação extraordinária e essa cooperação pode e deve, na minha opinião, ser estendida para outras Forças. Aliás, a Marinha já tem uma operação importante, não na área industrial, que se chama IBSA-MAR, que é cooperação dos três países do IBAS – Índia, Brasil e África do Sul – em manobras navais, que é algo também muito importante para o nosso Atlântico Sul e é uma maneira também de nos relacionarmos com outros países em desenvolvimento. Mas eu tenho certeza de que também estão em estudo e poderão ser desenvolvidos projetos do Exército, da própria Marinha, sobretudo nessa área que envolve alta tecnologia, inclusive eletrônica, que é muito difícil obter sem restrições. A vantagem de nossa cooperação com a África do Sul é que, como é um país aproximadamente do nosso nível, não há restrição, até porque algumas coisas estão sendo desenvolvidas juntas pelas nossas empresas. Então, acho algo muito importante.

Foram três países, foram três situações totalmente diferentes. Fui à República Democrática do Congo, com a qual o Brasil tem, na realidade, relações relativamente escassas, eu diria. Lá temos Embaixador naturalmente e, hoje, a presença de um general brasileiro chefiando a mais importante, em número e também em

robustez, de todas as operações de paz da ONU. Para grande orgulho nosso, a ação dele está sendo altamente apreciada, até mesmo pelos países que antes ambicionavam o mesmo cargo e que agora não querem mais: "Não, vamos deixar o General Santos Cruz lá." Quem tiver interesse pode procurar – eu não tenho o número aqui, mas o nosso assessor de imprensa pode encontrá-lo e mandá-lo – um site da *Al Jazeera* em que ele deu uma entrevista em que o reconhecimento pelo trabalho dele é realmente demonstrado. Há muitas outras reportagens. Esse site da *Al Jazeera* é mais interessante porque é visual.

Além de todas essas funções ligadas à defesa da Pátria, esses projetos e essa permanente luta para ter os recursos necessários, ainda que sempre compreendendo que o País tem também outras necessidades, nós temos que lidar com situações que eu não diria imprevistas, mas cuja dimensão não era prevista. Uma delas é a questão da espionagem. O Senador conhece isso hoje em dia melhor do que todos nós, porque esteve e está muito envolvido na comissão sobre este tema. Isso nos levou a buscar reforçar ainda mais o que já estava na estratégia nacional de defesa e que já vinha sendo implementado, que é a parte de defesa cibernética.

Nós temos um centro de defesa cibernética que está a cargo do Exército, mas é claro que cada Força também tem as suas ações nessa área, e elas estão sendo coordenadas. Determinei, em função dessas questões de espionagem, que fosse feito um grupo de trabalho que nos desse recomendações mais imediatas. Na realidade, essas recomendações estão ainda sendo objeto de exame de como implementar. Há várias, mas eu vou salientar duas. Uma delas é uma escola de defesa cibernética, que pode servir, inclusive, para outros órgãos da administração, aliás, queremos trabalhar com eles, porque a questão de recursos humanos é absolutamente fundamental nesse campo. Não adianta você ter o equipamento perfeito e depender de uma empresa estrangeira para fazer a revisão, por exemplo. É absolutamente fundamental. Nos programas que nós temos apoiado, seja diretamente, seja em conjunto com o MCTI, num programa de nova defesa, tem estado sempre presente a questão de software adequado à defesa. Este é um aspecto: a escola. O outro aspecto, e é uma coisa dentro do Exército ainda sendo estudada, mas é importante que se saiba, é como passar de um centro para um comando de defesa cibernética.

Então, isso é para mostrar que estamos atentos a essas dificuldades, ninguém tem a ilusão de que vai-se tornar invulnerável de um dia para o outro, mas é algo que estamos tentando desenvolver da melhor maneira possível. Há muitas outras tarefas em que as Forças Armadas são chamadas a atuar – poderia citar aqui um longo rol de operações, seja para a proteção de indígenas ou outros, para a proteção do meio ambiente; enfim, uma multiplicidade de questões e outras específicas de segurança, mas onde, nos termos da Constituição e dos pedidos de governadores respectivos também as Forças Armadas têm que assumir um papel da área que chamamos de Garantia de Lei da Ordem (GLO). São muitas outras ações que temos tido.

Evidentemente, teremos uma presença muito grande na segurança da Copa do Mundo, obviamente tudo em estreita coordenação com o Ministério da Justiça e com a secretarias de segurança pública estaduais. O Gal. Bernardi tem estado à frente desse esforço, com comitês integrados, em nível de política nacional e regional e as operações do tipo Ágata, que são operações de grande porte e que, no ano passado e neste, resolvemos, em vez de fazer três no ano, como vínhamos fazendo, concentrar no período anterior aos grandes eventos. No ano passado, foi no anterior à Copa das Confederações e à visita do Papa, foi uma logo perto da outra, e este ano será antes também da Copa do Mundo, final de maio, mais ou menos.

Então, essas atividades menciono, porque elas também são, digamos assim, uma demanda adicional aos recursos das Forças Armadas, tanto os recursos financeiros, quanto os recursos físicos. Na maioria das vezes, da parte financeira, somos resarcidos, digamos assim, para essas atividades não previstas, mas, às vezes, há um hiato longo, e você tem que lidar com uma situação complexa. Mas também há recursos físicos, algo, por exemplo, que tenho observado – vou dizer francamente, não foi nem objeto de uma reclamação direta, mas tenho observado – é a limitação, por exemplo, dos nossos meios aéreos de transporte.

Os nossos aviões Hercules C-130, que faziam esse papel, do total que temos, acho que há 15, ou 16, na realidade, às vezes, você tem operando três, dois, quatro. Então, é uma limitação muito grande. Os aviões que tínhamos também para transporte de tropas foram desativados, por determinação da Presidenta e, com razão, porque era um antigo sucatão que já tinha dado tantos problemas e, quando ele teve o último problema, no aeroporto de Porto Príncipe, onde poderia ter havido uma tragédia, mas, felizmente, não houve, a decisão foi desativá-los, mas, obviamente, isso tudo também limita as possibilidades, acompanhado de uma demanda crescente da sociedade.

Procuramos atender a todos os programas. Às vezes, parte do Governo do Estado, evidentemente, tem que passar por algum órgão federal, como o Ministério da Integração, etc., e algumas outras vezes são programas já federais. A acho que é muito importante que as Forças Armadas exerçam também essa capacidade, porque é uma maneira de deixá-las próximas da população. Mas, evidentemente, tudo isso não só tem um custo financeiro, mas representa também uma demanda adicional sobre recursos físicos e, às vezes, até humanos relativamente escassos.

Então, eu diria que, dentro desse contexto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o panorama não é nem sombrio, nem luminoso, digamos assim, é um panorama de razoabilidade – estamos crescendo. Se olharmos a série histórica, vamos ficar muito contentes: partimos, no caso de custeio e investimento, de 3,5 ou 3..., algo assim em bilhões, para 18,3. Em dez anos, caso de investimento, de 0,9 bilhão para quase 9 bilhões – ótimo, mas, se formos olhar para as necessidades ou para a comparação com países de porte equivalente, vamos achar que temos ainda um caminho grande a percorrer.

Essa seria a minha apresentação, para dar tempo também para pergunta. Obrigado, desculpe se me excedi.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Quero consultar os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, se poderíamos, aproveitando o quórum, submeter à análise um requerimento extrapauta de minha autoria, inclusive para que pudéssemos formalizar um convite à Deputada Maria Corina Machado, para trazer a esta Comissão suas reflexões em relação à complexidade e ao agravamento da crise na Venezuela.

Nós tivemos uma interlocução com a Deputada Maria Corina, ela se disponibilizou, e, para tanto, nós precisamos formalizar esse expediente para que nós pudéssemos aprofundar um pouquinho aqui um juízo de valor em relação à complexidade e o desdobramento da crise institucional na Venezuela.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de debater com profundidade a matéria, então eu não se seria o melhor momento esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Após a nossa audiência com o Ministro, nós submetemos, então, à avaliação de V. Ex^a e do conjunto dos Senadores.

Nós temos aqui uma ordem de inscrição.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, conforme conversei com V. Ex^a ontem, nós temos três embaixadores com processo pronto para audiência.

Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que a próxima sessão, na próxima quinta-feira, fosse destinada a ouvir. São quatro embaixadores. Talvez, pudéssemos fazer audiência única para ouvir os quatro embaixadores, porque a não conclusão do processo de suas designações está atravancando o processo de movimentação de diplomatas na rede da nossa diplomacia exterior.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço, naturalmente, a preocupação de V. Ex^a. Vamos envidar esforços.

Na próxima quinta, nós temos audiência pública aprovada para discutirmos os rumos das relações do Brasil com os Estados Unidos da América. Nós vamos ver, inclusive, se a gente não consegue fazer, ao longo da semana, uma sessão extraordinária, para que nós pudéssemos fazer um esforço concentrado, de modo que, ao longo da semana, nós pudéssemos receber os nossos embaixadores e pudéssemos sabatiná-los.

E agradeço a...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O apelo que eu faço a V. Ex^a, quem sabe, é se agenda extraordinariamente para as 14 horas ou da próxima terça, ou da próxima quarta-feira, a fim de fazer essa sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O apelo de V. Ex^a é um ordem. E ordem dá quem pode, e cumpre quem tem juízo, Senador Luiz Henrique.

Nós vamos, ao longo da semana que vem, agilizar a votação desses quatro embaixadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Imagine. É um prazer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Presidente Ricardo Ferraço, eu queria manifestar, desde já, veja bem: V. Ex^a preside com muita equidade, com muita dedicação a nossa Comissão de Relações Exteriores. Hoje, por exemplo, o Ministro da Defesa fez uma explanação bem feita, bem cuidada, bem preparada sobre o orçamento da Defesa, a atualização de equipamentos de Exército, Marinha e Aeronáutica, para colocar, esta é uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V. Ex^a cuida de todos os assuntos, da sabatina de embaixadores a assuntos de defesa e assuntos da compreensão do Senado com relação ao contexto do Brasil na América Latina.

Eu sei que V. Ex^a esteve agora em Lima, num encontro de cúpula, presentes a esse encontro o ex-Presidente do México, o ex-Presidente do Chile, numa fundação presidida por Vargas Llosa, que é uma figura de renome internacional, e sei que V. Ex^a encontrou, nesse evento, a Deputada Corina, venezuelana. A questão da

Venezuela, nesse momento, ocupa o noticiário internacional, com grande preocupação por parte dos países do mundo, notadamente os países da América Latina, da América do Sul, onde o Brasil se insere.

Desde já, eu quero manifestar a V. Ex^a, primeiro, aplausos pela iniciativa de apresentar o requerimento. Primeiro de tudo: V. Ex^a foi lá, a convite de Vargas Llosa, conversou com as pessoas, deve ter conversado com muitas pessoas de vários países da América Latina, América do Sul e recolheu a necessidade de trazer a audiência da Deputada Venezuelana, que vem aqui falar, para ouvir crítica, ou ouvir apoio, para que o Brasil tome conhecimento da situação real da Venezuela por parte de alguém que tem protagonismo reconhecido no plano internacional.

Então, desde já, eu quero aplaudir a iniciativa de V. Ex^a e dizer que conta o nosso, meu e do meu partido, absoluto endosso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, mas vamos, então, iniciar aqui o nosso diálogo com o nosso querido Ministro, que nos honra.

Ministro, o nosso País é naturalmente um país pacífico, mas os brasileiros, todos os dias, estão enfrentando uma guerra que, não apenas para mim, mas é uma percepção global, estamos perdendo. Essa guerra é a guerra para a droga, para crimes transnacionais efetivados ao longo da nossa fronteira ao leste, o chamado Brasil Profundo. Dentre tantos importantes projetos e programas que a Defesa brasileira tem de pé temos um Programa chamado Sisfron, um programa audacioso, um programa que exige recursos econômicos, recursos tecnológicos, recursos materiais, mas é um programa absolutamente imprescindível. O Senador Agripino registra a nossa presença nesse encontro em Lima, onde foi discutido o problema das drogas na América do Sul. Os fatos são conhecidos. Ou seja, 70% da cocaína que o Brasil consome vem do Peru via Bolívia. Nós temos combatido o tráfico de drogas próximo ao consumo.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse colocar luz no desenvolvimento, no exercício financeiro e orçamentário do Sisfron, pela importância que esse Programa tem para os brasileiros, considerando que a droga está no centro, no núcleo do problema da criminalidade e da violência urbana em nosso País. Esse é um Programa que tem relação direta com o cotidiano e a rotina dos brasileiros.

Além disso, Sr. Ministro, e já passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique, como a Defesa Nacional está avaliando a conjuntura do sistema elétrico brasileiro? A cada momento nos preocupam mais as informações dando conta da escassez de água em nossos reservatórios, um problema que, num primeiro momento, diz respeito à economia brasileira, que pode ser um problema para a família brasileira, mas que, num passo seguinte, é um problema de defesa nacional, por tudo que significa a energia no dia a dia da sociedade. Nós temos o Programa Proteger, que é focado na proteção dessas estruturas estratégicas para o nosso país.

Essas são as duas intervenções que faço neste momento, perguntando a V. Ex^a como anda o desenvolvimento do FX-2. O Brasil já anunciou a decisão de aquisição dos jatos Gripper NG, da Saab, mas há todo um protocolo, todo um procedimento de conversações e diálogos. Está mantido o Programa para que até o final deste ano tenhamos todos esses detalhamentos observados? Essas são as intervenções, que vou passar a V. Ex^a. Antes, vou ouvir o Senador Luiz Henrique e os demais Senadores. Quando V. Ex^a for se manifestar, V. Ex^a faz um sobrevoo por todos esses temas que nós estamos aqui encaminhando a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Sras e Srs. Senadores, nós temos aqui, hoje, participando desta audiência, um brasileiro por excelência, um servidor público exemplar. O conjunto dos servidores públicos brasileiros deveria se inspirar no exemplo do Embaixador Celso Amorim. Na sua longa carreira no Itamaraty, onde teve o segundo mandato mais longevo à frente daquele Ministério, perdendo apenas para o Barão do Rio Branco, o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim demonstrou não só a condição de grande brasileiro, como também uma visão que considero muito importante na diplomacia brasileira, a de ampliar o protagonismo do Brasil em países subdesenvolvidos da África e de outros continentes, o que determinou, inclusive, e essa foi uma das causas, a eleição do Embaixador Roberto Azevedo, que, hoje, nos honrará com a sua presença aqui, às 14h30.

O Embaixador Celso Amorim foi Presidente da Embrafilmes numa época de florescência da cinematografia nacional. Foi o período de consolidação da capacitação nacional nessa área.

Tive a honra de trabalhar com o Ministro Celso Amorim no Ministério da Ciência e Tecnologia, quando, entre outros projetos importantes, que têm desdobramento hoje, nós firmamos o mais importante acordo científico entre dois países em desenvolvimento. Firmamos com a China um projeto de construção binacional de dois satélites, que se seguiram, posteriormente, por mais dois, de que resultou, hoje, uma previsão climática muito mais precisa do que a que tínhamos anteriormente e a competência nacional de controlar a devastação das florestas, porque passamos a ter um olho eletrônico sobre todo o território nacional.

Esse grande brasileiro nos dá tranquilidade, por exemplo, quando o seu Ministério decide pela compra dos caças suecos, que a gente sabe que é uma decisão correta, uma decisão honesta, uma decisão voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

O Embaixador Celso Amorim situou, com absoluta correção, que a melhor forma de o Brasil exercer a sua atividade de defesa é a dissuasão. A dissuasão através de um protagonismo junto aos nossos vizinhos, mas um protagonismo solidário, um protagonismo fraterno, um protagonismo que faça com que nós da América portuguesa deixemos de estar de costas para os irmãos da América espanhola, no que se refere à América do Sul. Por isso, eu entendo como equivocadas as críticas a projetos de financiamento à empresa brasileira que vai exportar tecnologia, que vai exportar *expertise* em engenharia, que vai exportar produtos nacionais de construção, para fazer uma obra, por exemplo, como o Porto de Mariel. É evidente que se cria, nesse caso, uma relação de respeito maior ao nosso País, de carinho maior ao nosso País, uma relação de gratidão ao nosso País, por esse protagonismo. Mesmo caso, o financiamento à expansão da rede de energia elétrica da Argentina e outros projetos que nós temos.

Então, eu queria situar. Eu acho que a palestra do Embaixador Celso Amorim nos trouxe informações precisas, mas a parte que eu considero fulcral da sua palestra é esse protagonismo solidário brasileiro.

Não vou fazer nenhuma pergunta ao Embaixador, porque conheço bem os projetos que estão desenvolvidos. Apenas apoiar a posição de V. Ex^a no sentido de que nós estamos combatendo a droga na ponta do consumo e precisamos impedir que a droga venha. Então, nós temos de combater muito mais ferozmente a droga para impedir a sua importação pelo nosso Território.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senadora Vanessa Grazziotin e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu vou também tentar ser bem sintética, Presidente. Por isso mesmo, quero pedir permissão do Senador Luiz Henrique para assinar embaixo de todas as observações que ele acaba de fazer em relação ao Ministro Celso Amorim, em relação à política de relações exteriores do Brasil e em relação à política que constrói também na Defesa. Assino embaixo. Senador Luiz Henrique, concordo principalmente quando V. Ex^a cumprimenta o Ministro que tem parte muito importante na formação dessa nova política brasileira de integração solidária, que, infelizmente, a muitos incomodam, porque não a veem dessa forma. Não veem o quanto é importante o Brasil se relacionar com Cuba, o quanto é importante o Brasil se relacionar com o Oriente, o quanto é importante o Brasil se relacionar com a África. Então, eu faço das palavras do Senador Luiz Henrique as minhas palavras, as dele certamente têm muito mais força por toda a sua experiência, por todo o seu trabalho e por ter sido o Governador do Estado de onde nasci, uma pessoa tão querida que é. São palavras que trazem, sim, muita autoridade e muita força.

Quero cumprimentar todos os presentes aqui do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, cumprimentando o Comandante Júlio, o Comandante Enzo, os comandantes da Marinha, do Exército. Cumprimento todos.

Ministro Celso Amorim, eu tenho muito orgulho de o Brasil poder contar com um homem patriota como o senhor. Eu não sabia, acabei de saber agora, que o senhor foi o mais longevo no Ministério das Relações Exteriores. Isso não foi por acaso, porque deu muito certo. Talvez tenha sido essa a razão da permuta de ministério, apenas essa, porque lá se vai muito tempo, e, às vezes, não é bom que fiquemos muito tempo no mesmo lugar.

De tudo que o senhor falou, eu espero que, com o desenvolver, o desenrolar de algumas coisas que estão prestes a acontecer no País, possamos ter, de fato, condições de o Brasil investir um pouco mais do que investe hoje na área da segurança. Eu acho que isso é um fator essencial, fundamental. O senhor colocou o que seria um percentual mínimo, não é um percentual ideal, mas é um percentual ideal mínimo para que possamos desenvolver tudo aquilo que desenvolvemos.

Eu escuto também: "Ah, porque a Costa Rica" – a Costa Rica é aquele pequenininho país da América Central – "tem muito dinheiro para educação e tal, porque não tem exército". Mas nós não somos uma Costa Rica e, infelizmente, não estamos rodeados de Costas Ricas. Estamos rodeados de países como os Estados Unidos, países outros que buscam sua expansão, que não é das mais corretas. Então, nós temos de investir, sim, em segurança. Quiçá um dia possamos viver num mundo onde todos os recursos sejam destinados à saúde, à educação, mas essa não é a realidade hoje. Não sendo a realidade hoje, nós precisamos, como uma das nações mais importantes do Planeta, sobretudo do ponto de vista das riquezas naturais, investir muito, sim, em defesa.

Por fim, só para fazer uma breve observação, quero cumprimentá-los em relação à defesa que o senhor apresenta aqui da perspectiva da criação de um comanda de defesa cibernética. Esse é um assunto em que tanto o Senador Ferraço como eu e muitos outros... Principalmente o Senador Ferraço, porque ele relata uma CPI em que sempre dizemos que nosso objetivo não é ficar investigando algo que já está dito, algo que já está falado, algo que já está reconhecido, que é que há espionagem, que há interferência e que presidentes, chefes de Estado, como Dilma e Angela Merkel foram espionados... Nunca ninguém negou, os Estados Unidos nunca

negaram. Então, é algo que está aí. Qual o nosso papel? Fazer o diagnóstico e, a partir dele, apresentar sugestões. Em breve, deveremos analisar o relatório que deverá ser apresentado.

Então, quando V. Ex^a propõe a criação de um comando de defesa cibernética, acho que o povo brasileiro tem de entender o que isso significa, porque a nossa gente carece de entender melhor o que é a guerra cibernética em curso no mundo hoje. Hoje, o poder não é só território; o poder não é só armamento. O poder é comunicação, é controle sobre as comunicações. Hoje, com um apertar de um botão, uma guerra pode ser desencadeada, um país pode paralisar-se. Que dispositivo hoje não funciona eletronicamente e interligado? Um avião, um automóvel, um caça? Tudo, absolutamente tudo. Então, em um clique, pode se parar um país, gerar o caos em um país, podendo até desencadear uma guerra. Isso é fundamental.

No Brasil, o Governo mostra o compromisso que tem com essa questão. Acho que esse foi o belo serviço que Edward Snowden prestou ao mundo. Todo mundo sabia, mas agora nós precisamos agir e agir com muita força. O Brasil, coligado com outros países, recentemente, assinou um acordo com a União Europeia para construção de um cabo submarino. Então, criar aqui, passar de um centro para um comando, eu considero fundamental e prioritário.

No mais, quero cumprimentar a todos pelo trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador José Agripino.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Sr. Presidente, perdoe. Se regimental couber, eu também gostaria de tecer breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Será uma honra e uma alegria ouvir V. Ex^a.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em seguida ao Senador Agripino, falará V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Presidente Senador Ricardo Ferraço, meus cumprimentos pela audiência que hoje mais uma vez temos com o Ministro Celso Amorim, que, ao longo desses anos todos, desde 2003, tem comparecido aqui ora como Ministro de Relações Exteriores, ora como Ministro da Defesa, duas a três vezes por ano, pelo menos, e sempre com disposição de contribuir extraordinariamente para a nossa compreensão do que se passa ora com as Relações Exteriores, ora com a Defesa, que tanto interage com as relações exteriores. V. Ex^a, por ter tido a sua experiência como Ministro de Relações Exteriores, se mostra um Ministro da Defesa com uma visão que, certamente, tem sido muito respeitada.

Quero cumprimentar aqui aos Comandantes Júlio, Enzo e Ailton. Fico imaginando a confiança que eles têm nos passos que V. Ex^a dá, com toda a sua experiência e conhecimento.

Eu tenho aqui 6 perguntas.

Primeiro, como se encontra a possibilidade de gradualmente se desativar a Minustah, no Haiti, tendo em conta a realização de eleições neste ano e a normalização da situação naquele País? Em que medida a presença brasileira tem se transformado mais e mais no apoio ao desenvolvimento econômico e social do Haiti e não apenas na questão da segurança? Eu até transmiti ao Comandante Enzo Martins Peri que ouvi há poucos dias a entrevista do General Jaborandi, Comandante da Minustah no Haiti, para a CBN, quando ele falava dessa gradual normalização e a perspectiva de uma possível desativação da Minustah. Eu agradeço muito se puder nos dar uma informação a respeito.

Segundo, como o Governo brasileiro acompanha o diálogo dos Estados Unidos, da União Europeia e da ONU com o Irã?

Quero dizer que, em fevereiro último, dos dias 15 a 17, estive com o Senador Valdir Raupp e os Deputados Ivan Valente e Edson Santos em Teerã, até por isso formulo essa pergunta, e também porque V. Ex^a, como Ministro das Relações Exteriores, em 2010, colaborou junto à Turquia e ao Irã para aquilo que acabou se iniciando, felizmente.

Como é que o Brasil acompanha o diálogo dos Estados Unidos, da União Europeia, do Irã e da ONU visando à utilização da energia nuclear apenas para fins pacíficos? E que consequências positivas essa evolução poderá contribuir para a melhoria das relações Brasil-Irã e assim contribuir para melhores condições de paz no Oriente Médio?

Daí vem a terceira pergunta que se relaciona: como o Brasil tem acompanhado os entendimentos que se desenvolvem entre Israel e Palestina visando também a pacificação no Oriente Médio que é fundamental, já que a própria evolução da situação do Irã pode colaborar para a melhor relação de paz e de reconhecimento entre Israel e Palestina?

Quarta: como o Governo brasileiro acompanha o relacionamento entre a Ucrânia, a Rússia não europeia e os Estados Unidos, assunto que foi objeto do diálogo com o Embaixador da Ucrânia junto a nós há poucos instantes, inclusive a questão da Criméia? E como isso poderá afetar o acordo de colaboração espacial entre o Brasil e a Ucrânia?

V. Ex^a mencionou que a Índia está considerando ir até Marte... O senhor não mencionou? A Índia vai a Marte e nós... Essa é uma possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Senador Suplicy se disponibiliza a ir com o Ministro ou não?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu me disponho a acompanhar o Ministro, mas quem sabe na colaboração espacial Brasil-Ucrânia possa haver um passeio não sei para Lua, para Marte, para aonde for.

O bom entendimento entre o Brasil e a Ucrânia certamente afeta essa cooperação espacial Brasil-Ucrânia que foi iniciada acho que no Governo em que V. Ex^a o Ministro de Relações Exteriores e agora é da sua Pasta da Defesa.

E como o Governo brasileiro acompanha a situação política da Venezuela, que vai ser objeto aqui da reflexão sobre esse requerimento proposto pelo Senador Ricardo Ferraço?

E, finalmente, como o Ministro da Defesa está colaborando com o Ministro da Justiça, o Ministro dos Esportes e os governos estaduais para garantir o bom andamento da Copa do Mundo, as condições de segurança?

Acredito que a preocupação de todos e o apelo que eu e todos nós fazemos aos brasileiros é que possamos nós receber exemplarmente as delegações, os times de futebol de todo e qualquer país e os torcedores que aqui virão torcer para os seus países, por maior que seja a rivalidade, digamos, entre nós e os ingleses no futebol, entre nós e os argentinos e os uruguaios, mas vamos receber todos da maneira a mais respeitosa e construtiva. E que os gritos de torcida sejam de alegria, de respeito e que possamos nos lembrar, inclusive, de como, por exemplo, o Presidente Nelson Mandela, ao promover a Copa do Mundo de rugby na África do Sul, percebeu o quanto o esporte, seja o rugby ou o futebol, pode ser um instrumento de confraternização entre os povos e de realização de paz.

Essa é a pergunta conclusiva.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Celso Amorim, queria inicialmente dizer que é sempre um prazer receber V. Ex^a nesta Comissão e em qualquer Comissão, sempre com as suas manifestações cavalheiradas, cordatas e esclarecedoras.

E quero fazer um registro: V. Ex^a vem à Comissão, acompanhado de oficiais de alta patente do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que certamente vêm ouvir o depoimento de V. Ex^a sobre o orçamento da Defesa. E V. Ex^a vem a uma Comissão do Senado que é quem cuida, exatamente, da aprovação das matérias.

A primeira assertiva que eu quero fazer a V. Ex^a na presença dos oficiais generais: toda vida que chega uma demanda qualquer de Exército, Marinha ou Aeronáutica, ao orçamento ou a qualquer Comissão, a boa vontade da Casa é total por respeito às Forças Armadas. Eu digo isso pela constatação que faço. E é bom que eles ouçam isso, porque eles vão ter a confirmação de que o orçamento da Defesa, chegando a esta Casa, é aprovado. O importante é que o Poder Central aprove as propostas que Exército, Marinha, Aeronáutica e Ministério da Defesa façam dentro do Orçamento Geral da União. Porque, aquilo que nos chega como proposta, seja para custeio, seja para investimento, claro que se debate e se discute, mas a boa vontade é patente.

A recente compra das aeronaves, os Gripen... Eu tive oportunidade de, na companhia dos Senadores Ricardo Ferraço e Eunício Oliveira, ir à Suécia e visitar a Saab, Gripen. Eu tive a oportunidade e olha que eu sou Líder de oposição. Eu fiz um discurso público, na tribuna do Senado, colocando a minha compreensão de que – pelo custo, pelo custo de manutenção, pela transferência de tecnologia, por várias ações envolvidas – a melhor opção que eu enxergava era a do Gripen, que foi comprado. Não houve ruído de espécie alguma num negócio milionário, porque a coisa foi feita corretamente e era algo que se impunha.

Por quê? Porque esta Casa tem a consciência de que o Brasil exerce um papel de liderança continental, e a liderança é exercida de forma simbólica. Nós não somos um país beligerante. Mas o Brasil ou um país líder existe a partir de símbolos – ele tem que ter submarino atômico, ele tem que ter equipamentos de infantaria, tem que ter aviões até supersônicos. Ter para ter; não é para usar, é para ser respeitado e para ser entendido como país líder. Eu acho que esse é o pensamento dos senhores oficiais generais que vem aqui, como V. Ex^a.

Então é importante que a gente tenha essa consciência e que dê apoio ao Ministro da Defesa, que interpreta o sentimento, que está aqui acompanhado de vários oficiais generais que vêm ouvir a exposição do

Ministro, na Casa que aprova o orçamento, e que está solidário com os anseios que V. Ex^a expôs, que pode não ter crescido muito, cresceu um pouco; não na medida do que era necessário, mas cresceu.

Dito isso, eu quero fazer uma indagação tópica. Eu disse que uma nação vive de símbolos. Por exemplo, o perdão da dívida, que o Poder Central endereçou às comissões do Senado, a países dirigidos por ditadores – países africanos dirigidos por ditadores – foi objeto de grande polêmica, porque foram créditos concedidos pelo Governo do Brasil, muitas vezes com recurso do Tesouro, e que são objeto de pedido perdão, pedidos esses de países que são governados por ditadores. Alguns deles proprietários de coleção de Rolls Royce, Bentley, Mercedes Benz, o que causa espécie e tem uma reação completamente contrária, porque há um símbolo de reação a esse tipo de comportamento.

Isso me remete a uma indagação que faço a V. Ex^a no que diz respeito a uma questão da sua pasta, que é um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com exposição de motivos anterior a uma manifestação de beligerância ocorrida em Moçambique. É a doação de três Tucanos – não são Super Tucanos, são três Tucanos T27 – que não estariam equipados para transporte de armamento, mas seriam adaptáveis para isso. E, dentro da simbologia, o Brasil poderia ser entendido como doador de situação de inquietação, estaria contribuindo para uma situação de beligerância, de conflito interno no país.

Então, em função disso, a minha pergunta tópica a V. Ex^a, com as considerações que fiz, é no sentido de ver qual o pensamento do Ministério da Defesa – tendo em vista as manifestações posteriores ao envio do projeto de lei que está na Câmara – sobre a doação dos três Tucanos. Tendo em vista que o Brasil é um país líder e vive de simbologia, qual seria o pensamento do Ministério da Defesa em relação à doação desses três Tucanos, instrumento de fomento, como poderia ser interpretado, em uma situação de instabilidade que o Brasil quer ver, pelo contrário, neutralizada? É a pergunta que faço a V. Ex^a, com cumprimentos à sua presença nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na prática, são armas de guerra com elevado impacto, em mãos, eventualmente, de ditadores sanguinários, que podem se valer desses equipamentos para massacrar e para impedir... Não sei se é o caso de Moçambique, mas a pergunta é se o Governo brasileiro, se a Defesa considera essas variáveis. Parece-me que é isso que o Senador José Agripino pergunta.

Senador Pedro Simon.

Em seguida, nosso queridíssimo Deputado Hugo Napoleão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, minha intervenção é muito rápida.

Quero trazer o meu testemunho com relação à pessoa do ilustre Ministro. Ao longo da minha vida, acompanhei, primeiro, a distância, de Porto Alegre, depois, aqui no Senado, o trabalho de S. Ex^a, a dignidade, a competência, a seriedade, o esforço e a dedicação que ele teve por onde andou e por onde passou. Acho que sua atuação como Ministro das Relações Exteriores foi realmente excepcional. O Brasil participou. É verdade que aconteceram fatos complicados, mas, ao contrário de agora, por exemplo, em que o Brasil silencia e adota a política de não falar nada nem a favor de A nem a favor de B, nós tomávamos posição. E ficou provado que as nossas posições estavam absolutamente certas.

S. Ex^a agora, no Ministério da Defesa – e trago meu abraço aos ilustres Comandantes das três Armas –, está também mantendo uma posição de firmeza, de integração, de com penetração.

Vejo como um dos problemas sérios que enfrentamos nessa área o que está acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, quando o Governador chama, e chama com justa razão, porque a situação realmente está trágica, as Forças Armadas para ajudarem a manter a ordem, algo que significa muito. Vejo com muita simpatia o trabalho do atual Secretário do Rio de Janeiro, a iniciativa que ele tomou com relação às zonas em que a polícia atua, de forma solidária, de forma amiga, de forma fraterna, não apenas para prender e sufocar. Essa foi, na minha opinião, uma das medidas mais positivas com relação à infelicidade das nossas favelas, à droga, ao tráfico, ao tráfico de armas, inclusive.

Por outro lado, eu nem falaria sobre isso, mas já que o Senador Suplicy falou – e o Senador Suplicy fala realmente tudo e está certo –, não sei se V. Ex^a poderia dizer alguma coisa com relação ao que está acontecendo na Ucrânia e na Crimeia. V. Ex^a está em outra área, há o responsável por aquela área, mas a situação está muito interessante. E é muito importante, porque a gente pergunta, pergunta, e o que aconteceu? Na verdade, a Crimeia era praticamente uma nação com território, com língua, com pátria, com congresso, que tinha um acordo para permanecer com a Ucrânia. Fez um plebiscito e esse plebiscito fez com que ela fosse para o outro lado. No início, achei que era um equívoco dos países europeus fazer a inversão, fazer com que a Ucrânia saísse da linha de lá para o lado de cá. Da maneira como foi feito, o argumento é que não restaria outro caminho para a Rússia, porque, se ela permanecesse, a linha da Crimeia até Moscou eram 700, 800 quilômetros. Realmente era algo que não daria para entender.

Então, é uma situação que eu vejo com muita delicadeza. E vejo que essa decisão... Quando se reuniram os maiores países com o Presidente americano, a sensibilidade e a preocupação, inclusive, a linha de raciona-

lidade que eles tiveram – todo mundo imaginava que iam partir para a radicalização etc. – eu vi, na realidade, como uma decisão que eu achei inteligente do Presidente Obama quando ele tirou qualquer possibilidade de intervenção armada, dizendo que não era o caso. Eu acho que isso, que foi considerado a maior crise – depois da guerra fria – que aconteceu no mundo, parece que é capaz de terminar de uma maneira, com uma solução com certa racionalidade. Eu vejo isso com simpatia, sinceramente, embora esteja crescendo...

Aliás, V. Ex^a podia me orientar nesse sentido. Até Veneza! Eu não sabia que Veneza também pensava em criar a república da cidade de Veneza. Veneza, Barcelona, vários países estão começando a debater essa história – Países Baixos, Escócia. Isso me admirou.

Mas, com toda sinceridade, eu fico feliz que a situação lá na Ucrânia tenha sido uma solução de entendimento e não de radicalização.

Eu espero e rezo para isto: que a conversa entre o Papa Francisco e o Presidente Obama resulte em alguma coisa positiva. Eu me identifico com o que pensa o Papa Francisco e me identifico com o que fez, na primeira campanha para Presidente, o Presidente Obama. Acho que foi realmente emocionante, extraordinária.

Agora, a gente vê que, entre o Presidente fazer e o Presidente agir, há uma infinidade de diferença. Até porque ele, na minha opinião, teve coragem. Ele está querendo terminar com aquela penitenciária em Cuba – que é um absurdo –, mas o Congresso não deixa, não permite que ele tire aqueles presos para dar uma solução. Ele fez um plano de saúde – não tanto quanto ele queria, mas positivo. Agora, o negócio de que os americanos se consideram os protetores do mundo, ou ele concorda com isso ou ele cai fora.

Mas eu quero felicitá-lo, Senador. Queria dizer que tenho muito carinho pelo senhor, tenho muita amizade, muito respeito. E me lembro com saudade das reuniões de que a gente participava, debatendo, analisando e discutindo o bem para este País. Graças a Deus essas coisas estão acontecendo.

E repare, meu prezado Ministro: eu vejo aqui os queridos representantes das Forças Armadas e vejo que nós estamos enfrentando essa situação, realmente muito importante, com muita responsabilidade. Então, passaram 50 anos do movimento de 64, e as instruções são as mais variadas. Eu acho que o nosso pensamento é o futuro, é nos identificarmos com o futuro. Mas eu vejo, de certa forma, que esses esclarecimentos que estão aparecendo eram quase, eu diria, inevitáveis; mas dia ou menos dia, eles teriam de vir. E foi 50 anos depois que as coisas apareceram como deviam aparecer. Eu até diria...

Eu vi quando a Globo, por exemplo, fez o *mea-culpa*, não sei o que havia atrás, dizendo que se equivocou lá, naquela oportunidade. Eu até não sei, mas eu acho que não dá para se fazer nenhuma comparação, identificação no sentido de que o atual comando das Forças Armadas ou dos nossos Exércitos tenha qualquer tipo de identificação com as coisas que aconteceram de lá até aqui. Era até uma coisa que eles podiam afirmar. Eu acho que seria bem vindo se, de repente, as coisas aconteceram; mas o nosso caminho é outro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Ouço com alegria o Deputado Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, muito grato pela fidalguia de V. Ex^a, que segue a do seu querido pai, Theodorico Ferraço, de quem tive a honra de ser colega no Congresso Nacional.

Ex^{mo} Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, quero saudar muito afetuadamente meus ex-colegas de Senado: Senador Eduardo Suplicy; Senador Pedro Simon, meu ex-colega no Ministério quando eu era Ministro da Educação deste País; V. Ex^a da Ciência e Tecnologia, Senador Luiz Henrique; o sempre estimado Senador Aloysio Nunes Ferreira; e os Srs. Comandantes.

Ex^{mo} Sr. Ministro, quero apenas tecer um breve comentário, para refletir discurso que já pronunciei da tribuna da Câmara dos Deputados há poucos dias.

Louvo imensamente, sou profundamente grato ao destino pelo programa das Forças Armadas. Tenho dito e repetido que o Brasil é, como V. Ex^a mesmo disse, a sexta, sétima potência econômica – só não é uma sexta ou sétima potência mundial lato sentido por duas razões: primeiro, pelos índices sociais que melhoraram, mas ainda continuam a desejar quanto a IDH, quanto a analfabetismo; segundo, porque precisa de Forças Armadas adequadas a sua continentalidade. De modo que, por tudo isso, esse programa que foi iniciado pelo ex-Presidente Lula é realmente de extrema importância.

Eu só fico preocupado – e é o comentário que me permite fazer neste instante – com as eventuais compras de ocasião. Isso aconteceu com as três fragatas, melhor dizendo, navios-patrulha da Marinha. Eu abro um parêntese para dizer que, embora cuide com muito prazer dos assuntos das nossas gloriosas Forças Armadas, tenho me dedicado mais especificamente aos da Marinha – sou Presidente da Frente Parlamentar pela Construção Naval para a Defesa Nacional e sou Coordenador da Subcomissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para Assuntos de Marinha. Então, daí a minha preocupação – fecho parêntese para concluir – com notícias que correm com relação à China, que enviou embarcações, navios ao Brasil e houve manobra conjunta etc. É

claro que a China não posso deixar de enaltecer e de reconhecer, até por que o meu querido e saudoso pai foi embaixador do Brasil naquele País. Então, tenho um apreço muito grande por ele. Mas quero dizer que temo, porque já vi a China agir com relação à metalurgia, com relação a brinquedos e outros produtos – é claro que não se trata nem de metalurgia nem de brinquedos, mas temo que ela não tenha, para uma eventualidade de compra, não estou dizendo que vai acontecer, as mesmas raízes daquelas que vimos acompanhando durante o nosso passado.

Nada mais tenho a dizer senão isso. Não estou pontuando, estou apenas dando exemplos, para dizer que tenho medo, temo que nós possamos fugir da nossa rota desse grande programa nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto o Senador Aloysis Nunes. (Pausa.)

Passo a palavra então a S. Ex^a, o Ministro Celso Amorim, para as questões que foram aqui levantadas.

Nós temos também algumas perguntas, Sr. Ministro, da Conectas Direitos Humanos, que indaga: dada a ratificação do ATT, que obrigará o País a rever a sua política de exportação de armas, gostaríamos de saber qual será a forma legal desse novo regulamento, PL ou decreto e como será a abertura para a participação da sociedade civil no seu processo de elaboração; também a Conectas pergunta se foi realizada análise de risco, antes do envio do PL 6.646 à Câmara, sobre os potenciais efeitos deletérios à paz e à segurança de Moçambique com a doação de três aeronaves T-27, o Tucano, e o que pode representar nesse mesmo ambiente de eventual instabilidade.

São as perguntas que passo a V. Ex^a, parte delas, perguntadas pelo Senador José Agripino.

O SR. CELSO AMORIM – Queria agradecer aos Srs. Senadores pela atenção, enfim, também pelos comentários recebidos. Eu me permito fazer este agradecimento coletivamente para não alongar, mas, evidentemente, como sabem os meus amigos, me sensibilizam muito, especialmente porque são relações de muito longa data, passando por vários governos, várias situações e até várias funções. Lembro que tive a honra de trabalhar com o então Ministro Luiz Henrique, na área de ciência e tecnologia, e que, nessa mesma área, trabalhei, antes dele, com o então Ministro Renato Archer, amigo muito próximo também do Senador Pedro Simon, sempre com a mesma preocupação de trabalhar pelo Brasil de maneira totalmente livre de qualquer outro tipo de interesse.

Bem, vou tentar responder da maneira mais rápida e eficiente possível.

Senador Ferraço, com relação a suas perguntas sobre fronteiras e drogas, evidentemente, nós temos grande preocupação. Como sabem, a Presidenta lançou um programa, um Plano Nacional de Fronteiras, que tem duas dimensões: uma que é levada basicamente pelo Ministério da Justiça; outra que é levada basicamente pelo Ministério da Defesa, embora as duas interajam o tempo todo. A do Ministério da Defesa são as chamadas Operações Ágata, que são as operações de fronteira e de grande porte. A última operação creio que teve cerca de 23 mil homens ou algo parecido com isso em toda a fronteira do Brasil, e este ano, provavelmente, será um número equivalente também em toda a fronteira. Já foram realizadas sete Operações Ágata. Nos primeiros anos, elas, como eu disse antes, foram divididas regionalmente; mas, em 2013 e agora, em virtude não só de considerações orçamentárias – porque, de qualquer maneira, há custo, mesmo fazendo junto, um custo importante –, achamos que, devidos aos grandes eventos, era mais eficiente nós concentrarmos essas operações num período.

Eu tenho uma estatística que depois posso mandar ao Senador sobre as apreensões feitas, veículos visitados, pistas clandestinas que foram destruídas; eu acho que seria muito longo eu entrar nisso agora, mas deixo apenas o registro dessas duas operações, e passo a responder diretamente as perguntas que o Presidente Senador colocou em relação ao Sisfron.

Claro que é um programa para o qual damos enorme importância, num País que tem quase 17 mil quilômetros de fronteira – creio que seja o terceiro do mundo em matéria de extensão da fronteira; só a Rússia e a China, creio, têm extensão maior – e tem 10 vizinhos. Mantemos relações pacíficas com todos eles, mas nós não sabemos o que pode acontecer no futuro, até em função de algum outro evento internacional. Então, é da maior importância esse monitoramento das fronteiras.

É importante também frisar que muitas dessas ações, como disse antes, em relação à Ágata, têm que ser realizadas junto com a Polícia Federal, que é o órgão que tem uma competência mais imediata do ponto de vista de inteligência e de outros aspectos sobre essa questão das drogas.

Mas, para responder a V. Ex^a, no tocante ao orçamento que nós executamos em 2013, o número que tenho aqui foi da ordem de R\$242 milhões. É muito menos, talvez, do que desejasse o Exército e do que desejaríamos nós, mas, ainda assim, não é uma cifra desprezível. Acho que o valor inicialmente programado foi um pouco mais, mas sempre se enfrenta essa questão dos contingenciamentos e, no

final, executamos R\$242 milhões, o que não é algo insignificante e representa um módulo que será localizado em Mato Grosso do Sul, ligado à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Então, é algo importante.

E o previsto para 2014 – volto a dizer: também não é o que desejaríamos, mas nós temos de ser realistas dentro do conjunto de situações – são R\$213 milhões. Também, volto a dizer, não é uma quantia insignificante, mas concordo: é menos do que necessitaríamos para desenvolver, no prazo estimado inicialmente pelo Exército, que era de 10 anos, o programa como um todo. Não há dúvida quanto a isso, mas essa tem sido a realidade de vários outros programas também. É uma preocupação real e importante que V. Exª menciona.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a manutenção desse desembolso e desse cronograma, esse programa que está previsto para 10 anos será implantado em quantos anos, Ministro?

O SR. CELSO AMORIM – Eu sou otimista, Senador, de modo que eu tenho a expectativa de que nós podemos aumentar esse desembolso nos próximos anos.

Nós estamos agora com grandes projetos – não quero fazer ligação necessariamente de um com outro –, mas, por exemplo, há uma deficiência muito grande, que já foi apontada, de meios de superfície da Marinha, para uma situação de emergência maior. Aliás, é o que explica, creio eu, essa compra de ocasião a que se referiu o Deputado Napoleão, porque, até nos adquirirmos a capacidade de produzirmos navios-patrulha oceânicos, como são esses, isso levaria algum tempo. Nós estamos produzindo navios-patrulha de menor porte, de 500 toneladas. Esses, se não me engano, são de 1.800 toneladas. São navios que já estiveram na África, eles têm uma capacidade muito mais ampla de ação. Aí então a ocasião se deu.

Mas eu queria ilustrar – e aí vamos precisar muito do apoio, e digo nós falando em nome das Forças Armadas –: na medida em que alguns dos projetos atinjam, digamos assim, o ápice do seu custo e comecem a descer, que esse fato não signifique uma diminuição dos recursos da Defesa, mas que ele possa ser dirigido a outros projetos de igual importância, como é o caso do Sisfron, e talvez de um que tenha recebido ainda menos recursos, que é o Proteger, a que V. Exª também se referiu.

Eu tenho também a cifra do Proteger desses anos. Para o Proteger, no ano de 2013, foram 125 milhões, que é muito menos do que desejaríamos, mas já nos permite algum desenvolvimento nesta área muito importante. E esses projetos são interligados. Quer dizer, nós temos também o Guarani, o equipamento de meios de transporte do Exército, e isso também ajuda na realização do Proteger de forma indireta. Então não é que esteja desatendido totalmente, mas é um orçamento que gostaríamos que fosse maior, para mostrar eficiência – na qual eu não tenho nenhum mérito –, e usando a força que faz o nível de execução, que é de 96,3% nesse caso. Em geral os níveis de execução são muitos altos na Defesa e nas Forças Armadas. É um ponto que eu gostaria de salientar.

Para este ano, sendo totalmente transparente, no Sisfron, nós temos algo maior, mas no Proteger temos apenas, pouco menos que 50 milhões, o que é talvez de fato insuficiente.

Acho que são os pontos específicos.

V. Exª mencionou também o FX-2. Creio que mencionei rapidamente que, desde o segundo dia, eu diria, depois do anúncio, a própria Saab se encarregou de mandar gente para cá, um vice-ministro sueco já esteve aqui, missões também da força aérea sueca estiveram aqui, a FAB tem mantido conversas junto com a Embraer, inclusive, em alguns casos, com outras empresas também. E eu, como disse, devo visitar a Suécia no início de abril – e aí mais uma vez também serei eu que estarei pedindo apoio dos senhores, como também da Câmara – para dois acordos que serão muito importantes para a execução do contrato. É um acordo marco de defesa e um acordo sobre a segurança da informação, absolutamente de acordo com a nossa Lei de Acesso à Informação, mas que também é absolutamente indispensável – aliás a própria Lei de Acesso à Informação prevê a exceção para o aspecto tecnológico – para que a gente possa obter tudo aquilo que foi prometido, inclusive a plena transferência de tecnologia.

Com relação ao Senador Luiz Henrique, creio que ele não fez propriamente uma pergunta, fora as palavras imerecidas que pronunciou a meu respeito. Eu gostei muito da sua expressão, Senador amigo Luiz Henrique: protagonismo solidário. Acho que essa é uma boa qualificação para o que se tentou fazer na política externa, o que eu, na medida do possível, continuo a fazer também na política de defesa.

Por isso mesmo disse que na nossa região, na América do Sul, nós não pensamos em dissuasão. Assim, com relação aos grupos de droga e eventuais bandos armados de outra natureza, a nossa maior dissuasão é a cooperação. Quanto mais nós cooperarmos com os países sul-americanos, menor será o incentivo para que algum deles, de alguma maneira, seja tentado, não diretamente porque não haveria essa razão, mas por alguma influência externa. E isso não está ocorrendo hoje, volto a dizer. Então temos reforçado essa cooperação.

Como nós temos uma grande preocupação também com o Atlântico Sul, nós temos feito algo semelhante com a África de um modo geral. Acho que é nesse espírito. E a sua expressão protagonismo solidário é muito adequada.

V. Ex^a também mencionou – eu não quero entrar em outras polêmicas que não são da minha pasta hoje –, e concordo com o que V. Ex^a disse, a questão do Porto de Mariel e de quanto o Brasil vai poder vender e exportar para Cuba em função disso, mas eu quero fazer um paralelo com outra situação que temos, que é Artibonite. E só digo isso porque temos uma relação, porque as Forças Armadas ainda estão lá – e eu vou responder a uma pergunta que foi feita depois a esse respeito – com um número importante, e temos o comando da Minustah no Haiti. E lá nós colocamos uma doação logo depois do terremoto no Banco Mundial, justamente dentro desse espírito, já mencionado pelo Senador Suplicy, de passar para uma presença que possa ter um aspecto econômico e social até maior que o militar e de segurança apenas, que foi indispensável, obviamente, e continua sendo.

Uma das coisas mais importantes é o projeto para uma usina hidrelétrica em Artibonite. Obviamente, nós teríamos que encontrar uma maneira imaginosa de agir. Aí, também vendo o nosso interesse de médio e longo prazo, porque nós pusemos 40 milhões, na expectativa de que a chamada “comunidade internacional” – na qual sempre coloco aspas – também contribuísse, e isso não aconteceu. As próprias organizações de crédito, o Banco Interamericano e o Banco Mundial, não corresponderam às nossas expectativas. Então, uma obra que custaria ao Brasil 40 milhões, que eram 20% do total, esperávamos que pudesse evoluir positivamente por outros aspectos, e não aconteceu.

Eu acho que o Brasil tem que deixar um legado importante no Haiti. E eu acho que talvez a coisa mais forte seria essa hidrelétrica, porque esse é um projeto estruturante. Nós temos muitos projetos no Haiti – eu fui Ministro das Relações Exteriores e visitei vários –, mas são projetos, em geral, digamos, que atendem uma necessidade específica. Fizemos lá um Senai, fizemos um programa de desenvolvimento agrário e agricultura familiar, enfim, mas não algo de porte.

Agora, isso exigiria que os órgãos competentes – no caso, o Ministério da Defesa nem sequer é membro da Camex – pensassem numa forma de agir com relação a Artibonite, claro, buscando as garantias adequadas, recebíveis, a certeza de que a gestão da empresa seja positiva, mas deveríamos levar isso adiante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Permita-me, Ministro. Isso é fundamental para o Haiti. Como aquele povo pode continuar vivendo sem energia elétrica, sem água encanada, sem poder ao menos guardar alimentos na geladeira? Quer dizer, é uma situação dramática que vive o Haiti.

O SR. CELSO AMORIM – Senador, estou de pleno acordo com o que V. Ex^a disse. O que é mais grave é que é um país cujo dinheiro do orçamento, grande parte dele, é consumido na compra de petróleo para produzir energia. Então, ele teria a possibilidade de fazer algo. Por isso ele é um projeto estruturante. Enfim, apenas tomando o gancho das suas observações.

A Senadora Vanessa Grazziotin, creio que também não está mais aqui, mas disse... Ah, desculpe, Senadora. Como eu poderia perder a sua presença aqui? Sinal de que os anos estão cobrando o seu preço na minha capacidade de estar alerta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ela é um dos maiores exemplos de assiduidade aqui do Senado.

O SR. CELSO AMORIM – A Senadora sabe que a nossa cooperação tem sido intensa. Procuramos da maneira mais ampla também cooperar com a Comissão que ela presidiu – preside – e da qual o Senador Ferreira é Relator.

Eu concordo com absolutamente tudo que V. Ex^a disse sobre a importância do comando cibernético. Eu apenas diria, complementando o que V. Ex^a já disse, que também a escola de defesa cibernética é muito importante, porque nós temos que ter uma maneira de manter no Brasil essas pessoas.

É claro: você investe numa empresa, como estamos fazendo agora, por exemplo – na realidade, quem deu esses recursos foi a Finep, nós participamos da parte técnica, o BNDES também, nesse programa Inova Defesa –, mas essas empresas, muitas delas, são muito pequenas, e, se nós não garantirmos um poder de compra do Estado, elas serão vendidas, talvez até para serem fechadas pouco depois.

Então, essa preocupação que eu vi no Congresso, especialmente aqui no Senado, com relação a esse tema, é da maior importância. Nós temos que ter instrumentos. Nós temos uma lei de empresas estratégicas de defesa, mas teríamos que talvez buscar complementar – isso é uma ideia ainda –, de tal maneira que aqueles recursos que foram pelo Estado criem uma obrigação de que a empresa não possa ser vendida sem autorização do próprio Estado.

Isso é absolutamente fundamental e é algo, nessa área cibernética, então, da maior importância, porque normalmente essas empresas, chamadas *startups*, são empresas pequenas quando começam. Até a Microsoft, quando começou, era assim. Mas para nós mantermos e desenvolvermos, temos que ter um alto poder de compra do Estado e mecanismos legais que também não tornem fácil a alienação daquelas empresas que cresceram à custa de recursos do Estado, que são do cidadão brasileiro, em última análise. Então, estou plenamente de acordo com V. Ex^a.

Só um outro comentário sobre esse aspecto. Hoje em dia, nós falamos muito sobre espionagem, porque foi isso que nos atingiu, e nos atingiu em setores que nada poderiam ter a ver com o terrorismo, obviamente. Além da espionagem, ela é já, como disse V. Ex^a, uma arma. Não vou aqui citar casos, porque não quero ficar mencionando, mas há casos em que já foi usada como arma para destruir a capacidade de um país, seja de governança como um todo, seja em setores específicos. E não é uma arma fácil de combater. O próprio Secretário de Defesa dos Estados Unidos, o Leon Panetta, disse que os Estados Unidos estão sujeitos a um Pearl Harbor cibernético.

Então, é algo em que nós temos que investir, e investir muito, com a compreensão de que vai ser difícil avançar, mas com muita ênfase na empresa nacional, na criatividade nacional, quando possível, com software livre ou modificável, tendo a possibilidade de mudar o código fonte, sobretudo nos casos de cooperação internacional, para que a gente possa deter os instrumentos básicos. E é isso que tem inspirado a nossa ação.

O Senador Suplicy fez seis perguntas, e vou tentar responder da maneira mais rápida possível, pedindo desculpas por isso.

Com relação à desativação da Minustah, V. Ex^a mencionou as eleições. Mas a próxima eleição presidencial não tenho certeza de se será em 2015 ou 2016. Em 2016. Então, digamos que nós olhamos... E essa será, digamos, a terceira eleição democrática, com todas as dificuldades e limitações que o Haiti tem desde que a Minustah foi criada. Eu acho que esse é um tempo razoável para termos em mente. Eu não estou fixando um prazo aqui, porque ocorrem fatos. Ninguém esperava que fosse ocorrer o terremoto e que nós tivéssemos que, de repente, dobrar a nossa presença no Haiti. Mas a nossa retirada já está ocorrendo. Nós chegamos, ao máximo, com cerca de 2,3 mil ou 2,4 mil homens, e, hoje, estamos com 1,4 mil. Estamos voltando ao nível pré-terremoto e queremos, obviamente, fazer com que a nossa presença seja cada vez mais na área de desenvolvimento socioeconômico.

Além do projeto que já mencionei, de Artibonite, que seria muito importante, realmente é uma coisa fundamental... Porque as pessoas perguntam assim: "Mas o Brasil está disposto?" Eu ouvi essa pergunta muitas vezes, de países vizinhos ali da Caricom, países pequenininhos. A pessoa pensa: "Ah, problema de imigração é para os Estados Unidos, para o Canadá, e não Bahamas, pequenos países ali que, na realidade, até têm muito mais dificuldade de absorver essa imigração." Então, a pergunta feita era a seguinte: "Mas o Brasil tem um engajamento de longo prazo com o Haiti?" Porque isso aqui não é uma questão que vai se resolver assim rapidamente. Eu acho que a resposta seria dada concretamente se nós avançássemos nesse projeto.

Por coincidência, tenho, hoje, à tarde também – tinha, não sei se ainda terei, mas, enfim –, uma apresentação sobre um projeto de ajuda ao Haiti na área de engenharia militar. Mais uma vez, o problema sempre é orçamento. Como é que nós podemos ajudar? Claro que aí nós não estamos falando de valores comparáveis com os da hidrelétrica; é outra questão. E uma ideia que eu tenho – posso aqui mencionar para os senhores, porque acho importante, porque isso não será este ano nem no próximo – é que à medida que o nosso envolvimento militar diminua nós possamos, digamos, ter o gasto equivalente, ou aproximadamente equivalente, na ajuda. Porque a engenharia militar não é para explosivos; é para defesa civil, no caso deles. Mas tem que ter um corpo de engenheiros que permaneça lá. Porque a coisa mais comum é você encontrar pessoas altamente capacitadas, haitianos altamente capacitados que emigraram e não querem mais voltar. Então, temos que ter um corpo que tenha compromisso com o país. E eu acho que a engenharia militar seria uma das formas de fazer isso.

Com relação à questão do Irã, Senador, eu não quero entrar em questões de política externa por motivos vários – e já antecipo meu pedido de desculpas ao Senador Simon –, o que eu posso falar é o seguinte: em primeiro lugar, nós devemos saudar o que está havendo agora. Eu participei de negociações em 2010, fiquei frustrado porque elas não desembocaram imediatamente no que nós esperávamos. Eu não vou fazer uma comparação entre os dois acordos, porque isso é uma coisa complexa, muito técnica e difícil. Mas acho que a principal contribuição que o Brasil e a Turquia deram naquela ocasião foi mostrar que a negociação era possível. Porque todo mundo dizia: "Ah, você não pode confiar no Irã, você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo." E, na realidade, está-se demonstrando que, sim, é possível confiar. Claro que confiar verificando – que é como tem que se fazer.

Enfim, essa é a única observação que eu faria, e concordando com o que V. Ex^a disse sobre o papel do Irã no Oriente Médio. Ele é o maior país ali da região e, evidentemente, gostem ou não e, como diria até o Presidente Geisel, para o bem ou para o mal, ele terá uma influência. Então, ele tem que participar. E eu creio que até, sem entrar também em questões de política externa, é uma mera análise, foi a decisão de buscar o desarmamento da Síria e evitar um ataque à Síria que levou também à aceleração de um acordo com o Irã, pela certeza de que ele terá uma influência lá e que é preciso conversar com ele. Bom, eu não vou também entrar muito nas conversas Israel/Palestina, eu confesso, primeiro, porque eu não estou acompanhando de perto. Mas quero dizer que isso interessa muito às pessoas, a todas.

Eu me lembro de uma observação que eu recebi aqui, como Ministro do Exterior, do Senador Pedro Simon, quando era chanceler, em 2006, e houve aquela guerra no Líbano, os ataques de Israel, inicialmente, ao Hezbollah, mas que acabaram atingindo várias lugares do Líbano. Nós temos lá uma participação muito importante. O Brasil tem uma fragata – creio que talvez, no futuro, seja uma corveta, mas, de qualquer maneira, estamos negociando isso com a ONU –, o Brasil tem a nau capitânia da força-tarefa naval da ONU para o Líbano, para ajudar, a fim de que os compromissos que foram assumidos sejam respeitados. Isso é de extrema importância e demonstra o interesse que temos por aquele país, além de pelos brasileiros que temos lá. Então, eu acho que é uma demonstração de que nós estamos acompanhando aqui, na minha área especificamente.

Devo dizer que, uma vez, recebi uma sugestão de que o Brasil pudesse ajudar em outras áreas. Nós faremos o que for possível, mas cada uma será analisada. Por exemplo, nós tivemos observadores militares na Síria em momento ainda muito difícil. Um deles até teve um problema de saúde grave durante aquele período inicial do conflito, quando a mediação do Kofi Annan parecia que podia dar resultado. Quando, evidentemente, ficou claro que, naquele momento, não havia mais o que fazer, nós retiramos, como, aliás, ocorreu com os demais países da ONU. Enfim, esse é um dos aspectos.

Sobre Ucrânia, Rússia, União Europeia – creio que a parte política vou deixar de lado –, o acordo de cooperação espacial, embora se use a base de Alcântara e, de certa maneira, portanto, a Força Aérea e a Defesa Aérea estejam envolvidas, a execução desse acordo é do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Agência Espacial Brasileira. Então, eu não tenho muita condição de falar em detalhes. Eu sei que ele já estava tendo dificuldades de natureza financeira variada, mas eu não teria mais a dizer. Quando eu me referi ao programa espacial, eu estava me referindo, sobretudo, ao veículo lançador brasileiro.

Bom, a mesma observação eu faço sobre a Venezuela. A parte política eu prefiro não... Até porque não há informação. Eu só posso dizer que eu não tenho nenhuma informação alarmista sob o aspecto de defesa. Não tenho. Não me consta que o nosso adido ou que alguém tenha mandado algo que nos preocupe. Claro que, como brasileiros, nós acompanhamos a situação com a atenção devida, mas não há nenhuma preocupação quanto ao aspecto de defesa.

Finalmente, com relação à Copa, estou plenamente de acordo com V. Ex^a. O esporte é uma ocasião excelente para a aproximação dos países. Se não me engano, teremos seleções do Irã e dos Estados Unidos, as quais serão protegidas igualmente. As Forças Armadas, através do Ministério da Defesa, do nosso Estado Maior Conjunto, estão muito atentas.

Eu acho que seria muito longo agora eu explicitar a divisão de tarefas, o que faz a Polícia Federal, o que fazemos nós, o que faz a segurança pública dos Estados, até porque os detalhes disso tudo ainda estão, em alguns casos, sendo discutidos, mas sempre em grande coordenação com o comitê político, com o comitê nacional, com a presença do General De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e, em âmbito regional, naturalmente, a participação dos secretários de segurança de cada Estado é fundamental.

Então, eu acho que estou tentando aqui responder às perguntas.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. CELSO AMORIM – Obrigado a V. Ex^a, Senador.

Senador Agripino, mais uma vez, agradeço a sua boa vontade. Era da maior importância, obviamente, para as Forças Armadas e demonstra a importância da Defesa, independentemente, como disse V. Ex^a muito bem, de qualquer conotação partidária. Apreciamos muito o que V. Ex^a disse em relação ao Gripen, porque isso também nos anima e demonstra que é um projeto de Estado. Isto também nos fortalece na negociação: saber que é visto dessa maneira.

Com relação a Moçambique, para ser específico, sem entrar na outra discussão, que também escapa à minha pasta hoje, certamente não se poderia dizer que é governado por um ditador. É um país que tem tido eleições regularmente. Quando fui lá como Chanceler, em 2003, estive não só com o candidato do governo que depois foi vitorioso, o Guebuza, como com o candidato da Oposição, Dhlakama. Eu acabo de visitar Moçambique agora e acho que a situação de lá é muito menos preocupante do que aparenta. Há uma continuação de conversas com a oposição. Esse mesmo líder Dhlakama, que chefiou a Renamo na época da guerra civil, naquela época, com o apoio da África do Sul e do *apartheid*, diga-se de passagem, está conversando, porque quer encontrar uma solução para ele. Há uma facção que agiu de maneira mais violenta, eu não sei. Houve até brasileiros que chegaram a ser ameaçados, evangélicos, creio eu. Mas não vi, honestamente – passei dois ou três dias lá, e você percebe quando há um clima de tensão em torno do tema –, não percebi nenhuma tensão.

Além disso, os Tucanos que nós estamos fornecendo, como V. Ex^a bem frisou, não são Super Tucanos, não são aviões de ataque. São aviões de treinamento e de... É claro que eu não posso excluir a possibilidade de que alguém ponha uma bomba no avião e jogue ou lance. Mas não é um avião de ataque. O Tucano é um avião para treinamento essencialmente e, às vezes, para vigilância. Mas mesmo assim requereria algumas adapta-

ções adicionais. São aviões que estão sendo, em termo técnico, descomissionados pela Força Aérea Brasileira e recolocados com capacidade de voo. E nós apreciaríamos muito o apoio de todos os partidos para mostrar... Porque em Moçambique nós temos também uma imensa... É claro que não são os Tucanos que vão fazer isso, mas demonstrar boa vontade com os países é também importante.

Nós temos uma imensa presença de empresas brasileiras lá, das mais variadas. Eu acho que o investimento total – não tenho essas cifras; o Ministro do Exterior talvez possa lhe dar –, o que ouvi da Embaixadora, o já investido e o programado, não o projetado a longo prazo, mas o programado para ser investido, chega a US\$8 bilhões entre a parte de mineração de carvão, de que somos deficitários em geral, de empresas de construção e de um trabalho que não entra nos milhões, mas é muito importante pelo lado da saúde, que é a nossa cooperação na área do combate à Aids.

Senador Pedro Simon, mais uma vez, meu agradecimento pelas suas palavras, mas vou lhe pedir desculpa para conversarmos sobre esse assunto no cafetinho. Terei muito prazer em conversar sobre essa situação. Não vou me arriscar aqui a dar opiniões, até porque não tive tempo de coordenar com o meu colega das Relações Exteriores. De repente, uma palavrinha em política internacional já pode nos complicar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Depois o Senador Pedro Simon vai nos contar, não vai?

O SR. CELSO AMORIM – Bem, aí já não é responsabilidade minha.

Senador Hugo Napoleão, creio que já me referi rapidamente a isso, mas, com relação à China, é a mesma visão que nós temos com relação a qualquer outra grande potência. O Senador Luiz Henrique lembrou aqui a excelente cooperação, aliás, o acordo foi firmado na época em que, acho, o Senador Luiz Henrique acompanhou o Presidente Sarney a Pequim. Naquela época não houve lugar para mim no avião, infelizmente. Eu não estava no Itamaraty. Seu pai era o Embaixador, não é? E foi uma cooperação muito bem sucedida, apesar do acidente agora.

En passant, aproveito essa história do acidente, que todos lamentamos, evidentemente, para enfatizar a importância de termos o lançador brasileiro. Temos que trabalhar em torno do lançador brasileiro. E isso não depende do orçamento da Defesa, porque vem do orçamento de outros Ministérios.

Com relação à China, nós seremos atentos, como somos com relação a qualquer outro. Nós vivemos num mundo multipolar. A China é uma das potências, uma delas. Mas ninguém vai facilitar em nada, até porque sabe que, num mundo como este, quem puder aproveitar e só vender, sem facilitar, fará isso. Dependerá muito da nossa atitude.

Com relação às perguntas dessa ONG que foi mencionada – bom, quanto a Moçambique, eu já dei a minha opinião –, sobre o acordo de exportação de armas, eu devo dizer que nós já temos um controle muito efetivo. A maior parte do que é pedido aqui já é feito. É claro que há sempre situações imprevisíveis, mas nós temos um controle e estaremos abertos para dialogar não só como fazemos aqui, obviamente por obrigação, mas estamos abertos para dialogar também com as ONGs e com qualquer pessoa de boa-fé que queira conversar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Ministro Celso Amorim, pelo diálogo franco, sincero, aberto sobre temas da maior relevância para o nosso País.

Ao agradecer a V. Ex^a a presença, também desejo estender esse agradecimento, pela honra que tivemos de receber aqui S. Ex^a, ao Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha; ao General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército – foi uma alegria receber S. Ex^a aqui, o General Enzo –; ao Tenente-Brigadeiro do Ar Ailton dos Santos, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e Comandante interino da Aeronáutica; de igual forma, ao General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; da mesma forma, ao Dr. Ari Matos Cardoso, nosso Secretário-Geral do Ministério da Defesa; e ao General de Divisão Luiz Felipe Linhares Gomes, Chefe do Escritório de Projetos do Exército. Também agradeço a presença de S. Ex^a o General de Brigada Eduardo Castanheira Garrido.

Solicito ao Senador José Agripino que acompanhe o nosso Ministro para que possamos, agora, deliberar sobre alguns requerimentos.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

REQUERIMENTO N° 32 – CRE, DE 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidada a Deputada María Corina Machado, para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o requerimento.

A Senadora Vanessa Grazziotin pede a palavra.

Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy pede a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe...

Quero cumprimentá-lo, Senador Ferraço, pela forma como vem conduzindo os debates até o momento aqui nesta Comissão. Em decorrência disso, quero sugerir que possamos adotar o mesmo formato, porque convidar uma parlamentar – Deputada Federal, acho – venezuelana que compõe as forças oposicionistas daquele país, sem que possamos, em uma mesma reunião e no mesmo momento, ouvir o outro lado da moeda, penso que é pouco democrático e não condiz com a prática e a condução que V. Ex^a tem dado à Comissão.

Não me oponho à vinda da parlamentar venezuelana oposicionista. Entretanto, quero aqui sugerir que, na mesma reunião, possamos trazer também outro parlamentar. Na mesma reunião!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não tenho nenhuma...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, pronto! Vamos fazer esse acordo e vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não tenho nenhuma divergência com V. Ex^a...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Só gostaríamos de tempo para encaminhar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro, claro! Não tenho divergência alguma com V. Ex^a. Acho que isso é que enriquece o contraditório e o debate nesta Casa. O que nós precisamos é que V. Ex^a nos indique que parlamentar V. Ex^a gostaria que nós convidássemos para debater a democracia e o processo político na Venezuela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo que possamos ouvir a parlamentar venezuelana, mas também acho que seria interessante até ouvirmos outro...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Por acaso, tenho certa afinidade, porque tenho participado, às vezes, no Parlatino, de comissão presidida pelo Deputado Cabezas, da Venezuela, que acredito seja um parlamentar que, provavelmente, apoia o presidente Maduro. Seria, por exemplo, um nome. Se a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^as fiquem à vontade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Posso, então... Acho que seria...

Ele, inclusive, foi coautor, comigo e com outros parlamentares, de um projeto sobre a renda básica de cidadania para todos os países da América Latina e do Caribe. É uma pessoa muito sensata, interessante e que conhece muito bem a Venezuela. Acho que seria um nome. Acho que seria um nome isento até e que tem colaborado conosco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Por exemplo. Se estiverem de acordo, eu tenho, inclusive, o endereço...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu estou perfeitamente de acordo. A única coisa com que não posso estar de acordo é que a gente faça de conta que nada está acontecendo num país tão importante quanto a Venezuela, pelas nossas relações culturais, sociais e políticas. Evidentemente que isso é um convite.

Senador Aloysio, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estou querendo colocar... O Senador Suplicy, que é um homem que teve a coragem, a dignidade de acompanhar a blogueira cubana Yoani Sánchez...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela liberdade de expressão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Em defesa da liberdade de expressão, quando essa senhora era ameaçada fisicamente por arruaceiros do PCdoB, do PSTU...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não, Senador Aloysio, nós temos grande respeito a V. Ex^a. Não fale isso. Não chame...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não, não. Ameaçada por arruaceiros, por arruaceiros...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não chame de arruaceiros. Não admito isso, Presidente. Não admito isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Arruaceiros. Então, a senhora, por favor...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O senhor me chama de arruaceira, porque militante do PCdoB sou eu, antes de ser Senadora. Não faça isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A senhora não vai fazer arruaça lá.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tenho grande respeito por V. Ex^a. Não faça isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Os arruaceiros do PCdoB...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não faça isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Falo. A senhora não tem o direito de me censurar. Eu falo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tenho o direito sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não tem. Não tem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tenho o direito sim, porque o senhor está nos agredindo, está agredindo a mim e à militância do meu partido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A senhora não vai me censurar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tenho direito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A senhora pode fazer a campanha do Maduro, é venezuelana...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tenho direito. Tenho direito sim. O senhor engula as suas palavras. O senhor engula as suas palavras.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não engulo coisíssima nenhuma. A senhora não tem autoridade...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu sou uma pessoa educada e respeitadora. Não admito ser chamada de arruaceira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A senhora não tem... Não estou acusando a senhora...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tenha a santa paciência, não é? Não vou votar mais nada. Quero que faça verificação de quórum, Sr. Presidente. Verificação de quórum agora. Não tem mais acordo. Verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não fico mais aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quando arruaceiros do PCdoB...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não sou arruaceira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A senhora não é arruaceira. O seu partido mandou jovens arruaceiros impedirem a palavra de Yoani Sánchez.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nunca lhe chamei de arruaceiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O seu partido, o seu partido, o seu partido tem uma unidade chamada Juventude PCdoB que foi lá promover arruaças. Está nos jornais. Mas enfim...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, há o pedido de verificação de quórum.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas enfim, Sr. Presidente, quero me estender sobre minha palavra. O fato é o seguinte, o Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos ouvir o Senador Aloysio e, em seguida, podemos ouvir V. Ex^a, Senadora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O Senador Suplicy teve uma coragem de acompanhar...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Arruaceira eu não sou e nem um dos meus.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A senhora não é arruaceira, Senadora Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho que nós temos que manter o alto e elevado relacionamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estou falando de jovens do seu partido. Ora, veja.

Mas, enfim, o que é inadmissível, Sr. Presidente, é o seguinte: nós temos uma Deputada que está sendo ameaçada na sua liberdade, na sua vida neste momento, Senador Suplicy. Que convidemos alguém que venha da Venezuela, do partido que apoia o governo para vir falar, não tenho nada contra. Aliás, inclusive, o Embaixador da Venezuela já foi convidado e deverá comparecer a esta Comissão proximamente para falar a respeito da sua visão daquilo que acontece no seu país. Agora, temos uma situação de emergência. É para isto que eu queria chamar a atenção de V. Ex^a em nome da sua coerência, uma situação de grande emergência.

A Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – María Corina Machado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – María Corina Machado participou agora, nesta semana, de uma conferência no Peru. Foi convidada para participar de uma conferência sobre a liberdade, promovida pelo escritor Vargas Llosa e pela organização que ele dirige.

No dia em que ela chegou, recebeu um comunicado de que o seu mandato parlamentar havia sido cassado de uma maneira absolutamente inconstitucional, ilegal, pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Sem o devido processo legal, sem o contraditório, sem a instância judicial, o seu mandato foi cassado. Isso mostra, Senador Suplicy, o quanto essa mulher está hoje ameaçada na sua integridade física, na sua liberdade.

Com o Senador Ferraço, que participou dessa conferência e eu também fui acompanhando o Senador Ferraço, conversamos com a Deputada e já a convidamos para que ela venha ao Brasil. E ontem ainda o Senador Renan Calheiros já nos disse que franqueia, está pronto para franquear a palavra à Deputada no Congresso brasileiro, no Senado brasileiro, em nome da defesa da liberdade, da defesa dos direitos dessa pessoa que está sendo ameaçada na sua integridade física.

Por isso é que eu apoio o requerimento do Senador Ferraço, independentemente de ouvirmos, em outra ocasião, um representante do governo venezuelano, do partido do governo venezuelano.

Agora, condicionar uma coisa a outra é simplesmente se valer de um subterfúgio para não ouvir a Deputada, que estará aqui na próxima semana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só para fazer uma sugestão. Acredito que o Deputado Cabezas, que é presidente da comissão de assuntos econômicos, poderia vir. E, na medida em que o próprio Senador Aloysio e V. Ex^a concordam que seria até interessante que haja a presença de ambos, da Deputada e desse Deputado, que é um membro do parlamento e me lembro de que ele era do partido do então Presidente Chávez, quando interagimos ali – eu participei com ele de, pelo menos, três reuniões da comissão que ele presidia e ele colaborou comigo em apresentar esse projeto –, é a sugestão que formulo, que, ao aprovar a vinda, possamos convidar esse outro Deputado, cujo e-mail darei à Presidência. Nos próximos 60 minutos, V. Ex^a terá o e-mail dele e o nome completo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos, então, incorporar a sugestão de V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acho que é Rodrigo Cabezas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...para que possamos, inclusive, em dias diferentes, ter a oportunidade de socializarmos a informação, o conhecimento. O fato objetivo é que somos todos parlamentares sul-americanos, somos membros do Mercosul, somos membros da Unasul. Interessa fortemente ao País, quero crer, e ao Parlamento brasileiro que possamos dialogar com nossos irmãos parlamentares venezuelanos, para identificarmos a realidade dessas informações que todos estamos recebendo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não. Quero verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a, para pedir verificação, tem que ter apoio de mais três Senadores. É o Regimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu sou Líder, Sr. Presidente, eu quero verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Independente de V. Ex^a ser Líder, o Regimento, sou informado pela Secretaria, exige acompanhamento de mais três apoiadores.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Senadora Vanessa, o objetivo que V. Ex^a expressou aqui de que também...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Acho que não há mais diálogo neste momento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vou colocar em discussão o requerimento, incluindo a Deputada María Corina, assim como o Deputado Cabezas, que o eminentíssimo Senador Eduardo Suplicy sugere.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, na mesma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pode ser na mesma reunião ou não, os requerimentos não estão vinculados.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu acho que a ponderação que fiz no início... Eu me dirijo a V. Ex^a e somente a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim. Eu não me oponho a que V. Ex^a convide quem V. Ex^a determinar...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Na mesma reunião, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ou não. Ou não. V. Ex^a pode requerer ou não. Não vou também admitir que V. Ex^a venha aqui submeter o meu requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o convite...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes da aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A senhora pode...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Aprovado...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...de perguntar se algum Parlamentar aqui me apoia...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Aprovado...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ...no pedido de verificação de quórum, porque uma questão importante como essa não pode ser votada com uma Comissão tão esvaziada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Ex^a já consultou...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se ninguém me apoia, não tem problema. Estou pedindo apoio para verificação de quórum. Senador Luiz Henrique...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Vanessa...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu registro que o objetivo de V. Ex^a foi atendido.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O objetivo de V. Ex^a de que as duas vozes...

Será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está contemplado, Senadora Vanessa. Nós vamos ouvir as partes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu queria ponderar com a Senadora Vanessa. Olhando para trás, vamos ver um jovem militante exilado deste País durante anos e anos sem poder pisar no Território nacional, sofrendo a dor do exílio, que é o Senador Aloysio Nunes Ferreira. E do lado de cá, uma militante pela democracia, pela democracia social sobretudo. Quer dizer, ambos têm a mesma origem, não são como o Negro e o Solimões, que não se juntam, cujas águas não se misturam. Por isso, quero fazer um apelo aqui para que, sem nenhuma restrição, consideremos aprovados esses requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É claro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ...até porque o Senador Suplicy interveio para estabelecer o contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – É claro, é claro. Além do que, é um convite.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E para que se atenda a uma situação de emergência, porque a Deputada objeto do requerimento de V. Ex^a vai estar no Brasil na próxima semana.

Então, faço um apelo para que nós mantenhamos esse espírito de concórdia, até porque eu não vejo na história da Senadora Vanessa e na história do Senador Aloysio nenhuma divergência. Pelo contrário, ambos vêm pela luta, pelo sonho de fazer deste País um País com desenvolvimento e justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço o espírito...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ambos têm a mesma origem, podem ter divergências pontuais hoje, mas são dois rios amazônicas que confluem e levam suas águas para o Atlântico.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço o espírito cristão e pacífico de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu me comprometo junto a V. Ex^a. Senadora Vanessa, no mesmo espírito do Senador Luiz Henrique, vamos apaziguar os ânimos. O Deputado é do Partido Socialista Unido da Venezuela, Rodrigo Cabezas. Eu me comprometo a fazer um apelo para que ele venha, na medida do possível, na próxima semana também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não há dificuldade. Não podemos considerar, ter como premissa de que um virá se o outro não vier. Estamos convidando os dois Parlamentares. Um não pode ter como pressuposto a presença do outro.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quem sabe, se o Deputado Cabezas não puder vir, ele possa até indicar um companheiro que possa então vir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito! V. Ex^a então...

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Farei o empenho para apaziguar aqui a amiga Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu queria secundar a intervenção do Senador Luiz Henrique. Eu estava aqui ao lado do Senador Aloysio Nunes. Eu quero muito bem à Senadora Vanessa Grazziotin, tenho por ela apreço pessoal, ela sabe disso. E quero dizer que eu estava ao lado dele e ele não teve nem intenção nem declarou que V. Ex^a é arruaceira, nem de longe. Quando V. Ex^a saiu ele disse: “Não estou dizendo que a senhora é arruaceira.” Não disse! Não disse e não é intenção dele. V. Ex^a não o é. É uma Senadora de respeito, uma mulher que merece a nossa atenção especial.

Eu gostaria da compreensão da Comissão para que nós pudéssemos terminar esta reunião em paz, superando esse episódio que é produto de emoções compreensíveis, é claro.

Mas, na verdade, na verdade – sou testemunha –, não houve desrespeito do Senador Aloysio Nunes. Houve acirramento de ânimos na disputa eventual de assuntos contida, mas, na verdade, não houve – e quero testemunhar – ofensa de ordem política nem pessoal do Senador Aloysio à Senadora Vanessa, a quem peço a compreensão, até em nome da nossa amizade e relação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Senadora Vanessa pede a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Como fui citado várias vezes, eu pediria para eu mesmo dizer, agradecendo a interferência dos meus queridos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... o Senador Luiz Henrique e o Senador Agripino, mais uma vez à Senadora Vanessa e, pela primeira vez, aquilo que eu não disse. Eu não tenho nenhuma objeção, nenhum preconceito, nenhuma hostilidade em relação ao seu Partido, Senadora, nenhum. Pelo contrário, tenho muita admiração pelo PCdoB, por sua luta, pelo sacrifício que seus militantes fizeram e pela senhora. Conheço o seu valor, o seu empenho, a sua luta.

Agora, eu me referi a um episódio em que militantes do seu Partido, assim como militantes de outros partidos, foram agressivos no sentido de impedir que uma pessoa convidada por entidade brasileira usasse a palavra. Se houvesse alguém do PSDB nisso, da mesma forma eu condenaria. Não estou condenando o Partido, estou condenando aquele episódio, em nome da liberdade de expressão.

Senadora, acredite, por favor, não tenho nenhuma intenção nem de ofendê-la, nem de menosprezar o seu Partido, não há a menor hipótese de eu em algum momento levantar esse tipo de acusação em relação ao PCdoB, por favor. Agora, houve um episódio que eu considero lamentável, de que os jovens participaram. Eu condeno esse episódio, só isso; não há mais nada, esqueça. Entre nós, Senadora Vanessa Grazziotin, no que depende de mim, só vai haver concórdia e amizade, independentemente das divergências que venhamos a ter.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, a palavra é de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr.Presidente.

Tive que me retirar, até porque não queria continuar reagindo da forma como estava reagindo. Entretanto, Sr. Presidente e Senador Aloysio, V. Ex^a, não quero aqui retomar o episódio, até em consideração não àquela, mas a essa última intervenção, o que eu vi foi algo que não agrediu a minha pessoa, mas agrediu o meu espírito democrático, meu espírito de convivência...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Desculpa a V. Ex^a se a agredi em alguma coisa...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Disse muito sinceramente: foi minha primeira reação. V. Ex^a sabe não só da admiração que tenho por V. Ex^a, mas que o meu Partido tem por sua história. Não sou daquela geração, não tive que me exilar, mas sou de uma geração que viu muitos, do meu único partido que tive na minha vida, mortos. Então, “descomemorando” os 50 anos de um regime que muito mal fez ao povo brasileiro, ao País, a V. Ex^a pessoalmente e a tantos que lutaram, Sr. Presidente, acho que não deveríamos ter protagonizado o episódio que acabou de ser protagonizado.

V. Ex^a sabe que, quando eu ponderei, não foi contra a vinda da Deputada. Pelo contrário, foi para que pudéssemos ouvir o outro lado e somente isso, nada mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E eu aquiesci.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – No episódio que ocorreu quando da vinda da Sr^a Sánchez para cá, não tenho conhecimento de que em nenhum momento qualquer militante, seja do meu Partido ou de outro, tenha partido para agressão, porque palavras de ordem e cartazes fazem parte da democracia. O que não faz parte da democracia é violência física. O que não faz parte da democracia é isso. Falar, se pronunciar, ser a favor ou contra é parte da democracia.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, Senador Aloysio: jamais, tenha certeza, nenhum militante do PCdoB nem promove nem incentiva qualquer tipo de arruaça. Prezamos muito pela luta organizada, pela luta democrática, sempre com respeito ao contrário. O Rio Amazonas, aprendi desde que cheguei lá, o Rio Negro e o Rio Solimões não tem suas águas misturadas, mas a convivência é pacífica e sempre pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A concórdia é sempre um caminho excepcional.

Na realidade, estive em Lima, assim como esteve o Senador Aloysio Nunes Ferreira, num evento extraordinário, coordenado pelo escritor Vargas Llosa, Prêmio Nobel de Literatura. Estavam presentes ex-presidentes da República, diversos movimentos e lá fiquei comovido com o depoimento da Deputada María Corina e achei que esse valor, que esse princípio da liberdade de expressão, da manifestação pacífica, é um princípio, um valor universal.

Por isso, estamos submetendo, porque achamos que o Brasil não pode fazer de conta que nada está acontecendo no país vizinho, irmão, como é o caso da Venezuela, com quem nós temos laços históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais.

Então, garantido o contraditório, sem condicionantes, se puderem vir no mesmo dia, ótimo; se não puderem, queremos ouvir para ver como podemos ajudar, porque a cada dia nos preocupa mais a deterioração institucional da Venezuela, com quem temos relações, volto a frisar, muito fortes.

Então, podemos colocar em votação?

Em votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO N° 33 – CRE, DE 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como convidado o Deputado Rodrigo Cabezas, do Partido Socialista Unido da Venezuela para debater o agravamento da crise econômica, social e política na Venezuela.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Senadora Vanessa Grazziotin, hoje, nas suas arguições ao embaixador da Ucrânia e ao Ministro Celso Amorim reiterou o quanto ela quer que haja condições efetivas de paz no mundo.

Para que isso ocorra é necessário que haja aplicação dos princípios de justiça e de entendimento que, felizmente, graças à colaboração dos Senadores, acabou havendo entre o Senador Aloysio Nunes e a Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica aprovado o convite à Deputada María Corina.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nunca houve hostilidade em relação à Vanessa, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fica aprovado o requerimento e o convite à Deputada María Corina e ao Parlamentar cujo nome V. Ex^a e a Senadora Vanessa nos encaminhar.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 8 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 13 minutos, reaberta às 11 horas e 16 minutos e encerrada às 13 horas e 39 minutos.)

**Edição de hoje: 110 páginas
(O.S. 10762/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

